

EDUARDO GOMES SILVA

*A REDE DA DEMOCRACIA E O
GOLPE DE 1964*

Niterói
Agosto de 2008

ÁREA DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

*A REDE DA DEMOCRACIA E O
GOLPE DE 1964*

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: Poder e Sociedade. Orientadora: Prof^a Dr^a Adriana Facina Gurgel do Amaral.

Niterói
Agosto de 2008

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Eduardo Gomes.

A Rede da Democracia e o golpe de 1964 / Eduardo Gomes
Silva. – 2008.

154 f.

Orientador: Adriana Facina Gurgel do Amaral.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de
História, 2008.

Bibliografia: f. 132-141.

1. Golpe de 1964. 2. Mídia. 3. Historiografia. I. Amaral,
Adriana Facina Gurgel do. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.062

Ao meu querido Flavinho, pela paciência
[quase sempre] demonstrada nesses
últimos dois anos.

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamim

RESUMO

SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2008, 154 f.

Através da presente dissertação, procuramos analisar o papel desempenhado pela *Rede da Democracia* no processo de disputa pelo controle do Estado do qual o golpe de 1964 representou decisiva etapa. Arranjo midiático formado pelas emissoras de rádio e pelos jornais das empresas *Globo*, *Jornal do Brasil* e *Diários Associados*, acreditamos que a *Rede da Democracia* atuou entre outubro de 1963 e abril de 1964 como um importante *locus* de fomentação e doutrinação ideológica em prol da destituição do Governo Goulart, do estancamento do processo de expansão democrática experimentada naquele período e de promoção de um projeto moderno-conservador para o País – de fato implementado pelos governos ditatoriais iniciados em abril de 1964. Almejamos, também, trazer à tona a relação entre este arranjo midiático e a historiografia revisionista sobre o Golpe, sobretudo no que tange ao exacerbado e anacrônico peso conferido à “democracia” por parte desta tendência historiográfica.

Palavras-chave: *Rede da Democracia*; Golpe de 1964; Revisionismo historiográfico.

ABSTRACT

SILVA, Eduardo Gomes. *The Rede da Democracia and the Brazilian 1964's coup d'état*. M.A. Dissertation. Graduate Program in History – Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, Brazil, 2008, 154 f.

This dissertation intends to analyze the role played by the *Rede da Democracia* in the dispute process for control of the Brazilian State, in which the 1964's *coup d'état* represented a central step. A mediatic network formed by radio broadcastings and newspapers held by *O Globo Corporation*, *Jornal do Brasil* and *Diários Associados*, the *Rede da Democracia* operated, between October 1963 and April 1964, as a major locus of fomentation and ideological indoctrination in favor of the destitution of President João Goulart government. It has further contributed to the restraint of the democratic growth experienced at that period, as well as fostered the promotion of a conservative-modernizing project for the country – in fact implemented by the dictatorship governments from April 1964 on. Additionally, this dissertation aims to look at the relationship between this mediatic network and current Revisionist Historiography on the 1964's *coup d'état*, particularly on the exacerbated and anachronic weight conferred to "democracy" by this Historiographic tendency.

Keywords: *Rede da Democracia*; Brazilian 1964's *coup d'état*; Historiographic Revisionism.

AGRADECIMENTOS

Não seria possível mesurar o número e a importância das pessoas que “passam” pelo nosso caminho em um espaço de dois anos. Tampouco classificá-las quanto a sua maior ou menor inserção em um nunca-solitário processo de elaboração de trabalho acadêmico.

Dito isto, peço desculpas e licença aos familiares, amigos e amigas com os quais tive o privilégio de contar nestes últimos anos para, nas próximas linhas, somente mencionar e agradecer aquelas pessoas e/ou instituições sem as quais estas poucas folhas digitadas simplesmente não existiriam enquanto uma dissertação de mestrado. Desta forma, tenho o prazer de deixar registrado que sou imensamente grato:

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, nas pessoas de Stela, Inês, Silvana, Devid e Salvador. A Comissão de Planejamento daquele Programa. E aos professores Marcelo Badaró, Márcia Motta, Sônia Mendonça, Théo Piñeiro e Fernando Faria, também do PPGH/UFF.

À Eliane Peres, ao Oscar Gonçalves e ao Jorge Luiz dos Santos – responsáveis, respectivamente, pela coordenação de pesquisa, pela coordenação de editoração e pelo setor de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional.

Aos professores Marialva Barbosa (Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFF) e Renato Lemos (Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ). Aos membros do LEMP – Laboratório de Estudos sobre Militares na Política; e à secretária do PPGHIS/UFRJ, Gleidis Corrêa.

E também à Pâmella Deusdará, ao Nilton Araújo, ao Cadu Marconi e ao Renato Lattanzi.

Por último, gostaria de registrar que sou especialmente grato à professora Laura Maciel – sobretudo pelas suas incisivas palavras quando do Exame de Qualificação. E à professora Adriana Facina, que tão corajosamente e em meio a inúmeras adversidades aceitou orientar este trabalho e assumir a árdua tarefa de fazê-lo subsistir!

Lista de siglas e abreviações

ADP – Ação Democrática Parlamentar

ADEP – Ação Democrática Popular

AP – Ação Popular

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAMDE – Campanha da Mulher Democrática

CASES – Campanha de Assistência ao Estudante

CBP – Consórcio Brasileiro de Produtividade

CIA – Central Intelligence Agency

CIESP – Centro de Indústrias do Estado de São Paulo

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CPC – Centro Popular de Cultura

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRB – Confederação Rural Brasileira

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FFAA – Forças Armadas

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FJD – Frente de Juventude Democrática

FMP – Frente de Mobilização Popular

GAP – Grupo de Ação Patriótica

GEA – Grupo de Estudos e Ação

GOP – Grupo de Opinião Pública

GPE – Grupo de Publicações/Editorial

GR – Guerra Revolucionária

IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social Aplicado

IPM – Inquérito Policial Militar

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IAPI – Inter American Press Association

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JB – Jornal do Brasil

JK – presidente Juscelino Kubitschek

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NI – Nota de Instrução

NSAM – National Security Action Memorandums

PAEG – Plano de Ação Econômica e Social

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Libertador

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PUA – Pacto de Unidade e Ação

PUC – Pontífica Universidade Católica

RD – Rede da Democracia

SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UH – jornal Última Hora

UME – União Metropolitana de Estudantes

UNE – União dos Estudantes Universitários

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução	01
1 – As <i>Redes</i> e o golpe de 1964	09
1.1 – A imprensa e o Golpe – 1964 e quarenta anos depois	14
1.2 – Mapeando o revisionismo acadêmico e a relação imprensa-golpe de 1964	19
1.3 – “ <i>Basta de Monólogo!</i> ” – O papel da imprensa em uma disputa Hegemônica	33
2 – Elementos constitutivos e legitimidade de ação	39
2.1 – Estrutura e abrangência	45
2.2 – Legitimidade ou “o <i>papel mediador da imprensa brasileira</i> ”	52
2.3 – O programa de estréia	63
3 – Consenso para a coerção	70
3.1 – Os orados da <i>Rede da Democracia</i>	81
3.2 – Pronunciamentos	92
3.3 – Consenso para a coerção	113
Considerações Finais	125
Fontes e Referência Bibliográficas	132

Introdução

A origem deste trabalho pode ser datada em março de 2004, quando ainda cursava os primeiros semestres da graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Em meio ao vultoso número de publicações sobre o golpe de Estado de 1964 e sobre o regime ditatorial que o seguira – fomentadas, muitas delas, pela efeméride que 2004 representava ao tema – uma em especial despertou-me a atenção: *A Imprensa golpista – O papel dos jornais cariocas da Rede da Democracia na queda de Jango*.¹ Artigo de apenas quatro páginas, publicado em um semanário de circulação nacional e de autoria do historiador Aloysio de Carvalho, “*A Imprensa Golpista...*” pareceu-me significativo naquele momento por diversos fatores, dentre eles: i) por tratar de um tema inédito enquanto objeto historiográfico; e ii) por trazer à tona a história de um “arranjo midiático” cuja formação, *per se*, contradizia um dos pilares que sustentam a legitimidade da imprensa nas sociedades modernas: a independência jornalística.

Arranjo formado pelas empresas jornalísticas *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Diários Associados*, a *Rede da Democracia* surgiu em outubro de 1963 como um programa radiofônico, diário, encabeçado pelas respectivas emissoras daquelas empresas – *Rádio Globo*, *Rádio JB* e *Rádio Tupi* – e retransmitido por centenas de emissoras País afora, sempre no horário compreendido entre as 22h e 30min e meia-noite. Também de forma padronizada, uma considerável parte daqueles programas chegavam à mídia impressa graças ao espaço que *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal* passaram a reservar à transcrição de seus conteúdos; complementando, ao mesmo tempo que destoavam, da campanha anti-Goulart que esses

¹ CARVALHO, A.H.C. A imprensa golpista – o papel dos jornais cariocas da Rede da Democracia na queda de Jango. In: *Carta Capital*, 31/03/2004, p. 72-75.

mesmos diários implementavam através de editoriais, colunas assinadas e demais reportagens de cunho oposicionista. Seu período de atuação estendeu-se até abril de 1964, dias antes do general Castelo Branco ser empossado presidente da República.

Tornada tema de minha pesquisa e objeto principal de meu trabalho de conclusão de curso, tentei reconstruir o papel que a *Rede da Democracia* exercera em relação aos “marcos” que norteiam grande parte da produção acadêmica sobre o Golpe; tanto aqueles que antecederam a sua criação – como a “Revolta dos Sargentos”, de setembro de 1963 e o pedido de Estado de Sítio por parte de João Goulart, datado em outubro do mesmo ano –; como aqueles posteriores a criação do arranjo – como o “Comício das Reformas de Base”, a “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade”, a “Revolta dos Marinheiros e Fuzileiros Navais” e a participação de Goulart na reunião de sargentos e subtenentes da Polícia Militar ocorrida no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, todos datados em março de 1964.²

Com a possibilidade de aprofundar tais pesquisas através do Programa de Pós-Graduação em História da UFF; com o acesso aos arquivos sistematizados dos jornais que compuseram a *Rede*; e, principalmente, com o contato à profícua discussão e produção acadêmica sobre aquele período histórico, percebi que precisaria ir além da mera descrição dos pronunciamentos e mensagens emitidas pelos microfones daquele arranjo para aproximar-me de sua importância histórica – sobretudo enquanto *locus* de fomentação e doutrinação ideológica em prol da destituição do Governo Goulart e de promoção de um projeto hegemônico de caráter antipopular e antidemocrático.

Isto porque, para além da importância que se presume em relação ao papel desempenhado pela *Rede da Democracia* naquele período – a qual tentaremos provar ao longo do presente estudo –, este objeto suscita questões relacionadas à própria historiografia sobre o Golpe; mais precisamente, em relação à tendência historiográfica que aqui estamos entendendo com “revisionistas”.

Com o aumento do número de eventos,³ obras⁴ e artigos⁵ dedicados ao balanço historiográfico sobre o Golpe e sobre o último regime ditatorial do País, o debate em torno

² Voltaremos a esses “marcos” históricos no decorrer desta dissertação, quando teremos oportunidade de explicitá-los e relacioná-los ao nosso objeto de análise.

³ À guisa de ilustração – e citando somente aqueles que serão objetos de nossa análise: “*Seminário 1964-2004: 40 anos do Golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*” (Niterói/Rio de Janeiro – 2004); e “*Olhares sobre 1964: o golpe que calou o Brasil*” (Rio de Janeiro – 2004).

⁴ Como, por exemplo: TOLEDO, C.N. (org) 1964: *Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997; *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004; *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Anais do Seminário (UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004; *Revista História & Luta de Classes*. Rio de

deste revisionismo ganhou corpo e visibilidade. No sentido de contribuir e nos posicionar frente a este debate, estamos entendendo como revisionistas aquelas abordagens sobre o golpe de 1964 que, ao privilegiar uma análise factual, personalista e/ou anacrônica daquele processo, acabam por ratificar os argumentos de seus verdadeiros golpistas.

No caso específico de nosso objeto de investigação, tal debate torna-se premente pela confluência entre vários aspectos – que passa por uma errônea caracterização da *Rede da Democracia* presente em uma dessas abordagens,⁶ e culmina na proximidade entre aquilo que denominamos de “defesa da democracia como estratégia golpista” (perpretada pela *Rede* no período de sua atuação ideológica), e o exacerbado e anacrônico peso conferido ao “regime democrático” por parte de tais abordagens revisionistas.

Embora a caracterização da *Rede da Democracia* pelo artigo “*A imprensa golpista...*” não compartilhe de tais imprecisões – localizando-a, inclusive, como “um braço ideológico da burguesia em associação íntima com o capital internacional [...] atuante na construção de um consenso para a intervenção militar” –⁷ consideramos que sua análise exagera o aspecto midiático daquele empreendimento, em detrimento dos demais aspectos presentes inclusive em seu estratégico momento de criação. Isto porque, mesmo reconhecendo a importância quanto à abrangência e legitimidade que um arranjo midiático como a *Rede* – e a “grande imprensa”, de um modo geral –⁸ pudesse ter desempenhado naquele contexto, percebemos que sua constituição deveu-se, sobretudo, à expansão de uma disputa que já havia ultrapassado os muros do Parlamento e ganhou as ruas das principais cidades e os campos do País – sendo a imprensa uma importante, mas não a única, frente desta disputa.

Janeiro: ADIA, ano 1, nº 1, 2005; MELO, D.B. *A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ. Monografia de Bacharelado em História, 2005; dentre outras.

⁵ Também à guisa de ilustração: FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004, p. 29-60; MATTOS, M.B. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. In: *Revista História & Luta de Classes*. Rio de Janeiro: ADIA, ano 1, nº 1, 2005, p. 07-18; TOLEDO, C.N. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In: *Crítica marxista*, nº 19. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 27-48.

⁶ Presente no artigo “A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular”, o qual teremos oportunidade de analisar no primeiro capítulo. Cf.: FERREIRA, J. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol. 24, nº47, jan-jun, 2004, p. 181-212.

⁷ CARVALO, A.H.C. “*A imprensa Golpista...*”. Op.cit., p. 72.

⁸ Consideramos “grande imprensa” aquelas empresas jornalísticas que dispunham de uma considerável estrutura técnica (representada, por exemplo, pela existência de um parque gráfico próprio) e/ou de um notório poder de intervenção no cenário político nacional. Por não ser um termo suficientemente preciso para, por exemplo, mesurar as diferenças entre um legítimo conglomerado midiático, como os *Diários Associados*, e uma pequena mas poderosa publicação daquele período, como o vespertino *Tribuna da Imprensa*, o manteremos encerrados entre aspas ao longo desta dissertação. Cf.: SODRÉ, N.W. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977; e SMITH, A.M. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Trad.: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

Outrossim, a composição de seus oradores e as mensagens veiculadas pelos microfones da *Rede* entre outubro de 1963 e abril de 1964 não difeririam das outras frentes de atuação da elite orgânica representante dos interesses multinacionais e associado – atuação intensificada no chamado “período de ação” implementado por esta elite orgânica entre 1962 e 1964. Como ficará patente ao longo desta dissertação, partimos das análises de René Armand Dreifuss e, de forma indireta, de alguns conceitos desenvolvidos pelo pensador Antonio Gramsci, para localizar a tomada de poder em abril de 1964 como um dos marcos da disputa pela hegemonia política do País, dada a importância que a inserção e controle do Estado representavam a esta disputa.

Neste sentido, embora nosso objeto de análise tenha sido criado e atuado poucos meses antes do golpe de 1964, acreditamos não ser possível apreender a complexidade inerente àquele processo sem considerar a historicidade daquela disputa, sua relação com as profundas mudanças sofridas pela estrutura sócio-econômica do País após o fim da Segunda Guerra Mundial e, no âmbito internacional, pelas reestruturações impostas ao mundo pela Guerra Fria.

Em *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*,⁹ Dreifuss localiza o golpe de 1964 como um ataque bifrontal às classes populistas no poder e a forma populista de domínio,¹⁰ proveniente de duas “forças sociais fundamentais” daquele contexto: “os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais”.¹¹ Segundo suas análises, esse ataque bifrontal reporta ao processo de internacionalização sofrido pela burguesia nacional durante os governos Dutra (1946-1950), Vargas (1951-1954) e, principalmente, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) – em que as condições criadas pela política desenvolvimentista baseada na fomentação industrial-tecnológica e no afluxo de capital estrangeiro estabeleceram as condições para a proeminência econômica do capital oligopolista multinacional e associado.¹²

Considerado o momento em que as contradições entre o “pacto populista” e o desenvolvimento deste capital oligopolista atingiram seu momento mais crítico,¹³ o Governo JK marcou também a estruturação de um novo bloco histórico, justamente aquele denominado

⁹DREIFUSS, R.A. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Trad.: Laboratório de Tradução da UFGM. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

¹⁰ Grosso modo, a forma de domínio pelo qual o Estado ocultava seu papel de classe em prol do “acomodamento” entre a hegemonia burguesa e os interesses das classes trabalhadoras. Cf.: Idem, p. 27.

¹¹ Idem, p. 37.

¹² Idem, p. 34.

¹³ Cf.: Idem, *ibidem*. Também: IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

por Dreifuss como “bloco multinacional e associado”. Resultante daquilo que Gramsci denominou de “correlação de forças” (“o processo de hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados, através dos aspectos estruturais, políticos e militares”¹⁴), o ascendente bloco histórico “multinacional e associado” implementaria uma incisiva campanha ideológica e político-militar nos anos 1960 para que sua já conquistada primazia econômica se tornasse também política. Campanha que seria aprofundada após este bloco ver a excelente chance de impor suas diretrizes político-econômicas através do controle do Estado malogrando com a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República.¹⁵

Data, também deste momento, a formação por parte daquele bloco multinacional e associado de um “centro político estratégico” capaz de organizar e dirigir a supracitada campanha político-ideológica; qual seja: o “complexo IPES/IBAD”.¹⁶ A compreensão dos conceitos gramscianos de “partido”, “elite orgânica” e “intelectual orgânico” também se faz necessária para a localização das análises presentes em “1964: A conquista do Estado...” – e teremos oportunidade de aprofundá-los ao longo desta dissertação. Por ora, basta mencionar que a forma como Dreifuss pontuará a evolução do complexo IPES/IBAD (de um “limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada”¹⁷) coaduna com as “tarefas” descritas por Gramsci em relação ao “partido” desejoso em tornar universal o projeto de classe da qual é representante.¹⁸

Como teremos oportunidade de aprofundar nas páginas subseqüentes, a importância da imprensa (e de outros canais de produção e difusão de consensos) no processo de hegemônica relaciona-se à sofisticação analítica dos escritos gramscianos em conceber o Estado de forma ampliada e a partir do prisma de interação entre a “sociedade política” e a “sociedade civil”. Desta forma, e segundo Gramsci:

¹⁴ No caso específico do bloco multinacional e associado, a subordinação da burguesia nacional frente ao capital estrangeiro e a congruência entre os interesses dos representantes deste capital aos valores modernizantes defendidos por parte da oficialidade militar brasileira (sobretudo àquela a frente da Escola Superior de Guerra – ESG). Cf.: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 3: *Maquiavel – notas sobre o Estado e a política*. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 40 e ss.; DREIFUSS, R.A. Op.cit.

¹⁵ Renúncia datada em 25 de agosto de 1961.

¹⁶ Respectivamente, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (criado em 1961) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (criado em 1959). Teremos oportunidade de aprofundar a caracterização desses institutos no decorrer da presente dissertação.

¹⁷ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 161.

¹⁸ Nunca é demais lembrar que o significado atribuído por Gramsci a “partido” vai além da mera caracterização político-partidária, alcançando todo e qualquer *aparelho privado de hegemonia* que organize um grupo e atue no sentido de construir a chamada “vontade coletiva”. Cf.: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 3: *Maquiavel...*. Op.cit., p. 16-19. Sobre *aparelhos privados de hegemonia*, ainda no primeiro capítulo veremos a caracterização gramsciana de imprensa segundo esse conceito.

A imposição de um projeto hegemônico exige, dentre outros fatores, a luta pelo monopólio dos órgãos formadores de opinião pública [...] e aquilo a que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, o ponto de contato entre a ‘sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força.’¹⁹

Voltando a Dreifuss, este localiza no momento da renúncia de Jânio Quadros a ascensão do bloco nacional-reformista ao poder, representado pelo comando de João Goulart no Executivo e pela sustentação de seu governo tanto por setores que historicamente haviam chancelado o “pacto populista” (tais quais: a oligarquia tradicional e parte da oficialidade militar), quanto pelos movimentos sociais organizados e energicamente atuantes do período (como as entidades sindicais “paralelas”, as Ligas Camponesas e a Frente de Mobilização Popular).²⁰

Caracterizando-o como um governo comprometido com reformas sociais e com o protagonismo estatal no desenvolvimento interno do País – sustentado por setores favoráveis à manutenção do pacto de classes e por setores que desafiavam e combatiam aquele pacto – Dreifuss vai além das análises acadêmicas sobre o populismo²¹ para localizar, naquelas entidades sindicais autônomas, a outra força fundamental responsável pela crise do sistema populista de governo – força representada, por exemplo, pela ascendência quantitativa e qualitativa das greves no período.²²

As relações entre estas aquelas forças fundamentais (classe trabalhadora organizada e bloco multinacional e associado) e entre elas e o bloco nacional reformista estão no cerne da disputa pela hegemonia política do qual o golpe de 1964 representou importante etapa. A expansão dessa disputa ao campo midiático, de um modo geral; e à *Rede da Democracia*, especificamente; é um dos aspectos que procuraremos demonstrar ao longo desta dissertação.

Em face a tais pressupostos – e na tentativa de aprofundá-los – a presente dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, intitulado **As Redes e o golpe de 1964**,

¹⁹ Idem, p. 16.

²⁰ Como teremos oportunidade de aprofundar, não por acaso a chamada “Campanha da Legalidade” (responsável pela garantia de posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros) contou com a decisiva participação dos setores “legalistas” das Forças Armadas e dos movimentos sindicais autônomos; dois setores que aprofundariam seus antagonismos durante o Governo Goulart (1961-1964).

²¹ Por exemplo, segundo Francisco Weffort, tanto o sindicalismo oficial quanto as organizações sindicais “paralelas” ratificavam o “pacto populista”. Cf.: WEFFORT, F.C. Os sindicatos na política (Brasil: 1954-1964). In: *Ensaio de Opinião*, 1978, p. 18-27.

²² No terceiro capítulo, teremos oportunidade de caracterizar os aspectos “qualitativos” das greves comandadas pelas entidades sindicais “paralelas”; que tentavam ultrapassar a etapa “corporativista-econômica” de reivindicação de classe.

procuramos apresentar as várias frentes da relação imprensa-golpe de 1964: a suscitada pela “grande imprensa” no período imediatamente posterior ao Golpe; a presente na historiografia sobre o tema; e também a “rememorada” e reconstruída pela própria imprensa dos dias atuais. Também neste capítulo, apresentamos o que chamamos de “mapeamento do revisionismo acadêmico” sobre aquele período, contrastando suas teses e pressupostos à maneira como enxergamos o papel da *Rede da Democracia* no processo de disputa hegemônica cujo Golpe representou importante etapa.

No segundo capítulo – **Elementos constitutivos e legitimidade de ação** – tentamos descrever as bases materiais e retóricas pelas quais buscou-se atrelar abrangência e legitimidade à atuação da *Rede da Democracia*. Esse capítulo também comporta uma breve descrição daquele que foi o programa oficial de estréia do arranjo – de suma importância não só para apreendermos as estratégias e objetivos daquele empreendimento segundo seus próprios fautores, como também para ratificar os limites e imprecisões da caracterização da *Rede* pela historiografia revisionista sobre o período.

Já em **Consenso para a coerção** – terceiro e último capítulo – procuramos dar corpo a esta rica díade gramsciana através da descrição e análise dos principais oradores, de seus respectivos pronunciamentos e das formas de atuação presentes nos meses em que a *Rede da Democracia* esteve no ar. Também está contemplada neste capítulo a análise em torno daquele que consideramos o principal elemento discursivo implementado pelo arranjo no contexto do pré-Golpe: a “defesa da democracia” como estratégia golpista.

Antes de adentrarmos à dissertação propriamente dita, faz-se necessário alguns esclarecimentos quanto a sua pesquisa e elaboração. O primeiro diz respeito às fontes-base: em face à inexistência de arquivos sonoros daquele programa radiofônico, a pesquisa em torno da *Rede da Democracia* foi realizada através das transcrições de seus conteúdos presentes nos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Jornal* – cujos microfilmes encontram-se sistematizados e disponíveis para consulta no setor de periódicos da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

Dada a recorrência de uma coluna específica para aquele arranjo – intitulada *Rede da Democracia* –; ao fato de que tais transcrições não distinguem, significativamente, um das outras; e à percepção de que, no decorrer nos meses de existência do arranjo, *O Jornal* foi aquele que mantivera a melhor regularidade quanto ao processo de transcrição dos programas radiofônicos, optamos por considerar o principal jornal dos *Diários Associados* como base para a coleta dos dados aqui analisados.

Também preferimos sublimar as menções relativas ao número e ano de edição dos jornais pesquisados, bem como imprimir a atualização ortográfica em relação às transcrições dos pronunciamentos à *Rede* – entendendo que, desta forma, proporcionaremos uma leitura mais fluída e prazerosa das inúmeras referências impressas no presente estudo.

Explicitadas tais considerações, esperamos que o resultado da extenuante, porém gratificante pesquisa da qual esta dissertação é fruto contribua, não só para a caracterização de seu objeto principal, como também para o debate em torno do Golpe e do último regime ditatorial do País.

1 – AS REDES E O GOLPE DE 1964

Decorridos alguns dias do golpe de Estado que depusera o Governo Goulart e iniciara a mais longa ditadura militar de nossa história, a chamada “grande imprensa” brasileira era amplamente saudada pelo papel que cumprira no referido processo. Para além de congratulações prestadas por empresas midiáticas internacionais, este bloco aparentemente compacto, denominado por estas empresas como *Imprensa brasileira* foi posto sob os holofotes da comunidade jornalística americana ao tornar-se forte candidata à *Medalha ao Herói da Liberdade de Imprensa* – naquela época, concedida anualmente pela *Sociedade Interamericana de Imprensa*²³

Em discurso reproduzido pelo matutino carioca *O Jornal*, de 23 de abril de 1964, o redator de assuntos latino-americanos do periódico estadunidense *Chicago Tribune*, Jules Dubois, justificou sua campanha em prol da *Imprensa brasileira* àquela deferência descrevendo o “papel estelar que esta *Imprensa* teve na revolução que depôs o Sr. João Goulart [...] respondendo patriótica e valentemente ao desafio comunista.”²⁴ Impressionado com o “exemplo ímpar de unidade de opinião e de propósito”, e com o papel de “liderança e dirigência [sic]” de nossa imprensa, o redator e também membro do Conselho Executivo da SIP sublinhou, ainda, a existência de uma organização de estações de rádio denominada ‘Rede da Democracia’, e o papel que esta desempenhou no sentido de “complementar as campanhas e revelações comprometedoras de seus [respectivos] jornais [...] examinando cuidadosamente

²³ No original, IAPI – Inter American Press Association –, organização sem fins lucrativos fundada em 1948, com sede em Miami/EUA e representações nos principais países do continente Americano. Segundo sua página digital, é “dedicada a defender a liberdade de expressão e de imprensa em todas as Américas.” Cf.: <<http://www.sipiapa.org/portugues/general.cfm>>, acessado em 28/04/2007.

²⁴ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23/04/64, p. 07.

os atos do governo e dirigindo o povo que, liderados por ela, se organizaram para a defesa vocal de sua Pátria.”²⁵

Por seu turno, grande parte das empresas jornalísticas brasileiras tomou para si o excelso reconhecimento que suas homônimas internacionais atribuíam ao bloco *Imprensa brasileira*. Neste sentido, jornais e revistas de grande circulação do País veicularam, ao lado de notícias sobre as *Marchas da Vitória*,²⁶ sobre o fechamento de sucursais do jornal *Última Hora*²⁷, sobre o incêndio do prédio da UNE e demais “ações revolucionárias” do novo regime, a memória de seus próprios atos no processo que culminaria na deposição do governo Goulart. Não demoraria muito para que estas memórias alcançassem o mercado editorial brasileiro, como prova a existência das obras “Duas invasões – Invasão Vermelha” e “Duas Invasões – Invasão Branca”, de autoria do jornalista e então Deputado Federal, João Calmon.

Cronologicamente concentrada no período que antecede o Golpe, “...*Invasão Vermelha*”²⁸ reconstitui as ações daquele deputado pessebista durante o processo de desestabilização do Governo Goulart; período em que harmonizava suas atividades parlamentares com a de diretor geral dos *Diários e Emissoras Associadas* – dirigindo, dentre outros veículos, uma das mais importantes publicações do grupo de Assis Chateaubriand à época, justamente *O Jornal*. Em consonância com a auto-afirmação da imprensa e dos chamados “homens da imprensa” em relação à vitória da “Revolução de 1964”, João Calmon aproveitaria tal obra memorialística para transcrever algo que certamente lhe era motivo de orgulho. Trata-se de excerto do depoimento prestado pelo General Assis Brasil junto ao Inquérito Policial Militar que este respondera meses depois do Golpe. Segundo Calmon, o último chefe da Casa Militar do governo Goulart teria “honestamente confessado” que a “colocação de um poderoso dispositivo de propaganda – emissoras de rádio e televisão, mobilizados pela *Rede da Democracia* –, a serviço dos adversários do Sr. João Goulart

²⁵ Idem, *Ibidem*.

²⁶ Anteriormente denominadas *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, e com o objetivo primordial de concentrar os estratos conservadores nacionais em prol da destituição do Governo Goulart – como a precursora paulista de 19/03/1964 –, tais passeatas eclodiram pelas principais cidades brasileiras após o golpe de 31/03/1964, passando a ser denominadas de *Marchas da Vitória*.

²⁷ Para maiores detalhes, Cf.: WAINER, S. *Minha razão de viver. Memórias de um repórter*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987; sobretudo, páginas 261 e ss.

²⁸ CALMON, J. *Duas invasões – Invasão vermelha*. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1966. Já a outra edição, “... Invasão branca”, fazia referência a uma “invasão sustentada por milhões de dólares, com o objetivo de dominar os órgãos de divulgação deste país”, em alusão ao contrato então recém firmado entre a empresa estadunidense Time-Life e a brasileira *Globo*.

contribuiu, de maneira decisiva, para o pronto desmoronamento de seu plano de poder.”²⁹ Mais a frente, cioso de seu papel à frente da criação desta *Rede*, Calmon pontuaria:

Como se vê, muitas e boas razões tinha eu ao insistir, naquele fim de 1963, para que os democratas organizassem, também, a sua rede de rádios e tevês. Felizmente, a 25 de outubro desse mesmo ano, o meu desejo se transformava em realidade, a palavra se convertia em ação. A *Rede da Democracia*, contando com as mais prestigiosas estações deste país, fazia a sua primeira transmissão.³⁰

A despeito da tentativa exacerbada de atrelar o seu nome à criação da *Rede*, João Calmon acertara em dar proeminência àquela rede midiática que se formara nos últimos meses de 1963, com o retórico intuito de “levar a todo País mensagem de esperança e de esclarecimento da opinião pública.”³¹ Ratificada pelo depoimento de um eminente personagem daquele processo, como o General Assis Brasil, acreditamos que tal proeminência em relação aos demais veículos da imprensa brasileira fundamenta-se tanto pelas características estruturais, quanto pelas características programáticas da *Rede da Democracia*.

Inspirada, segundo os seus fautores, “nos mais puros sentimentos de patriotismo”,³² a *Rede da Democracia* pode ser caracterizada como um inédito arranjo midiático encabeçado e posto em prática por três das maiores empresas jornalísticas daquele período – *Diários Associados*, *Globo* e *Jornal do Brasil* –, responsável por uma campanha incisiva e conjunta em favor da destituição do Governo Goulart. Além de uma significativa abrangência – proporcionada pela transmissão em rede de seus programas, pela retransmissão destes em estações radiofônicas do interior do País e pela transcrição integral de seus conteúdos nos jornais que a compunham –, a *Rede da Democracia* também se distinguia das demais campanhas oposicionistas no campo da imprensa pela preocupação de seus idealizadores em não torná-la somente um *locus* a mais da campanha anti-Goulart, mas sim como um espaço onde representantes de um novo programa político para o País pudessem ser ouvidos e, desta forma, tivessem suas propostas difundidas.

Além da natureza e conteúdo dos pronunciamentos veiculados no programa, podemos aferir tal estratégia pela composição e dinâmica características *da Rede* nos meses em que

²⁹ Idem, p. 93. Grifos nossos.

³⁰ Idem, Ibidem.

³¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25/10/1963, p. 03.

³² Palavras de Roberto Marinho, na alocação de estréia da Rede. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25/10/1963, p. 03.

esteve no ar. Seus idealizadores se preocuparam em afastá-la de posições que caracterizaram as atuações das próprias empresas *Globo*, *Diários Associados* e *Jornal do Brasil* nas décadas anteriores – abertamente partidárias, apoiadoras deste ou daquele candidato, opositora deste ou daquele governo.³³ Divergia, por exemplo, do papel historicamente desempenhado pelo jornal *O Globo* ou pela emissora de rádio daquela empresa – cujos microfones estavam sempre abertos às campanhas político-partidárias da UDN; ou mesmo daquele que sempre marcou a atuação dos *Diários Associados* – que, a despeito de sua política situacionista e pragmática frente a diferentes governos federais, sempre sustentou suas oposições através do personalismo de seu proprietário, Chateaubriand, ou de um ex-funcionário da “casa”, Carlos Lacerda. A ausência destas duas, então, importantes figuras políticas à frente da *Rede da Democracia* – João Calmon substituiu Chateaubriand como representante dos *Diários Associados*, e Lacerda ocupou os microfones da *Rede* pouquíssimas vezes –, assim como a ausência de empresas jornalísticas de caráter oposicionista mais extremados em sua composição, como o diário carioca *Tribuna da Imprensa*, evidenciam a estratégia contrastiva, de “não-polêmica”, com a qual a *Rede da Democracia* fora constituída.

Não por acaso, em um dos primeiros pronunciamentos daquele programa, o proprietário e diretor-chefe das *Organizações Globo* clamava: “Os homens de todos os partidos, sem exceção de um só, serão bem vindos [ao] movimento, desde que integrados nos princípios que nos orientam, da defesa da democracia em nossa terra.”³⁴ Na seqüência deste pronunciamento, Roberto Marinho sublinharia o caráter apartidário e “não-polêmico” com o qual a *Rede* pretendia atuar:

A *Rede da Democracia*, que vai ao ar hoje, pela primeira vez, não terá colorido político-partidário. Inspira-se nos mais puros sentimentos de patriotismo e na preocupação com os destinos nacionais em tão grave momento da vida brasileira. (...) Há certos homens hoje, no Brasil, dentro e fora do governo, que não desejam outra coisa que ver [sic] os seus nomes propagados por esta enorme Rede da Democracia. A meu ver, esses nomes deviam ser completamente omitidos, porque entendo que este movimento não deve ter caráter polêmicos.³⁵

³³ Os exemplos são inúmeros e o tema é rico em bibliografia. Afora os exemplos que listamos a seguir, podemos citar: LATTANZI, J.R. *Imprensa, partidos e democracia: A experiência brasileira (1945-46)*. Niterói: PPGH/UFF. Dissertação de Mestrado, 2005; CARVALHO, A.H.C. *A opinião pública e a CPI da Última Hora – o Governo Vargas (1951-54)*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2000; dentre outros.

³⁴ *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/10/1963, p. 06.

³⁵ Idem, ibidem.

Em notório contraste ao caráter personalista com o qual João Calmon quisera caracterizar a *Rede da Democracia* – o que renderia vultuosos dividendos políticos ao deputado pessedista, antes mesmo do golpe de 1964³⁶ –, o pronunciamento de Roberto Marinho explicita a estratégia de apresentar a *Rede* como um *locus* capaz de aglutinar forças díspares do cenário político daquela época, para além das velhas forças oposicionistas. Desta forma, os programas radiofônicos levados ao ar a partir de outubro de 1963 contaram, preponderantemente, com a colaboração de um grande número de representantes de instituições civis, parlamentares e militares que, por suas filiações não-jornalísticas, rompiam com o caráter meramente redacional de oposição do qual, porventura, a *Rede da Democracia* pudesse ser associada.

A despeito dos pronunciamentos dos representantes dos *Diários Associados*, *Jornal do Brasil* e *Organizações Globo* nos primeiros programas (ou de um ou outro pronunciamento destes ao longo dos meses em que a *Rede* esteve no ar), os microfones deste arranjo estavam voltados, sobretudo, a parlamentares, empresários, dirigentes sindicais, oficiais militares, dirigentes sindicais, porta-vozes de entidades patronais, estudantis, eclesiásticas, e a toda gama de setores cujos valores e projetos defendidos não eram outros senão aqueles implementados pelos Governos Militares a partir de 1964.

Concomitantemente, os jornais e emissoras radiofônicas que compunham a *Rede* exploravam as características programáticas com as quais esta era retoricamente apresentada – sobretudo os caráter apartidário e propositivo a ela atribuídos –, ratificando-se como “espaços privilegiados de defesa e esclarecimento da opinião pública.” Portanto, a despeito de seus editoriais e matérias de natureza exaltada, e mesmo virulenta, contra o Governo Goulart, jornais como *O Jornal*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* solidificavam uma imagem de “oposição construtiva” cujo reconhecimento e importância podem ser medidos pela participação, cada vez maior, de representantes dos mais diversos setores da sociedade brasileira junto aos microfones da *Rede*.

³⁶ João Calmon iniciara, já em meados de 1963, uma incisiva corrida em favor de sua candidatura à vice-presidência da República, visando as eleições majoritárias previstas para 1965. Campanha que logrou êxito em fevereiro de 1964, quando uma convenção do PSP (Partido Social Progressista) ratificou a coligação com o PSD (Partido Social Democrático) de Calmon e lançou o seu nome e o de Ademar de Barros como candidatos à vice-presidência e a presidência, respectivamente, para as eleições que se avizinhava. Tendo *O Jornal* e os demais veículos dos *Diários Associados* como verdadeiras vitrines às suas iniciativas de oposição ao Governo Goulart, Calmon ter seu nome atrelado à defesa do regime democrático e à própria criação da *Rede da Democracia*. Cf., dentre outras fontes, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24/02/1964, p. 04.

Dadas estas características, a atuação ímpar que manteve durante os últimos meses do Governo Goulart, o reconhecimento interno e internacional desta atuação quando da efetivação do Golpe e os dividendos políticos que grande parte de seus colaboradores gozaram durante o regime ditatorial, não seria absurdo supormos que a *Rede da Democracia* estivesse devidamente registrada nos anais históricos referente àquele processo; ou ao menos que fosse recobrada pelas reconstituições históricas que a imprensa brasileira, invariavelmente, faz do período. Entretanto, afora menções de sua existência em passagens factuais de algumas obras sobre o tema,³⁷ pouco ou quase nada fora escrito sobre a *Rede da Democracia* – o que confere papel aquém daquele que acreditamos ter sido exercido por este importante instrumento, no sentido de elaborar e difundir consensos em torno das propostas dos fautores do golpe de 1964.

Acreditamos que, com a minuciosa descrição deste arranjo editorial, de seus elementos constitutivos e de sua abrangência naquele período; com a análise atenciosa de seu programa político e do *modus operandi* exercido para pô-lo em prática; e com a reconstituição das redes que o atrelava às demais instituições de notória participação no Golpe de 1964, poderemos preencher algumas lacunas que ainda caracterizam a produção acadêmica acerca daquele processo; sobretudo em relação ao papel desempenhado pela *Rede da Democracia* nele.

1.1 – A imprensa e o Golpe – 1964 e quarenta anos depois

Trazer à tona a história da *Rede* poderia ser feito de várias formas, e isto pode ser constatado pelos trabalhos acadêmicos que elegeram a relação imprensa-Golpe como foco de análise.³⁸ Para além de uma descrição metodológica, entretanto, descrever os caminhos percorridos pelo presente estudo se ancora no entendimento de que tais procedimentos não estão isolados dos pressupostos teóricos compartilhados pelo seu executor. Igual raciocínio fora aplicado quando da análise de publicações não-acadêmicas sobre o tema – sobretudo as da chamada “grande imprensa” – também responsáveis pela construção da memória acerca do golpe de 1964 e, por isso, importantes objetos neste estudo.

³⁷ Por exemplo, em SILVA, H. *Golpe ou contra-golpe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 258.

³⁸ Neste primeiro momento, e à guisa de ilustração, podemos citar: DIAS, L.A. *A Folha de S.Paulo e o golpe de 1964*. São Paulo: UNESP/Assis. Dissertação de Mestrado, 1993; FRANCO, G.C. *O papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares – Estudo comparativo entre Brasil, 1964 e a Argentina, 1976*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado, 1997; ABREU, A.A. A participação da imprensa na queda o Governo Goulart. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15-25; SILVA, C.L. Imprensa e ditadura militar: padrões de qualidade e construção de memória. In: *Revista História & Luta de Classes*. Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: ADIA, 2005, p. 43-54.

Sob este pressuposto, torna-se compreensível a inexistência de uma caracterização da *Rede da Democracia* pelos órgãos midiáticos que a compuseram, mesmo em momentos em que tais órgãos lançaram mão de seus arquivos para reconstituírem a memória sobre 1964. Foi assim, por exemplo, em 2004, ano de intensa cobertura midiática sobre o golpe de 1964 e de destaque, por parte dos principais periódicos do País, a determinados pressupostos teóricos acerca daquele período. Igualmente importante para o debate historiográfico sobre o Golpe e sobre o regime ditatorial que o seguiu, 2004 também merece nossa atenção pela profusão de encontros, seminários, debates e publicações cujos objetivos estavam voltados para os chamados “balanços históricos” acerca do tema.

Data deste ano, por exemplo, um primeiro esforço em destacar e sistematizar a atuação da *Rede da Democracia* junto ao processo que levaria ao golpe de 1964 – produto do artigo “*A imprensa Golpista – o papel dos jornais cariocas da Rede da Democracia na queda de Jango*”, assinado pelo historiador Aloysio Castelo de Carvalho e publicado no semanário *Carta Capital*.³⁹ Também em 2004, uma outra caracterização da *Rede* (mencionada no artigo “*A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*”⁴⁰, do historiador Jorge Ferreira) pautará nossa discussão no que tange às díspares interpretações que a historiografia sobre o Golpe e sobre a ditadura militar têm apresentado sobre aquele processo.

Fruto desta profusão de trabalhos sobre o Golpe – embora de natureza reflexiva sobre tal profusão – destacamos o trabalho acadêmico do historiador Demian Bezerra de Melo intitulado “*A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964*”,⁴¹ justamente pela feliz abordagem que apresenta do comportamento das grandes empresas jornalísticas frente à construção da memória sobre o Golpe de 1964, e por uma fecunda descrição de um determinado revisionismo historiográfico sobre aquele processo. Ainda neste capítulo, teremos oportunidade de comprovar que esses elementos possuem naturezas complementares entre si, e não podem ser desassociados de uma análise crítica acerca da *Rede da Democracia* – o que mais uma vez confere importância e destaque para o trabalho de Melo.

Com o objetivo principal de “entender o sentido do revisionismo historiográfico sobre o golpe civil-militar de 1964”,⁴² Melo percorrerá as publicações acadêmicas sobre o tema a fim de mapear os caminhos percorridos por esta tendência cuja maior caracterização pode ser

³⁹ CARVALO, A.H.C. “*A imprensa golpista...*”. Op.cit.

⁴⁰ FERREIRA, J. “*A estratégia do confronto...*”. Op.cit.

⁴¹ MELO, D.B. “*A miséria da historiografia...*”. Op.cit.

⁴² Idem, p. 07.

dada pela relativização que atribui ao papel dos responsáveis históricos pelo Golpe e pelo regime ditatorial que o seguiu. Para tanto, Melo concentrar-se-á nas produções acadêmicas e não-acadêmicas de dois momentos – as datadas até os 30 anos do Golpe, e as publicadas na década seguinte, já em 2004 ; além de dar destaque aos encontros, palestras e seminários que ocorreram, principalmente, nesta última data.

Neste sentido, o sub-capítulo *O Seminário dos 40 Anos e a Imprensa*⁴³ é de extrema monta por descrever a atenção que os jornais de grande circulação do País, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* deram aos seminários, encontros e demais eventos que se organizaram em função da efeméride dos 40 anos do Golpe. Sublinhando a importância atribuída pela chamada “grande imprensa” ao tema, Melo nos aponta, inclusive, a existência de conferências organizadas pelos próprios periódicos, como “*Olhares sobre 1964: o golpe que calou o Brasil*” – promovida pelo *Jornal do Brasil* em março daquele ano,

Realizada de diferentes formas – por meio de matérias extensas ou mesmo cadernos especiais sobre esses eventos;⁴⁴ de entrevistas com especialistas sobre o tema; de análises em espaços nobres dos jornais, como os editoriais e as colunas assinadas –; a cobertura implementada por estes diários em 2004 ilustra uma considerável mudança de comportamento no seio da própria imprensa, no que tange à sua relação com a memória sobre o último regime ditatorial do País. A despeito da existência de publicações que atestam a cumplicidade de diversas empresas jornalísticas durante e para com o regime ditatorial,⁴⁵ há muito a imprensa brasileira vinha construindo sua imagem vinculada tão somente à censura sofrida durante aquele regime, com pouco ou nenhum espaço atribuído ao seu papel no período imediatamente anterior ao Golpe. Até então concentrando suas análises e memórias nos aspectos autoritários da ditadura – cujo chamado “golpe dentro do golpe” é o grande paradigma – jornais como os citados anteriormente puderam, com a cobertura dos eventos de

⁴³ O evento que dá título ao sub-capítulo é o “*Seminário 1964-2004: 40 anos do Golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*”, promovido pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ; pelo Programa de Pós-graduação em História da UFF; pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da FGV; e pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Realizado entre os dias 22 e 26 de março de 2004, na cidade do Rio de Janeiro, este Seminário ganhará destaque nas análises de Melo justamente pela predominância da visão revisionista sobre o Golpe da maioria de seus participantes. Cf.: Idem, p. 70.

⁴⁴ São exemplos de “Cadernos Especiais”: 40 anos esta noite. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31/03/2004; Olhares sobre 1964: o golpe que calou o Brasil. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/04/2004;

⁴⁵ Dentre as mais significativas, podemos citar: GOLDESTEIN, G.T. *Folhas ao vento: Contribuição ao estudo da indústria cultural*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 1986; AQUINO, M.A. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de S. Paulo e Movimento*. 1ª ed. Bauru: EDUSC, 1999; SMITH, A.M. “*Um acordo forçado...*”. Op.cit.; KUSHNIR, B. *Cães de guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004; BRITTOS, V.C. e BOLAÑO, C.R.S. *Rede Globo, 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

2004, enfrentar com menor receio o período em que clamaram pela intervenção militar e chamaram de Revolução aquilo que desde sempre fora um golpe de Estado.⁴⁶ Isto porque não só refletiram, mas ampliaram e destacaram algumas das teses parcialmente defendidas nestes eventos, cujo caráter revisionista corrobora com o seu próprio papel durante a derrocada do Governo Goulart.

O trabalho de Demian de Melo é preciso ao descrever a forma deliberada com que a *Folha de São Paulo*, por exemplo, apresentara as chamadas “novas abordagens” sobre o tema, sobretudo as teses de “golpismo generalizado”; o também “generalizado desprezo pela democracia”; e “responsabilidade universal sobre o Golpe e a ditadura militar”. Além de cobrir um dos principais eventos daquele ano – o *Seminário 1964-2004: 40 anos do Golpe*,⁴⁷ em que tais teses ganharam maior visibilidade –, o diário paulista já havia aberto caminho a apresentação dessas novas abordagens através da publicação de uma série de matérias e entrevistas com as chamadas “autoridades” sobre o tema. Dentre elas, Melo destaca a entrevista concedida pelo historiador Marcos Antonio Villa – apresentado pelo jornal como “autor de perfil inédito de Jango”⁴⁸ –, em que este defende a idéia do “golpismo generalizado” como característica do cenário político brasileiro no pré-Golpe. Segundo o historiador: “O que une ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por golpe, seja os militares, seja Brizola e mesmo Jango, no caso para continuar no poder. Tanto é assim que o golpe veio.”⁴⁹ Desdobramento desta tese, a idéia de desprezo que os atores envolvidos naquele processo nutriam pela democracia, também é abordada por Villa: “... Se Jango tivesse buscado a hegemonia no Congresso (...) era possível chegar a um acordo que viabilizasse por exemplo a reforma agrária. (...) Mas em 1964 a democracia tinha muitos inimigos.”⁵⁰

Também em relação à cobertura do “*Seminário... 40 anos do Golpe*”, a *Folha de São Paulo* dera amplo destaque à tese do golpismo generalizado sugerido por diversos

⁴⁶ As publicações acima citadas provam que não há anacronismo quando tratamos com pouquíssimas diferenças as ações das grandes empresas jornalísticas no período imediatamente anterior ao Golpe de 1964 e às implementadas durante a ditadura que o seguiu. Se, por um lado, a história das *Organizações Globo* e do *Grupo Folhas* provam que estes veículos lucraram muito mais do que perderam durante o regime ditatorial; por outro, o exemplo do matutino carioca *Correio da Manhã* é sintomático ao provar que um jornal consolidado e de circulação no centro político do País, como o próprio, poderia se opor à ditadura militar já nos primeiros dias após o Golpe de 1964, inclusive questionando o caráter “revolucionário” deste. Como consequência a essa precursora atitude, o *Correio da Manhã* seria perseguido e finalmente fechado no início da década de 1970. Cf.: CONY, C.H. *O ato e o fato – Crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964.

⁴⁷ Vide [nota 22](#).

⁴⁸ Trata-se da obra “*Jango, um perfil...*”, que seria lançada pelo historiador da UFSCar em abril daquele ano. Cf.: VILLA, M.A. *Jango, um perfil (1945-1960)*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

⁴⁹ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13/03/2004, Folha Brasil. Apud: MELO, D.B. *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁰ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13/03/2004, <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1303200421.htm>>, acessado em 23/09/2007.

participantes daquele evento, embora admitindo a existência do debate e a polêmica em torno desta tese. O mesmo exemplo não fora seguido pelo jornal *O Globo* – outro veículo muito interessado na divulgação e promoção das “novas abordagens” sobre o Golpe e a ditadura militar brasileira. Apesar das idéias divergentes em torno do tema “luta armada” – que ocupou uma mesa neste mesmo *Seminário* e contou com a participações dos historiadores Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e João Quartim de Moraes Neto – a tese apresentada com destaque e que posteriormente subsidiou uma matéria própria d’*O Globo* fora justamente a que procurava desqualificar a atuação das esquerdas durante a ditadura milita e ratificar o chamado desprezo que esta nutria pela democracia.⁵¹

A outra maneira que a imprensa nacional buscou legitimar, ou ao menos justificar, o papel que desempenhara no Golpe de 1964 foi corroborando com a também revisionista tese da “responsabilidade compartilhada” em relação ao Golpe e aos governos ditatoriais que o seguiram. Trata-se de uma outra forma de negar a complexidade inerente àquele processo e atribuir “à toda sociedade brasileira”, o seu quinhão de culpa na promoção e legitimidade da ditadura militar. Foi esta a tese preponderante do já citado evento promovido pelo *Jornal do Brasil* em março de 2004 – ratificada pela centralidade com que seria abordada pelo próprio diário em uma publicação sobre o evento, também intitulada “*Olhares sobre 1964: o golpe que calou o Brasil*”. Baseado nesta “nova visão”, além dos militares, também o Congresso Nacional e a sociedade foram responsáveis pela deposição de Goulart. O Congresso, por declarar vaga a presidência da República, enquanto João Goulart ainda se encontrava em território nacional; a sociedade, pelo apoio ao Golpe e aos governos ditatoriais que o seguiram. O oportunismo que este tipo de tese representa a uma empresa jornalística que esteve à frente de uma rede midiática em prol da intervenção militar é notório, sendo assim definido por Melo: “Se a sociedade apoiou o golpe, o jornal nada mais fez do que representar esta ‘vontade geral’.”⁵²

Visualizamos, assim, uma importante intersecção para o presente trabalho – provando que percurso acima não fora em vão: se é verdade que hoje exista uma espécie de retroprojeção das teses acadêmicas revisionistas sobre o golpe de 1964 pelos grandes conglomerados midiáticos do País – sobretudo através do argumento de autoridade, o

⁵¹ Trata-se da tese de Daniel Aarão Reis Filho, segundo a qual as esquerdas teriam feito parte de uma ‘ofensiva revolucionária’, e não uma ‘resistência’ ou ‘resistência democrática’ como defenderam os demais participantes daquela mesa. Tese que subsidiaria a matéria “Resistência democrática, dogma que desaba”, publicada pelo *O Globo* em 29/03/2004. Cf.: MELO, D.B. Idem, p. 77-79. Ver, também, REIS FILHO, D.A. *Ditadura militar – esquerdas e sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2002.

⁵² MELO, D.B. Idem, p. 80.

chamado *ad verecundiam*, direta ou indiretamente invocado por estes veículos quando da apresentação e defesa de tais teses –, este é apenas um dos aspectos da relação revisionismo-imprensa. De forma complementar, passam pela imprensa grande parte dos argumentos e de algumas provas pelas quais se baseiam as teses revisionistas; mais precisamente, pelo que fora produzido e publicado pelos jornais, revistas, programas radiofônicos e televisivos no período imediatamente anterior ao Golpe.

Geralmente considerada por esta tendência como mera refletidora daquele período – e não como *locus* primordial na disputa pelo consenso entre projetos distintos de hegemonia – a imprensa desempenha papel de destaque no revisionismo historiográfico sobre o Golpe e sobre a ditadura iniciada em 1964. De forma paradoxal, também representa os limites deste revisionismo, na medida em que, ao menos implicitamente, ratifica a expansão de uma disputa hegemônica para além dos limites dados pelo campo político-partidário *stricto sensu*.

Outrossim, entendemos que não há como desconsiderar o debate historiográfico em torno do golpe de 1964, principalmente o aspecto revisionista deste debate, quando se tem como objeto principal de estudo uma cadeia midiática capaz de ser instrumentalizada de maneiras muito próximas e em diferentes ocasiões – não obstante as quatro décadas que separam esses dois momentos – como a *Rede da Democracia*. Ao longo do presente estudo, teremos oportunidade de nos debruçar sobre o papel que a *Rede* desempenhou no processo de conquista e dominação do Estado brasileiro a partir de 1964 – do qual o Golpe fora importante etapa. Neste momento, porém, trataremos como o revisionismo historiográfico sobre o tema relaciona-se com aquela cadeia midiática; faz remoçar os seus argumentos do pré-Golpe e, de um modo mais amplo, relativiza sua inequívoca atuação golpista.

1.2 – Mapeando o revisionismo acadêmico e a relação imprensa-golpe de 1964

Embora não sejam homogêneas, as “novas abordagens” que vimos ser propagadas com destaque pela imprensa em 2004 compartilham de alguns elementos que as tornam passíveis da caracterização revisionista empregado pelo presente trabalho,⁵³ cujo principal

⁵³ Que, por sua vez, compartilha da já citada caracterização de Melo e de Caio Navarro de Toledo sobre o tema. Autor de “1964: *Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo...*”, Toledo vem desempenhando um importante papel de deflagração e crítica deste tipo de revisionismo. Cf.: TOLEDO, C.N. “1964: *Golpismo e democracia...*”. Op.cit. Grosso modo, estamos entendendo como “revisionistas” determinadas abordagens sobre o Golpe que, ao privilegiar uma análise baseada nos atos dos principais indivíduos envolvidos naquele processo e/ou no exacerbado, limitado e anacrônico peso conferido à idéia de democracia, acabam por ratificar o

deles é a negação da complexidade inerente ao processo que levaria ao Golpe e aos governos ditatoriais em 1964 – golpes recorrentes nas décadas de 1960 e 1970 e em sociedades de capitalismo periférico, altamente influenciadas pela bipolaridade mundial do período e com instituições sócio-políticas igualmente complexas, como a brasileira. Tal negação dá-se mediante a restrição dos focos e métodos de análise à esferas isoladas da sociedade, ou pela concepção sistêmica atribuída a esta; em suma, pela negação da possibilidade de se entender o processo pelo seu viés integral.

Podendo ser apontado como um dos marcos importantes desta tendência revisionista, a tese de “paralisia decisória” desenvolvida pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos é a que melhor ilustra tal característica, já que ela é fruto de uma super-valorização dos aspectos político-partidários no que tange à caracterização do golpe de 1964. Tese central de *“The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and crisis of 1964”*,⁵⁴ a noção de “paralisia decisória” como resultado provável do confronto político entre atores radicalizados e como resultante da crise brasileira de 1964⁵⁵ fora constituída justamente em oposição àquilo que o autor denomina de “explicações macro-históricas”⁵⁶ sobre o Golpe. Em outras palavras, e ainda segundo o autor, por não lograrem fornecer uma compreensão mais específica da crise em si, estas explicações macro-históricas⁵⁷ só estariam completas se combinadas com variáveis políticas específicas, tais como: i) panorama da fragmentação dos recursos de poder, acompanhadas do referente à radicalização ideológica; ii) fragilidades e inconstâncias das coalizões parlamentares; iii) instabilidade governamental, definida como rotatividade dos titulares de pastas ministeriais e de agências estatais.⁵⁸

Embora admitindo a existência e o impacto de conflitos sócio-econômicos nas estruturas políticas então existentes, Santos trabalha com a premissa de que a “estrutura do conflito político, em si, [é o] que importa para o resultado de qualquer outro conflito na sociedade como um todo.”⁵⁹ Não por acaso, será justamente a esta premissa que os autores

argumento de que tal “evento” fora um contra-golpe, um golpe preventivo contra o “provável golpe anarco-sindicalista” – não por acaso, o argumento dos verdadeiros golpistas de 1964.

⁵⁴ Tese de doutoramento defendida pelo cientista político em 1979, pela Universidade de Stanford (EUA).

⁵⁵ SANTOS, W.G. *Sessenta e quatro: Anatomia da crise*. São Paulo: Ed. Vértice, 1986, p. 10.

⁵⁶ Idem, p. 16.

⁵⁷ Sobretudo aquelas que apontam o Golpe como resultado de uma mudança no padrão de relacionamento entre militares e política (como *“The military in politics – Changing patterns in Brazil”*, de A. Stepan e assim citado por Santos); ou aquelas que vêem o episódio como uma crucial etapa na mudança que já vinha se operando em um País de capitalismo periférico e dependente. Cf.: Idem, p. 16 e ss. Quanto à obra de Stepan, foi traduzida no Brasil como: STEPAN, A. *Os militares na política – As mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: editora artenova s.a., 1975.

⁵⁸ Idem, p. 10.

⁵⁹ Idem, p. 23.

das demais teses revisionistas recorrerão ao justificar a super-valorização do chamado “período de crise” (1961-1964) e do campo de conflito (esfera político-partidária) presentes em suas análises sobre o Golpe.

Apresentada por Santos de maneira normativa, a política deixa de ser caracterizada pela disputa de projetos antitéticos (inerentes a uma sociedade cindida em classes), e passa a ser a capacidade de se implementar acordos.⁶⁰ É o que lhe permite, por exemplo, caracterizar o Governo de Juscelino Kubitschek como um dos “períodos presidenciais mais estáveis [do] pós-1946”, a despeito das inúmeras disputas extra-parlamentares que marcaram um governo de notório fortalecimento de forças sociais divergentes da forma populista de domínio, como o JK.⁶¹ Subsidiada por esta visão normativa, o papel da radicalização política-ideológica torna-se uma variável importante da tese de “paralisia decisória”, sobretudo em um sistema política cuja “capacidade operacional é medida por sua habilidade em escolher e/ou implementar decisões entre diversas alternativas políticas.”⁶²

Se estas restrições impedem que analisemos o golpe de 1964 sob a complexidade que lhe é inerente, o que dizer da perspectiva segundo a qual a escolha dos “atores políticos relevantes” daquele período impossibilitou uma possível combinação entre reformas sociais e manutenção do regime democrático? É o que defende Argelina Figueiredo em “*Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*”,⁶³ outra obra fundamental para se perceber os caminhos teóricos-metodológicos pelos quais passaram o revisionismo sobre aquele tema.

Assim como Santos, Argelina Figueiredo concebe uma visão unilateral de política, elegendo o Parlamento como o único local possível e legítimo para o “fazer político”. Partindo dessa premissa, a autora de debruçará sobre as possibilidades que os “atores relevantes” atuantes no Congresso Nacional do Governo Goulart obtiveram para combinar as prementes reformas daquele período com a manutenção da “democracia”. Após descrever tais possibilidades, concluirá que: ou o Poder Executivo agira de forma desinteressada ou inábil frente a esse compromisso – que Figueiredo ilustra com a decisão governamental de investir

⁶⁰ Cf.: MELO, Idem, p. 16.

⁶¹ O próprio autor arrola estas disputas durante o Governo JK – como o aumento do número de greves, os conflitos sociais advindos do surto inflacionário e da pauperização da população rural e urbana etc. –, mas não as considera como características capazes de macular a imagem de estabilidade daquele governo. Idem, p. 37-39. Quanto às forças sociais divergentes entre si, e divergentes da forma populista de domínio, teremos oportunidade de aprofundar nossa análise adiante. Por ora, Cf.: DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 37.

⁶² Idem, p. 30.

⁶³ FIGUEIREDO, A.M.C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

na volta do regime presidencialista, ou com o fracasso do Plano Trienal –, ou que o chamado “consenso negativo em relação à democracia” prevalecera entre as “negociações ofensivas” dos setores progressistas do Congresso e o “recoo assustado” dos setores conservadores daquelas Casas.

Como a caracterização dos aspectos sócio-econômicos e dos conflitos políticos no seio do regime populista daquele período não pertence ao seu campo de análise, Figueiredo cobrará dos grupos pró-reformas então atuantes no Congresso Nacional uma maior responsabilidade pelo fracasso da “possível conciliação”, segundo seu entendimento, entre um “programa razoável” de reformas sociais e a manutenção do regime democrático. Segundo Figueiredo,⁶⁴ “a estratégia maximalista destes grupos, somada à prática de um radicalismo político subsidiado pelo senso irrealista de poder”,⁶⁵ excluía as possibilidades de acordo com as alas conservadoras do Congresso Nacional. Teria sido assim, por exemplo, com a proposta de reforma agrária apresentada pelo PTB no Congresso, por esta ser condicionada a uma emenda constitucional que permitiria a União desapropriar as terras devolutas mediante a indenização com títulos da dívida pública, e não em espécie, como rezava a Carta de 1946. Ainda segundo a autora, por representar “um projeto inaceitável” para os grupos conservadores do Congresso, e pela atitude de intransigência daquele partido em não aceitar qualquer “solução subótima” para o imbróglio, aquela disputa fora ilustrativa do que Figueiredo denominou de “prática de um tipo de radicalismo [por parte dos grupos pró-reformas] que consiste em explorar maximamente as possibilidades do momento às expensas da criação ótima de novas possibilidades.”⁶⁶

Por não tratar o Parlamento como um dos inúmeros espaços em que as disputas entre interesses divergentes são exercidas (entendendo que tais disputas transcendem e são transcendidas por aquele *locus*), Figueiredo enxergará neste e em outros exemplos a confirmação do que chama de “fraco compromisso com a manutenção das regras democráticas”⁶⁷ por parte dos “atores” envolvidos naquele período; seja por não reconhecerem ou respeitarem os limites das instituições democráticas – sobretudo a Carta

⁶⁴ Visão que Figueiredo mantém ao longo de todas suas publicações sobre o tema. Dentre as mais significativas: Idem, *ibidem*; FIGUEIREDO, A.M.C. Democracia & reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, C.N. (org) 1964: *Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 47-53; FIGUEIREDO, A.M.C. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 26-35.

⁶⁵ FIGUEIREDO, A.M.C., “Democracia & reformas...”. *Op.cit.*, p. 52.

⁶⁶ Idem, p. 52.

⁶⁷ Idem, p. 53.

Constitucional –; seja pela incapacidade de perpetrarem acordos, mediante a uma agenda política moderada e a “aceitável”.

O resultado deste raciocínio é um silogismo muito característico nas análises revisionistas sobre o Golpe, sintetizado assim por Caio Navarro de Toledo:

Se os movimentos sociais, liderados pelas esquerdas, fossem menos maximalistas e aceitassem reformas mais moderada – que, para esses autores [revisionistas] certamente seriam aprovadas pelos setores não-reacionários do Congresso – a direita não teria perpetrado o golpe. A sociedade brasileira, concluem [esses autores], teria se livrado da amarga experiência da ditadura militar.⁶⁸

São teses como estas que confirmam a importância, e mesmo a necessidade, em darmos prosseguimento a um debate cujo objeto de crítica seja o revisionismo historiográfico sobre o Golpe de 1964. Embora apresente divergências pontuais entre si, os pressupostos lançados por Wanderley Guilherme dos Santos e Argelina Figueiredo serão implícita ou explicitamente compartilhados pelos demais trabalhos revisionistas sobre o período, sobretudo no que se refere à concepção institucional de democracia.

É o que podemos verificar pelos escritos do historiador Jorge Ferreira sobre o tema, sobretudo pela centralidade que concebe ao “radicalismo por meta desempenhado pelas esquerdas no pré-Golpe” – contribuição com a qual Ferreira almeja recuperar as estratégias de diversos grupos esquerdistas que atuaram no governo de João Goulart, no sentido de considerar suas participações no processo de radicalização política culminada com o golpe civil-militar de 1964.⁶⁹

Seguindo os caminhos abertos por Figueiredo quanto a uma sobrevalorização da importância de determinados grupos ou “atores”, e de suas capacidades de escolha, no cenário que antecedeu ao Golpe, Ferreira buscará nas chamadas “estratégias de confronto perpetradas pelas esquerdas” a prova de que estas, a exemplo do espectro conservador da sociedade, “também não valorizavam o regime *instituído* pela Carta de 1946.”⁷⁰ Este detalhe semântico é, aliás, sintomático de uma visão estritamente formalista de democracia, responsável inclusive por aproximar as análises do historiador àquelas dos setores responsáveis pelo Golpe: democracia como regime político instituído e limitado por uma Constituição

⁶⁸ TOLEDO, C.N. “1964: *Golpismo e democracia...*”. Op.cit., p. 45.

⁶⁹ FERREIRA, J. “*A estratégia do confronto...*”. Op.cit., p. 181.

⁷⁰ Idem, p. 209.

inviolável. Visão que pode ser confirmada pela maneira como o autor abordará as atuações dos chamados “setores mais radicalizados” daquelas esquerdas – sobretudo aqueles envolvidos na Frente de Mobilização Parlamentar,⁷¹ capitaneada, segundo Ferreira, por Leonel Brizola.

À exemplo de Figueiredo, Jorge Ferreira atribuirá papel demeritório a toda ação que julgara radicalizada naquele período, sobretudo às que ocorreram ao largo do Congresso Nacional. É sob este prisma que o ex-governador do Rio Grande do Sul e então deputado federal pelo PTB, Leonel Brizola, ganhará destaque nas análises do historiador. Por considerar Brizola como o líder e representante das “esquerdas radicais” daquele período, Ferreira o conceberá com um dos principais “atores” do processo igualmente marcado por um “clima de radicalização crescente”, cujo produto fora o golpe civil-militar:

Ora, analisando os componentes da FMP, ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantis, e dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas. Essa era a esquerda da época que reconheceu em Leonel Brizola a liderança do movimento. (...) Se ele era radical, tinha pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas igualmente eram radicais, pregavam a revolução e defendiam o rompimento com as instituições.⁷²

O que poderia ser considerado como uma mera diferença de objetos de estudos entre Figueiredo e Ferreira – a primeira, como vimos, aborda predominantemente as ações dos principais “atores” no Congresso; o segundo concentra suas análises naqueles que atuaram em outros canais de disputa –, de fato ilustra o aprofundamento que as teses revisionistas sobre o Golpe de 1964 alcançaram com os escritos de Ferreira. Isto porque, embora não negue que a direita sempre esteve disposta a romper com as regras democráticas,⁷³ Ferreira não considera este fator como o primordial para o entendimento do Golpe, e ilustra as malogradas tentativas de golpe dos grupos conservados em 1954, em 1955 e em 1961⁷⁴ como prova deste raciocínio. Para o autor, naqueles anos não se encontravam uma ampla base social para levar a

⁷¹ A Frente de Mobilização Popular foi formada em 1962, com o fito de promover o programa de Reformas de Base. Contava com representantes das entidades sindicais “paralelas” (como CGT e PUA), com membros da Frente Parlamentar Nacionalista, da UNE, da UBES, dentre outras entidades. Cf.: LAMARÃO, S. Frente de Mobilização Popular (FMP). In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

⁷² Idem, p. 190-191; mas também em FERREIRA, J. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 44.

⁷³ FERREIRA, J. “*A estratégia do confronto...*”. Op.cit., p. 209.

⁷⁴ 1954: suicídio de Getúlio Vargas após forte oposição ao seu Governo; 1955: tentativa de veto à posse de Juscelino Kubitschek; 1961: veto da Junta militar à posse de João Goulart, seguido por um “golpe branco” representado pela instituição do regime parlamentarista como fator condicional para posse deste.

conspiração adiante, finalmente conquistada com a radicalização das esquerdas no período iminente anterior ao golpe de 1964.⁷⁵

De acordo com este raciocínio, foram as esquerdas que propiciaram o êxito da conspiração golpista, confirmando um movimento que, segundo o autor, vinha se repetindo e se aprofundando naquele período – de um lado, a ação ofensiva das esquerdas e, de outro, a reação dos grupos conservadores. Movimento que Ferreira sintetiza assim:

No início de 1964, a conspiração das direitas avançava de maneira acelerada. Aos empresários, *irritava* o poder de decisão exercido pelo CGT nas políticas governamentais; aos militares, *assustava* a participação dos comunistas em cargos federais; aos políticos do PSD, *amedrontavam* as greves de trabalhadores e, em particular, as invasões de terras no interior do país; aos conservadores, sobretudo parlamentares da UDN, havia o *temor* de uma derrota nas eleições presidenciais de 1965.⁷⁶

Tal definição nos permite traçar mais uma característica comum aos escritos revisionistas: a centralidade que atribuem aos episódios factuais do período pré-Golpe e, conseqüentemente, a aproximação de suas análises aos argumentos daqueles que, de fato, o perpetraram. Subsidiadas por um recorte cronológico que exclui a historicidade das instituições civis, militares, clérigas, dos partidos políticos e demais setores envolvidos naquele processo, as análises revisionistas estabelecem uma espécie de tábula rasa da sociedade brasileira daquele período, igualando e comparando os “atores” nele envolvidos quanto aos seus respectivos papéis nos chamados “momentos de crise” que antecederam a deposição do Governo Goulart.

Assim, episódios que pertencem aos marcos oficiais dos que tomaram o poder em 1964 são tratados como representativos da mudança de mãos que a “bandeira da legalidade” sofrera entre 1961 e 1964 – o período que separa o veto dos ministros militares à posse de João Goulart da “iminência de um golpe comunista.” Analisados de forma isolada e tendo os seus aspectos ideológicos ignorados ou omitidos, episódios tais como: i) a denominada “Revolta dos Sargentos”, de setembro de 1963; ii) o envio ao Congresso e posterior retirada do pedido, pelo Executivo, de estado de sítio, em outubro daquele mesmo ano; iii) o *Comício da Central do Brasil*, já em março de 1964; iv) a chamada “Revolta dos Marinheiros” e o v) comparecimento de Goulart na reunião dos sargentos e subtenentes no Automóvel Clube do

⁷⁵ FERREIRA, J. “*A estratégia do confronto...*”. Op.cit., p. 183.

⁷⁶ Idem, p. 200. Grifos nossos.

Rio de Janeiro – também datados em março de 1964 – ganham dimensões incongruentes quanto aos seus verdadeiros significados, tornando-se aptos a ilustrar e ratificar a tese de *contragolpe* com a qual os arquitetos da “Revolução de 1964” a tentaram impingir. Neste sentido, Ferreira considerará o *Comício da Central do Brasil* como o momento de inflexão do presidente João Goulart em direção à política de radicalização pregada pelas esquerdas⁷⁷ – dado importante, se considerarmos o peso das ações individuais para as análises que descartam a totalidade como forma de interpretar o real.⁷⁸

A exemplo de Ferreira, Alzira Alves de Abreu também se norteou pelos “momentos de inflexão” ao registrar “a participação da imprensa na queda do Governo Goulart”⁷⁹ – no seu caso, em relação ao papel da imprensa no período iminente ao Golpe.

Embora reconhecendo que a força da imprensa advém, dentre outros fatores, “de sua autonomia, de sua capacidade de encaminhar o debate sobre determinados temas, de formular e impor uma agenda, e dessa forma interferir no rumo dos acontecimentos”,⁸⁰ o artigo de Abreu acabará por imprimir uma análise de caráter reflexiva quanto a participação desta no golpe de 1964; análise em que a ação de empresas midiáticas historicamente comprometidas com os setores conservadores da sociedade brasileira são tomadas como mero reflexo dos rumos políticos percorridos pelo Governo Goulart, a despeito da posição de organizadores e fomentadores do intervencionismo militar que jornais como *O Globo*, *Estado de S. Paulo*, *O Jornal* ou *Jornal do Brasil*, por exemplo, desempenharam naquele processo.

Desta forma, segundo Alzira Abreu:

Foi só à medida que se intensificou a mobilização ideológica, quando o governo se aproximou dos grupos radicais de esquerda e foi perdendo o apoio dos grupos de centro, quando a crise político-ideológica se aprofundou, que a imprensa foi mudando o seu discurso, formulando ou acompanhando as orientações dos grupos que desejavam a queda do governo.

⁷⁷ Idem, p. 206.

⁷⁸ É paradoxal a crítica que Jorge Ferreira faz às certas interpretações sobre o Golpe, sobretudo aquelas que, segundo o historiador, “preferem personalizar grandes processos, reduzindo a História à simples vontade, ou à falta dela, dos grandes homens”. Para tanto, cita como exemplo as interpretações produzidas pela “ortodoxia marxista-lenista”, e outras “de esquerda, de direita ou liberais” que, ao tratar João Goulart como “populista”, “se unem em uma explicação simplista e teoricamente inaceitável: graças à incompetência de um único indivíduo, implantou-se uma ditadura que mudou a face do país.” No entanto, a ênfase que Ferreira atribuirá às “competentes” ações de Leonel Brizola e às do próprio Presidente – quando este adere à “alternativa radical” –; ou o descrédito que o historiador atribui àquelas interpretações por ele denominadas de “Grande Conspiração” – possivelmente pelo caráter de interdependência dos fatores e dos atores envolvidos, pressuposto por elas – o torna passível de sua própria crítica. Cf.: Idem, p. 183-184.

⁷⁹ Justamente o título do único artigo dedicado ao tema imprensa-Golpe no já citado “*Seminário ... 40 anos do Golpe*”. Cf.: ABREU, A.A. Op.cit.

⁸⁰ Idem, p. 15.

A forma como Abreu atribuirá substância à abrangente palavra *imprensa* será pontuando o papel deste ou daquele periódico nos três “atos” que julga importantes para o entendimento do processo: i) a tumultuada posse de João Goulart, em 1961; ii) o período da aprovação do regime parlamentarista (também em 1961) até o plebiscito que devolveria os plenos poderes presidenciais à Goulart (já 1963); iii) o período que denominou de “início [do] afastamento da imprensa do governo Goulart”, marcado pela “Revolta dos Sargentos.”⁸¹ Em relação a este último, Abreu é enfática: “A Revolta dos Sargentos (2/09/1963) pode ser considerada o momento de inflexão da posição da imprensa em relação ao governo Goulart: a partir daí começa realmente o afastamento e se aceleram as críticas ao presidente.”⁸²

Deste último “ato” até o “Epílogo”,⁸³ a autora descreve a repercussão que os jornais darão aos já citados “momentos de crise” que antecederam a deposição de Goulart, finalmente asseverando:

Mas foi a “Revolta dos Marinheiros”, liderados pelo Cabo Anselmo, em 26 de março, que precipitou os acontecimentos. Os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional começaram, agora claramente, a pedir a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da hierarquia militar.⁸⁴

Aqui, fecha-se um círculo que iniciamos com a repercussão das teses revisionistas sobre o Golpe pelos grandes conglomerados midiáticos do País, quatro décadas depois dele. Isto porque localizamos, como produto e como legitimador de tais teses, uma das poucas caracterizações existentes da *Rede da Democracia* – aquela que aponta o nascimento do arranjo midiático ao movimento de reação das forças conservadoras frente à ofensiva das esquerdas:

O clima era de radicalização crescente. Brizola já contava, naquele momento, com um horário cativo na rádio Mayrink Veiga, de onde pregava as reformas imediatas. (...) A reação veio com o acordo entre Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon. Unificando suas rádios, a Globo, a Jornal do Brasil e a Tupi, eles criaram a “Rede da Democracia”.⁸⁵

⁸¹ Idem, p. 17-19.

⁸² Idem, p. 19.

⁸³ Idem, p. 21.

⁸⁴ Idem, p. 23.

⁸⁵ Idem, p. 197.

Embora seja cronologicamente plausível considerar que *Rede da Democracia* tenha sido lançada como contraponto aos programas radiofônicos comandados por Brizola, tal caracterização não leva em conta as forças e os interesses por trás daquela *Rede*, os projetos que ela representava, os grupos políticos pelos quais aquelas empresas midiáticas estavam historicamente envolvidas, ou mesmo suas ações nos processos de “crises institucionais” – para utilizar uma expressão cara ao revisionismo – anteriores ao de 1964. Assim, por caracterizar a *Rede da Democracia* exatamente do mesmo modo que os seus fautores retoricamente o faziam – apontando-a como uma criação “saudada por parlamentares de centro ‘assustados com a escalada de radicalização das esquerdas’”⁸⁶ –, o historiador Jorge Ferreira acaba por elevá-la a um patamar constituído por aqueles que se empenharam em defender o regime democrático em um cenário em que a “democracia era a grande ameaçada.”

A análise do papel da *Rede da Democracia* como a acima descrita não está dissociada da forma como a imprensa ainda é tomada por algumas pesquisas acadêmicas: não a elegendo como objeto central de estudo, algumas pesquisas acabam por recorrer às fontes produzidas pela imprensa de modo acrítico, e nem sempre o caráter partidário assumido pelos grupos que as produziram é problematizado.

Em sentido oposto, parte significativa das recentes produções acadêmicas cujo alvo de pesquisa é a imprensa têm dado relativa importância para o papel desempenhado por certos grupos midiáticos em determinados períodos da história brasileira, num esforço em demonstrar o poder que esses grupos exerceram em tais períodos. Em outras palavras, trata-se de um movimento de amadurecimento das pesquisas acadêmicas – sobretudo das historiográficas – em elevar os jornais, as revistas, os programas de rádio e outros veículos de imprensa para a categoria de atores sociais, em contraponto a uma perspectiva que, parafraseando Maria Helena Capelato e Maria Lígia do Prado, os tomam como meros veículos de informações, transmissores imparciais e neutros dos acontecimentos.⁸⁷

Autora de obras importantes sobre o tema, Capelato afirma que “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”;⁸⁸ ao que Paulo Sérgio Pinheiro, prefaciando “*O Bravo Matutino...*”, complementa:

⁸⁶ Idem, p. 198.

⁸⁷ CAPELATO, M.H. e PRADO, M.L. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S.Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. XIX.

⁸⁸ Idem, ibidem.

A história política brasileira está prenhe de exemplos em que muitas vezes as funções desempenhadas pelos partidos políticos podem ser desempenhadas por um jornal, operando como uma força dirigente ou orientadora, superiora aos partidos, propriamente ditos, e às vezes reconhecida como tal pelo público.⁸⁹

Sob tal perspectiva, Capelato e Prado se debruçaram sobre o papel desempenhado pelo jornal *O Estado de S.Paulo* durante os anos que antecederam o golpe de Estado de 1937 – período em que o matutino paulista fora instrumento de importantes segmentos da sociedade brasileira, e atuara com porta-voz de um projeto-político liberal idealizado para São Paulo e para o País⁹⁰ –, construindo um dos pioneiros estudos em que a imprensa é o objeto central de análise.

Embora muitas vezes utilizada como fonte pelas análises sobre o golpe de 1964, somente há alguns anos que a imprensa brasileira vem ganhando esta centralidade nos estudos sobre o processo que inauguraria o último período ditatorial do País. Ao contrário de inúmeras obras que se debruçaram sobre a relação imprensa-ditadura⁹¹, tais estudos concentram-se no papel desempenhado por importantes empresas midiáticas do País no momento anterior ao golpe de 1964; e, apesar de compartilharem alguns resultados, em níveis genéricos, sobre o tema (como, por exemplo, o caráter anti-Goulart assumido pela maioria das grandes empresas jornalísticas naquele processo), os pressupostos teóricos e a metodologia aplicada por estas pesquisas nos fornecem visões díspares sobre a relação imprensa-Golpe. Na pesquisa bibliográfica que deu base à presente dissertação nos deparamos com alguns destes estudos, e as disparidades entre eles compõem um interessante quadro – levado em conta quando da análise aqui apresentada da *Rede da Democracia*. Dentre eles, destacamos as dissertações *O poder da imprensa e a imprensa do poder – A Folha de S.Paulo e o golpe de 1964*, de Luiz Antonio Dias⁹²; e *O papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares – Estudo comparativo entre o Brasil, 1964, e a Argentina, 1976*, de Geisa Cunha Franco⁹³.

⁸⁹ PINHEIRO, P.S. Prefácio. Idem, p. XI.

⁹⁰ Idem., p. 23.

⁹¹ Tais como AQUINO, M.A. Op.cit.; KUSHNIR, B. Op.cit.; dentre outros.

⁹² DIAS, L.A. Op.cit.

⁹³ FRANCO, G.C. Op.cit.

Ao se concentrar na elucidação do “nível de participação do jornal *Folha de São Paulo* no golpe militar de 1964”⁹⁴, Luiz Antonio Dias faz de “*O poder da imprensa e a imprensa do poder...*” um extenso estudo sobre o que considerou de “posicionamento um tanto dúbio” do matutino paulista no processo que levou ao golpe de 1964⁹⁵. Para tanto, concentrou sua análise nos editoriais, matérias e até mesmo manchetes daquele periódico, abarcando o período de janeiro de 1963 até o final da década de sessenta, quando percebe que “há uma mudança de posição da *Folha de São Paulo* com relação ao governo militar.”⁹⁶ É justamente este alargamento do recorte temporal que faz “*O poder da imprensa e a imprensa do poder...*” chegar ao porquê do apoio da *Folha de São Paulo* ao golpe de 1964: segundo Dias, o “favorecimento político-financeiro” obtido pelo Grupo Folhas por parte do Governo Castello Branco⁹⁷ e, antes mesmo do Golpe, a ação coerente enquanto empresa em sempre almejar e obter lucro⁹⁸, fez com que a *Folha de São Paulo* apoiasse a destituição de Goulart em março de 1964. Em suas palavras:

[...] Desta forma, um jornal que apoiasse o golpe de 1964, liderado e organizado pelas elites do país, poderia obter uma certa simpatia dos anunciantes, que sem dúvida nenhuma faziam parte desta elite golpista. Esta simpatia muito provavelmente poderia representar um aumento considerável nos lucros deste jornal, através dos contratos de publicidade.⁹⁹

Embora tenha mencionado outros aspectos que justificassem a posição e o papel da *Folha de São Paulo* em relação ao golpe de 1964 – como o “reacionarismo da *Folha de São Paulo* quando se trata de disciplina e hierarquia”¹⁰⁰ –, Dias dá centralidade ao “aspecto empresarial” como justificativa para tal posicionamento. Mesmo quando trata da complexa relação de grande parte da imprensa brasileira, e por extensão a *Folha de São Paulo*, com o complexo IPES/IBAD, Dias a reduz às razões das “leis do mercado”, o que acaba simplificando tal relação:

⁹⁴ Dias, L.A. Op.cit., p. 06.

⁹⁵ Idem, p. 13.

⁹⁶ Idem, p. 14.

⁹⁷ Dias arrola como ‘favorecimento político-financeiro’ a compra, pelo grupo de Otávio Frias, dos jornais *Última Hora* e *Notícias Populares*, sugerindo que a dívida proveniente destas compras e as demais oriundas da alta do preço do papel foram alavancadas pelos governos militares. Idem, ibidem.

⁹⁸ Idem, p. 97.

⁹⁹ Idem, p. 96.

¹⁰⁰ Idem, p. 64.

Quando falamos em leis do mercado nos referimos à lei da oferta e procura. [...] Portanto, a aceitação no mercado publicitário era fundamental para que o grupo Folhas continuasse crescendo como um complexo empresarial da indústria cultural. Divergências com grupos tão poderosos, como o complexo IPES/IBAD e a ABA (Associação Brasileira de Anunciantes), poderiam ser fatais às metas do grupo Folhas.¹⁰¹

Já em “*O papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares...*”, Geisa Franco tenta, num primeiro momento, deslocar o foco do fator empresarial em relação ao papel da imprensa no Golpe de 1964 para se concentrar no papel “elitista desempenhado pelo jornal *O Estado de São Paulo* quando da incorporação das massas no cenário político, acentuada no Brasil pelo Governo Goulart (1961-1964), e na Argentina pelo Governo Isabelita Perón (1974-1976)¹⁰²:

A história do Brasil e da Argentina é fértil em momentos em que as elites tentam impedir a ampliação da participação popular através de medidas autoritárias, quase sempre com a participação dos militares. O temor da participação das massas leva as elites a exigirem a redução da *esfera pública*, reprimindo ou controlando os conflitos sociais.¹⁰³

Para que tal movimento se justifique, Franco toma a imprensa como uma “força política importante, uma vez que o controle da opinião pública – *que a caracteriza* – tornou-se um aspecto fundamental da política a partir do século XVIII, com a democratização progressiva do espaço público provocada pelas revoluções liberais.”¹⁰⁴ Embora não o cite nominalmente, tal definição se aproxima daquilo que o filósofo alemão Jürgen Habermas localizou como *concepção liberal de imprensa*, “*esfera* através do qual a elite ilustrada acreditava ser possível a confrontação de opiniões e o desenvolvimento do melhor argumento para assegurar a verdade”.¹⁰⁵ Quando analisa o papel d’*O Estado de São Paulo* e do *La Nación* no período iminentemente anterior aos Golpes de 1964, no Brasil; e 1976, na Argentina, Geisa Franco destaca justamente este pressuposto de imprensa: “mediadora entre o

¹⁰¹ Idem, p. 88. Neste aspecto, Dias corrobora com a obra de Gisela T. Goldenstein, para quem ‘a publicidade comanda o jornal’. Idem. Apud: GOLDESTEIN, G.T. Op.cit., p. 231.

¹⁰² FRANCO, G.C. Op.cit., p. 08.

¹⁰³ Idem, ibidem. Grifos nossos.

¹⁰⁴ Idem, p. 13. Grifos nossos.

¹⁰⁵ HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Pp.123. Grifos nossos.

poder público e a sociedade civil, (...) canal de expressão da pluralidade ideológica, constituindo-se em uma instituição de sustentação de regimes democráticos.”¹⁰⁶

No segundo capítulo desta dissertação, teremos oportunidade de aprofundar a discussão sobre opinião pública ao analisar um dos principais itens do programa estratégico da *Rede da Democracia* – aquele em que ela era retoricamente apresentada como *esclarecedora da opinião pública*. Neste momento, porém, interessa-nos indicar que entender a imprensa como aquilo que, não raro, é defendido pela própria imprensa – “instituição de sustentação de regimes democráticos” ou “quarto poder” –, não nos ajuda entender a complexidade inerente a sua natureza e o seu papel em momentos de tensões sociais como os anteriores a golpes de Estado. Antes disto, acabam por nos levar a falsos paradoxos, como o explicitado pelo trabalho de Franco:

É razoável supor que à imprensa especialmente interessa o fortalecimento da democracia, já que esse regime representa a possibilidade de pleno exercício das suas funções. [...] É esse aparente paradoxo que [a dissertação] se propõe investigar: a colaboração da imprensa na preparação de regimes que, pela sua natureza, necessariamente, restringem a liberdade de expressão.¹⁰⁷

Quando responde a este paradoxo, Franco adota o atalho que tentara desviar inicialmente, localizando na natureza empresarial da imprensa a justificativa do apoio de *O Estado de São Paulo* e do *La Nación* para os golpes em seus respectivos países:

Ainda que a liberdade seja vital para o exercício das suas funções, sendo o jornal uma empresa privada, a defesa da empresa e a defesa da ordem necessária ao desenvolvimento de seus negócios, em alguns momentos passam a ser mais importantes que a defesa da liberdade. Por isso, a metamorfose verificada em certos setores da imprensa, de porta-voz da sociedade em instrumento de legitimação do autoritarismo, não é de todo incompreensível.¹⁰⁸

A complexidade que a cercam, porém, faz das empresas midiáticas terem comportamentos distintos de outras empresas em um processo como os que geram golpes de Estado; e mesmo se operarmos no nível da lucratividade, por exemplo, como justificativa para o papel desempenhado pela imprensa no golpe de 1964, tal complexidade se mostra presente.

¹⁰⁶ FRANCO, G.C. Op.cit., p. 09.

¹⁰⁷ Idem, p. 09-10.

¹⁰⁸ Idem, p. 10-11.

É o que nos mostra o exemplo dos *Diários Associados* neste processo: um dos sustentáculos da *Rede da Democracia*, o grupo então dirigido por João Calmon e de propriedade de Assis Chateaubriand deparou-se com consideráveis perdas financeiras após unir-se com os grupos *Globo* e *Jornal do Brasil* para criar a *Rede*. Segundo Fernando Moraes, autor de um extenso estudo sobre a vida de Chateaubriand:

Transformado em uma trincheira de combate ao governo de João Goulart [...] *O Jornal* tinha agora de se defrontar com um agravante à qual estava pouquíssimo habituado: os veículos de Chateaubriand viram secar, da noite para o dia, as sempre generosas tetas e os favores do Banco do Brasil, do Ministério da Fazenda e dos institutos de previdência.¹⁰⁹

1.3 – “*Basta de Monólogo!*” – O papel da imprensa em uma disputa hegemônica

Frase recorrentemente pronunciada quando dos primeiros programas da *Rede*, o fim do “monopólio da propaganda política pelo rádio”¹¹⁰ fora aludido pelos seus oradores justamente no sentido de legitimar este “novo campo de batalha”, como aqui estamos entendendo a *Rede da Democracia*. Segundo o pronunciamento de estréia de João Calmon à *Rede*, esta nascia “para impedir o monopólio liberticida e subversivo”:

De hoje em diante, o povo apreciará, todas as noites, o diálogo, o debate, a discussão, tudo isso que acabaria no momento em que os homens do monólogo conquistassem os últimos postos-chaves que ainda não ocupam na administração pública. [...] A paixão, o ódio, o personalismo ficarão sempre fora deste programa e deverão procurar abrigo em outros horários e em outras emissoras.¹¹¹

Ilustrativo do período em que fora pronunciado, o excerto acima nos revela pelo menos uma das muitas faces de uma complexa disputa hegemônica cujo golpe de 1964, em si, representou importante etapa. Diferente do que grande parte da literatura revisionista sobre o Golpe propõe, a chamada “crise política” que o precedeu estava longe de ser apenas política, *stricto sensu*; impossível de ser limitada ao aspecto político-parlamentar.¹¹² Há muito tal

¹⁰⁹ MORAIS, F. *Chatô – O rei do Brasil. A vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994, p. 637.

¹¹⁰ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26/10/1963, p. 03.

¹¹¹ *Idem*, *ibidem*.

¹¹² Tal qual propõe Wanderley Guilherme dos Santos. In: SANTOS, W.G. *Op.cit.*

disputa já havia alcançado as ruas da cidade, as fábricas, as redações e as estações televisivas e radiofônicas do País. A utilização política desta última mídia, por exemplo, já havia sido realizada com êxito dois anos antes da criação da própria *Rede da Democracia*; e é sob esta experiência que Calmon se refere em seu pronunciamento:

Outro cidadão, também gaúcho e também petebista, recorreu ao rádio, através da chamada ‘Cadeia da Legalidade’ por ocasião da crise resultante do sr. Jânio Quadros, para garantir a posse do vice-presidente. [...] A liberdade de criticar, de atacar, de vilipendiar, através do rádio era paradoxalmente exercida, com exclusividade, pelos inimigos da liberdade, pelos que sonham com a implantação de uma ditadura do tipo cubano, chinês ou russo, em que só se faz ouvir a voz dos detentores do poder.¹¹³

De fato, o êxito obtido pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ao comandar uma cadeia radiofônica que pregara o direito de posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros, na crise de 1961 – aglutinando forças populares através de apelos emitidos pelo *dial* da rádio *Guaíba*, ao mesmo passo que sensibilizava e trazia para esta causa o decisivo apoio de oficiais “legalistas” do III Exército, sobretudo o Cel. Machado Lopes – serviu como exemplo paradigmático do poder aglutinador exercido pelo rádio.¹¹⁴

As peculiaridades que cercam a criação da *Rede da Democracia*, somadas a posterior análise dos pronunciamentos proferidos por aqueles que tiveram espaço junto ao programa, têm como função provar que seu papel naquele contexto coaduna-se com a expansão da disputa hegemônica para outros setores da sociedade além daquele delimitado pelo campo político-partidário. Desta forma, tendo as emissoras de radiodifusão como um dos flancos existentes, acredita-se que o caráter de disputa hegemônica que marcou o período pré-Golpe é ratificado uma vez que, segundo Gramsci:

A imposição de um projeto hegemônico exige, dentre outros fatores, a luta pelo monopólio dos órgãos formadores de opinião pública [...] e aquilo a que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, o ponto de contato entre a ‘sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força.’¹¹⁵

¹¹³ *O Jornal*, Rio de Janeiro, Op.cit., p. 03.

¹¹⁴ Sobre o episódio da Cadeia da Legalidade, ver: FELIZARDO, J. *A Legalidade. Último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 1988.

¹¹⁵ GRAMSCI, A. “*Cadernos do cárcere*. V. 3: *Maquiavel...*”. Op.cit., p. 265.

Tal expansão ocupa posição central na análise que René Dreifuss empreendeu acerca do processo que levava ao Golpe de 1964, explicitada na obra “1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*”.¹¹⁶

Fruto de uma extenuante pesquisa em torno do que Dreifuss chamou de complexo IPES/IBAD – verdadeira “elite orgânica dos interesses multinacionais e associados” e cujo objetivo era “o de se estabelecer no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas”¹¹⁷ – “1964 – *A conquista do Estado...*” parte de pressupostos gramscianos como “bloco histórico”, “disputa hegemônica” e “elite orgânica” para, não só identificar a natureza dos interesses representados por estas duas instituições, como também apontar as estratégias que tal complexo lançou mão para conseguir inserir-se no controle do Estado.

À primeira vista um fórum de debates que reunia veteranos empresários brasileiros, jovens empresários e economistas renomados – ‘intelectualidade’ que discutia, diante do colapso do populismo, um novo tipo de Estado para o país que o ligasse de forma racional às grandes empresas e ao capital internacional –, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), segundo Dreifuss, era uma entidade sofisticada e pretensamente científica; patrocinada por empresários mais representativos da burguesia nacional, internacional e nacional-associada.¹¹⁸ Para Moniz Bandeira, outro cientista político que focalizou as atividades do complexo IPES/IBAD do período anterior ao golpe, “o IPES atuava de maneira bastante variada, em diversas frentes, mobilizando equipes multifuncionais, espraiando-se virtualmente por todo o país e amparando-se em recursos e financiamentos razoavelmente abundantes.”¹¹⁹ Já o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – comprovadamente operacionado com recursos provindos dos EUA¹²⁰ –, transformou-se na organização mais próxima às chamadas “entidades de base” anti-janguista. Embora fundada em 1949, esta entidade só intensificou as suas atividades a partir de 1961 e, conforme o quadro descrito por

¹¹⁶ DREIFUSS, R. A. Op.cit.

¹¹⁷ Idem, p. 281.

¹¹⁸ Idem, p. 162 e ss.

¹¹⁹ BANDEIRA, M. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 6ª ed., 1983, p. 66.

¹²⁰ Moniz Bandeira, na obra já citada, dedica todo um capítulo para esta questão. Como nos aponta o cientista político, até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada em 1963 para averiguar as origens do enorme capital recebido pelo IBAD; CPI esta que “teve sua missão embaraçada pela influência dos deputados que os recursos do IBAD beneficiaram. O ex-agente da CIA, Phillip Agee, confirmaria posteriormente este fato, ao anotar em seu diário que a CPI ‘foi de algum modo controlada [...] pois cinco de seus nove membros eram receptadores de fundos monetários do IBAD e ADEP’.” Cf. BANDEIRA, M. Op.cit., p. 71. Todavia, o IBAD seria dissolvido por determinação do Poder Judiciário, em dezembro de 1963. Cf. DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 207.

Moniz Bandeira em *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-64*, com um capital de grande magnitude “o IBAD se transformou numa *holding*, coordenando várias subsidiárias, entre as quais se destacavam, além da ADEP (Ação Democrática Popular), a Ação Democrática Parlamentar (ADP), a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE) e a Frente de Juventude Democrática (FJD).”¹²¹

Em sua análise do *modus operandi* do complexo IPES/IBAD, Dreifuss aponta para a existência de “Grupos de Estudo e Ação” operando junto ao IPES, dos quais o “Grupo de Opinião Pública” é o que melhor ilustra esta relação entre imprensa oposicionista a Jango (ou representante de tais interesses) e o dito complexo. Como descreve Dreifuss:

O GOP [Grupo de Opinião Pública] enviava milhares de cartas e telegramas e fazia chamadas telefônicas, incitando a opinião pública e fortalecendo a mensagem do complexo IPES/IBAD. Formalmente, as metas do grupo constituíam na ‘disseminação dos objetivos e atividades do IPES por meio da imprensa falada e escrita’, levando ‘à opinião pública os resultados de sua pesquisa e estudo. A sua função manifesta era a manipulação da opinião pública por todos os meios disponíveis.’¹²²

Outrossim, ao analisar as “táticas da elite orgânica [...] que objetivavam efeitos a longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e político-militares”,¹²³ Dreifuss faz uma precisa divisão destas táticas: a *doutrinação geral*, “[que] visava apresentar as abordagens da elite orgânica aos responsáveis por tomadas de decisão políticas e ao público em geral, assim como causar um impacto ideológico em públicos selecionados e no aparelho do Estado”,¹²⁴ e a *doutrinação específica*, que “tencionava moldar a consciência e a organização dos setores dominantes e envolve-los na ação como uma ‘classe para si’, enquanto consolidada a liderança política das frações multinacionais e associadas dentro da classe dominante”.¹²⁵

Para que tal empreendimento seja compreensível – e é por isto que podemos considerar a obra de Dreifuss como uma das mais sofisticadas análises sobre o Golpe de 1964 –, a noção gramsciana de “Estado Ampliado” é deveras precisa, já que caracteriza e concebe o Estado enquanto uma constante relação entre as duas principais esferas: a sociedade civil e a sociedade política: “podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser

¹²¹ Idem, p. 68-69.

¹²² Idem, p. 192-193.

¹²³ Idem, p. 231-232.

¹²⁴ Idem, *ibidem*.

¹²⁵ Idem.

chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’.”¹²⁶ Assim como Gramsci, será na primeira esfera que Dreifuss concentrará suas análises; justamente no *locus* onde é organizada a vontade coletiva de determinado grupo hegemônico e também do grupo contra-hegemônico.

Tal *locus* fora denominado por Gramsci como *aparelhos privados de hegemonia*, cujos exemplos mais clássicos são as igrejas, os sindicatos, as escolas, a imprensa e outras agremiações cuja adesão de seus pertencentes seja feita de forma voluntária. Este pressuposto é de extrema importância para a presente dissertação, pois permite que tomemos a imprensa como um importante instrumento da disputa hegemônica que levou ao golpe de 1964 – uma vez considerado que tal disputa não se esgota na força coercitiva, e sim na junção desta à necessidade de “consentimento”. Em outras palavras, pressupõe que se considere “o conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre toda a sociedade, a maneira como ela pode realizar sua hegemonia – a produção do consenso – ainda que ao preço de equilíbrios de compromisso”.¹²⁷

Diferente do que é retoricamente explorado pela própria imprensa – e pelas análises que a tomam como mera refletidora dos acontecimentos que as cercam –, analisá-la como *aparelho privado de hegemonia* implica em desnudar um discurso por excelência ideológico, *ideologia* aqui entendida não apenas como “capacidade de universalização de interesses/visões de mundo particularistas, o que implica fundamentalmente um contínuo e sinuoso processo de ocultação da realidade”,¹²⁸ mas, também, como uma importante ferramenta de disputa hegemônica, operando conforme o contexto histórico de tal disputa. Todavia, é de suma importância ressaltarmos a complexidade subjacente a este conceito e, justamente por tal complexidade, sublinharmos como ora ele está sendo empregado na análise de nosso objeto de estudo. Para além de uma simples “ocultação da realidade”, procuramos ressaltar a noção de “guerra de posições” subjacente a ele, onde determinados grupos midiáticos – tendo a *Rede da Democracia* como o principal deles – representavam um dos flancos na disputa precedente ao golpe de 1964.

¹²⁶ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 2: *Os intelectuais – o princípio educativo*. *Jornalismo*. Edição: Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 20-21.

¹²⁷ BARBOSA, M. e MENDONÇA, S. R. *Estado e comunicação no Brasil: em torno do pensamento de Antonio Gramsci*. CD-Rom do IV Congresso Nacional de História da Mídia. São Luís: AMI, 2006, p. 04.

¹²⁸ FONSECA, F. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na “Nova República”. In: *Estudos Históricos*, Mídia nº 31. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2003/1, p. 03.

Segundo Aloysio Carvalho, é em referência a esta noção que a *Rede* atuou, uma vez que fora criada:

Com o intuito não só de unificar ideologicamente as forças de oposição contra o intervencionismo estatal e as pretensões de domínio do governo trabalhista sobre a sociedade, mas, sobretudo, de persuadir segmentos do público de que a imprensa, naquele ambiente de guerra contra o comunismo e ações revolucionárias de massa, *tornava-se a verdadeira intérprete e a voz autorizada da opinião pública em defesa da legalidade constitucional*.¹²⁹

É pela análise dos pronunciamentos proferidos na *Rede* ao longo dos meses que antecederam ao Golpe que podemos aferir como que fora colocado em prática o que aqui estamos entendendo como o programa estratégico da *Rede da Democracia*. A centralidade de determinados temas, os argumentos defendidos e por quem fora defendido, a análise contextual empreendida por seus palestrantes e demais fatores nos revelam um quadro mais nítido daqueles que formaram a *Rede*, elucidando também quais eram seus interesses e estratégias empregadas na disputa pela hegemonia e controle do Estado naquele período.

Para que a ilustração deste quadro seja possível, recorreremos, antes, aos aspectos estruturais e à base de legitimação que tornaram possível a existência e a distinção da *Rede da Democracia* no campo da oposição ao Governo Goulart e aos movimentos sociais no período precedente ao golpe de 1964.

¹²⁹ CARVALHO, A.C. “*A imprensa golpista...*”. Op.cit., p. 75. Grifos nossos.

2 – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E LEGITIMIDADE DE AÇÃO

Mesmo se considerássemos o golpe de 1964 como fruto de acontecimentos factuais, e não como conseqüência de um processo de disputa hegemônica que se intensificava há anos no país; ou mesmo se considerássemos a chamada “grande imprensa” brasileira como refletidora isenta de efemérides políticas, e não como parte interessada e comprometida com essas mesmas efemérides, ainda teríamos que tangenciar ou omitir muitos fatores ao reconstituir a criação e atuação da *Rede da Democracia* de modo condizente a tais pressupostos.

Senão, como explicar a formação de uma ampla e unificada rede midiática cuja estratégia de legitimidade estava calcada na concepção liberal de isenção e imparcialidade da imprensa, mas que, na prática, representou espaço privilegiado de representantes dos interesses do capital multinacional, da burguesia nacional a ele associado e de setores militares de interesses igualmente congruentes? Ou, como sustentar o caráter de fortuitude na criação da *Rede* se os registros históricos apontam o exato oposto – canal estrategicamente planejado, de caráter abrangente quanto ao seu raio de atuação e profundamente específico quanto à condução dos temas discutidos?

Alguns pontuais exemplos nos direcionam para a gestação planejada da *Rede da Democracia*,¹³⁰ mas é o vínculo com o complexo IPES/IBAD que atesta o caráter estratégico vinculado a sua criação. Como teremos oportunidade de acompanhar ao longo desta

¹³⁰ Fernando Morais, em “*Chatô...*”, aponta reuniões entre Assis Chateaubriand e Magalhães Pinto, ou entre o primeiro e os Generais Olímpio Mourão Filho e Nelson de Melo que, já no início de 1963, tinham como pauta “atrair o dono da maior rede de comunicação do país para o embrião de conspiração que começava a se organizar contra o Governo Goulart.” Ainda segundo Morais, a partir desses encontros Chateaubriand “deu ordens para que João Calmon se preparasse para ajudar na organização e, no momento oportuno, colocar todas as rádios Associadas à disposição da ‘Cadeia da Democracia’”. Cf.: MORAIS, F. Op.cit., p. 637-8.

dissertação, esse vínculo está implicitamente presente no programa político lançado pelos fautores da *Rede* quando de sua inauguração, e explicitado ao longo dos meses em que o programa esteve no ar. Além das inúmeras “pontes de contato” entre os ipesianos e os principais jornalistas/proprietários de jornais e revistas daquele período e a influência que o complexo exercia sobre as agências de notícias e canais de informações de abrangência nacional,¹³¹ a necessidade em se criar um centro de maior abrangência para sua difusão ideológica de seu programa político mostrava-se patente já no início de 1963, como aponta uma ata do Comitê Executivo pleno do IPES:

[...]

E) Colunas e Jornais

HCP explica o caso da aquisição de um grande jornal (1 bilhão de cruzeiros), no Rio. Melhor 2 jornais, segundo Glycon, 1 no Rio e outro em São Paulo.

H.Gomide – Acha que uma estação de rádio é imprescindível. GLY, de acordo.

JRF diz que há opiniões contrárias.

JBLF acha que o aperfeiçoamento da idéia seria, em vez de comprar um jornal, pagar a matéria a ser publicada..

[...]

GLY acha que um jornal democrático será de fato um órgão independente.

HCP – Existe receptividade para a idéia da compra de um jornal e não se encontra receptividade para a publicação de matéria paga.

GLY – E a operação deve ser rápida e discreta, ou se perderá.

H. Gomide propõe uma Agência [de notícias] para os jornais e estações de rádio.

GCS – *Fala sobre a formação a Opinião Pública. É preciso, em primeiro lugar, fixar os nossos objetivos.*

HCP – *Acha importante difundirmos os discursos dos deputados amigos.*¹³²

Descrevendo as ações do complexo naquele ano, Dreifuss aponta a criação da *Rede da Democracia* e a localiza instalada no gabinete do secretário de segurança pública do estado de São Paulo, General Aldévio Barbosa de Lemos.¹³³ Em que pese a pesquisa historiográfica da qual esta dissertação é fruto, tal informação não pode ser considerada totalmente infundada,

¹³¹ DREIFUSS, R. A. Op.cit., p. 234 e ss.

¹³²Respectivamente: Harold Cecil Polland; Hélio Gomide; José Rubem Fonseca; João Batista Leopoldo de Figueiredo, Glycon de Paiva e Golbery do Couto e Silva. Reunião Plenária do Comitê Executivo em 08.04.1963. In: Idem, “apêndice Z”. Grifos nossos.

¹³³ Idem, p. 376. Dreifuss lança mão de fonte bibliográfica para localizar a *Rede da Democracia*, indicando-a como: DUARTE, E. 32 + 32 = 64. In: DINES, A. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964, p. 149.

mas também não corresponde a uma descrição precisa do que fora o arranjo. O próprio Dreifuss indicaria, páginas antes desta caracterização, que a elite orgânica recorrera à formação da “Cadeia Democrática” como complemento da difusão de seu programa político, caracterizando-a como estações de rádio sob a organização de João Calmon (Diários Associados), atuante entre outubro de 1963 e abril de 1964, e no mesmo horário do programa radiofônico que Leonel Brizola mantinha na rádio Mayrink Veiga (entre 22:30 horas e meia-noite).¹³⁴

O que poderia ser contraditório é, na verdade, justamente a confirmação da complexidade inerente à criação da *Rede da Democracia*, posto seu caráter estrategicamente duplo de campanha midiática e atuação de classe. Se, por um lado, era apresentada sob a legitimação de um fórum auto-denominado isento, como a imprensa; por outro, abrigava oradores nada apartidários naquele contexto. Sua própria estrutura permitia isso, sendo possível associar as transmissões majoritariamente oriundas das três emissoras cariocas à frente do arranjo – rádios *Globo*, *Tupi* e *JB* –, com àquelas irradiadas por São Paulo, quando assumia os microfones da *Rede* o então governador daquele estado, Ademar de Barros.¹³⁵

Neste sentido, uma das mais aludidas justificativas para a criação da *Rede da Democracia* – a de ser um canal de representação e esclarecimento da “opinião pública” – está estritamente ligada ao escopo midiático com o qual fora constituída. Além da abrangência proporcionada por um programa em rede, a criação daquele arranjo trazia à elite orgânica em torno do complexo IPES/IBAD uma retórica legitimidade de atuação – mister para a formação de consensos e para a universalização de interesses privados, de classe.

Embora não fosse o único canal de promoção de campanha ideológica do complexo IPES/IBAD – canal que, somente pelas publicações ordinárias produzidas diretamente pelo complexo, era composto pelos periódicos *Ação Democrática*, *Cadernos Brasileiros*, *Convivium*, *Síntese*, *Repórter Sindical*, *O Gorila*; pelos folhetos e panfletos como *Cartilha para o Progresso e Nossos Males e seus Remédios*; livros como *Cadernos Nacionalistas* e

¹³⁴ Idem, p. 249.

¹³⁵ No caso de São Paulo, os pronunciamentos na *Rede* eram transcritos e distribuídos pela Secretaria de Imprensa do próprio Governo, fazendo chegar às transcrições dos jornais que compunham o arranjo. Cf.: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 01/11/1963, p. 03. Ver também: revista *O Cruzeiro* de 10/04/64, versão digitalizada disponível em <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>, acessada em 30/10/2006. Ainda segundo esta edição d’*O Cruzeiro*, é informada a existência de uma “Cadeia da Liberdade”, sediada em Minas Gerais e ocupada pelo então governador Magalhães Pinto em 31/03/1964. A publicação não deixa claro, entretanto, se esta *Cadeia da Liberdade* já existia antes daquela data, tampouco se operava mesmo em cadeia, como o nome sugere. Também não encontramos referências suas na obra de Heloisa Starling, dedicada à ação do complexo IPES/IBAD em Minas Gerais. Cf.: STARLING, H.M.M. *Os senhores das gerais – os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Temas da Hora Presente; dentre outras –¹³⁶ acreditamos que a *Rede da Democracia* surgira como uma forma peculiar daquela campanha, já que concentrava elementos próprios das chamadas “doutrinação geral” e “doutrinação específica”, conforme a denominação de Dreifuss para a ação ideológica e social do complexo.¹³⁷ Esta peculiaridade se explica pela período em que a *Rede* é formada, pela composição de seus oradores e pela natureza de seus pronunciamentos; mas não pode ser entendida sem que antes nos atenhamos ao desenvolvimento das ações do bloco multinacional e associado após a renúncia de Jânio Quadros e o malogrado golpe de 1961 – momento este em que o bloco entende não ser mais possível alcançar o controle do Estado dentro dos marcos institucionais do regime democrático.

Ainda de acordo com Dreifuss, o período anterior às eleições de 1962 representou importante etapa para o ativismo político do complexo IPES/IBAD, quando programas televisivos, radiofônicos, jornais, revistas, filmes, cartuns, campanhas publicitárias e outros meios de comunicações, influenciados ou controlados pelo complexo, passaram por um significativo teste em relação a sua capacidade de influência da “opinião pública”. Desta feita, programas patrocinados pelas empresas que compunham o complexo IPES/IBAD alcançaram, entre julho e setembro de 1962, pelo menos 13 estações televisivas e mais de 300 radiofônicas em todo o País, sempre no sentido de “infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista.”¹³⁸ Citando Dreifuss:

Visando a modelar a opinião pública a seu favor até as eleições, o IPES produziu quinze programas de televisão para três canais diferentes. [...] José Luiz Moreira de Souza propôs entrevistas a serem realizadas por jornalistas selecionados de Recife, Paraná, Rio, São Paulo e outros centros-chave e cobrir os quatro cantos do país com as mensagens políticas de orientação ipesiana. [...] *Os programas, conforme o General Golbery, teriam que seguir uma linha mista ‘tendo como denominador comum – a democracia’, que era entendida como uma ampla plataforma capitalista oposta a João Goulart, ao posicionamento populista e ao da esquerda.*”¹³⁹

¹³⁶ Cf.: DREIFUSS, R.A., Op.cit., p. 234-236.

¹³⁷ A outra modalidade de ação analisada por Dreifuss foi político-militar; modalidades essas separadas somente para fins de análise, pois como o próprio cientista político demonstrara – e como veremos no 3º capítulo desta dissertação –, o limite que as separaram eram tênues, senão inexistentes. Idem, p. 231.

¹³⁸ Idem, ibidem. Eis alguns destes programas: “Democracia em Marcha”, “Conheça seu Candidato”, “Assim é Democracia”, “Estado do Rio em Foco”. Cf.: Idem, p. 248.

¹³⁹ Idem, p. 245-6. Grifos nossos.

A exemplo do que havia ocorrido em 1961, quando da organização do “Simpósio sobre a Reforma Agrária” – que reunira especialistas do setor e almejava dar visibilidade à organização, empreendida pelo complexo IPES/IBAD, das classes dominantes em torno daquele tema –, em julho de 1962 entrou no ar o programa televisivo “Encontro de Democratas da Nação”, que reuniria elementos de vários setores da sociedade, jornalistas inclusive, para debater questões como as Reformas Agrária, Tributária, Eleitoral; sindicalização rural e urbana; o programa Aliança para o Progresso; planejamento estatal *versus* livre iniciativa; democracia e comunismo; dentre outras. Segundo Dreifuss, esse programa visava, principalmente em relação às eleições de outubro daquele ano, fortalecer o que o IPES chamava de “Convicções Democráticas do Povo”; orientando a escolha eleitoral através do fortalecimento dos candidatos “moderados” em meio ao confronto entre extremas direita e esquerda – o que, segundo o documento do próprio IPES intitulado “Diretrizes para o Programa de Televisão: ‘Encontro de Democratas com a Nação’”, tinha o sentido de “conter o contínuo processo de crescente radicalização da vida política brasileira.”¹⁴⁰

Outro empreendimento muito significativo da ação ideológica e social do complexo naquele período foi o “Primeiro Congresso Brasileiro para a definição de Reformas de Base”, realizado na Faculdade de Direito de São Paulo, em janeiro de 1963. Segundo Dreifuss, o “Congresso das Reformas de Base” – a maneira resumida pela qual os jornais como *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* ostensivamente o promoveram em suas páginas – representava:

O fórum individual mais elaborado para a apresentação de demandas empresariais, visando uma modernização conservadora, assim como para a expressão pública da sua oposição às reformas de cunho trabalhista, ambas afirmadas como um projeto nacional para o Brasil.¹⁴¹

Importante espaço de publicação das orientações do bloco multinacional e associado em relação às prementes reformas institucionais e estruturais do País, o “Congresso das Reformas de Base” surgira como um movimento-síntese da ação política daquele bloco, pois, através da apresentação e defesa de suas diretrizes políticas, sedimentava sua oposição às propostas do nacional-reformismo e dos movimentos populares em relação a essas reformas,

¹⁴⁰ IPES CE Rio, 30 de maio de 1962. Apud: DREIFUSS, R.A., Op.cit., p. 271.

¹⁴¹ Idem, p. 243.

no mesmo sentido que provava ser “a única força social *entre* as classes dominantes que possuía um projeto e um modelo coerentes e coesos para o país.”¹⁴²

Resumidas e publicadas, inclusive na mídia comercial, através dos chamados “Documentos Sínteses”, as diretrizes políticas apresentadas naquele Congresso cobriam áreas de ordem política (como as Reformas Eleitoral, Legislativa e Administrativa); social (como a Reforma Agrária, a Legislação Trabalhista, as questões relacionadas à distribuição de renda, à previdência social, à educação, etc); e econômica (como as Reformas Monetária, Bancária, Tributária e Orçamentária); muitas delas adotadas, de fato, como diretrizes para as inúmeras reformas implementadas pelo governo iniciados após a golpe de 1964.¹⁴³

Neste sentido, o Congresso das Reformas de Base cumpria, a exemplo da futura *Rede da Democracia*, tanto as tarefas relacionadas a uma doutrinação mais generalizada dos projetos do bloco multinacional e associado, quanto aquelas de caráter mais específico, no sentido de “moldar o setor empresarial em uma ‘classe para si’ e impeli-la para a ação, apoiando e participando diretamente do esforço geral liderado pela elite orgânica.”¹⁴⁴

No caso específico da *Rede da Democracia*, seus microfones estariam abertos, a partir de outubro de 1963, àqueles representantes cujos setores eram alvos da chamada “projeção de doutrina” – desenvolvida pelo complexo IPES/IBAD no sentido de abarcar as várias pressões de um espectro mais amplo de interesses de classe, que não apenas os específicos do bloco multinacional e associado.¹⁴⁵ Assim, representantes do CONCLAP (Conselho Nacional das Classes Produtoras); de Associações Comerciais; de universidades, como a PUC (Pontifícia Universidade Católica); de instituições militares, como a ESG (Escola Superior de Guerra); ou mesmo intelectuais estrangeiros, como a escritora francesa Suzanne Labin,¹⁴⁶ encontraram no arranjo midiático formado pelas rádios e jornais dos Grupos *Globo*, *JB* e *Diários Associados* um canal de propagação às idéias que chegavam em seus respectivos institutos via conferências, cursos e seminários promovidos pelo complexo IPES/IBAD.

¹⁴² Idem, p. 244. Grifos nossos.

¹⁴³ Dreifuss dedica o último capítulo de “1964: A conquista do Estado...” para demonstrar a tomada de poder e o domínio político dos interesses multinacionais e associados no governo de Castelo Branco, seja através da ocupação de setores-chaves da administração do Estado e dos Ministérios por ativistas do complexo IPES/IBAD ou da adoção, por aquele novo governo, de várias diretrizes políticas produzidas pela elite orgânica daquele bloco nos meses anteriores à derrubada de Goulart. Cf.: Idem, p. 417 e ss.

¹⁴⁴ Idem, p. 252.

¹⁴⁵ Idem, ibidem.

¹⁴⁶ Especificamente em relação à conservadora escritora Suzanne Labin, não há registrada nenhuma participação sua nos programas da *Rede da Democracia* – mesmo porque, pelos registros apontados por Dreifuss através dos jornais do período, sua visita ao Brasil ocorreu entre julho e agosto de 1963; portanto, alguns meses antes do lançamento do programa radiofônico. Outrossim, a leitura de excertos de suas obras ocupariam, mais de uma vez, as transmissões da *Rede* – como veremos no 3º capítulo desta dissertação.

Quanto ao teor e direção de grande parte dos pronunciamentos ali proferidos – e diferente de outros canais de propagação ideológica onde os elementos anticomunistas de forte apelo popular eram preponderantes –,¹⁴⁷ percebemos uma forte tendência na padronização de um discurso que procurava atingir várias frentes de oposição do Governo Goulart. Neste sentido, além da presença do discurso anticomunista imbuído de uma considerável materialidade (como, por exemplo, através da discussão “técnica” envolvendo as diferenças produtivas entre EUA e URSS), encontramos nos pronunciamentos proferidos pela *Rede* um forte apelo à “defesa da democracia” – eixo pelo qual passaram grande parte dos temas debatidos no programa.

Também o momento específico da criação da *Rede* está relacionado aos moldes com os quais assumiria no decorrer de sua existência – sobretudo em relação à intensificação dos movimentos sociais atuantes na esfera exterior ao domínio populista e, conseqüentemente, em relação a cada vez mais intensa defesa das reformas sociais por parte do bloco nacional-reformista. Sua estratégia de atuação confluiria, neste sentido, com o fortalecimento da rejeição que setores das Forças Armadas (sobretudo o “legalista”), das classes médias urbanas e de parte dos setores rurais nutriam em relação aos movimentos populares e nacional-reformistas daquele período.

De forma sintética, portanto, acreditamos que a abrangência e a “legitimidade” de um programa radiofônico como a *Rede da Democracia* – cujo raio de incidência era consideravelmente ampliado graças à transcrição de seu conteúdo na mídia impressa – representou uma importante peça à “máquina de propaganda da elite orgânica”¹⁴⁸ centrada no complexo IPES/IBAD.

2.1 – Estrutura e abrangência

Tecnicamente, a *Rede da Democracia* representava uma atuação direta e conjunta de três empresas jornalísticas que à época somavam, no âmbito carioca, três emissoras de rádio e três dos maiores diários de circulação do Rio de Janeiro, com tiragem total que ultrapassava

¹⁴⁷ Uma precisa descrição deste tipo de campanha pode ser auferida na dissertação *Vozes a favor do Golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe*, em que a historiadora Pâmella Passos Deusdará aborda o programa televisivo “Peço a Palavra” e um folheto produzido pelo IPES intitulado “Se você fosse um trabalhador soviético” para demonstrar a força do anticomunismo em determinadas esferas da sociedade brasileira naquele período. Cf.: DEUSDARÁ, P.P. *Vozes a favor do Golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe*. Rio de Janeiro: PPGH/UERJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

¹⁴⁸ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 252.

300 mil exemplares diários.¹⁴⁹ No campo da radiodifusão, englobava duas das três primeiras colocadas em audiência do Estado da Guanabara¹⁵⁰; já em relação aos diários, os números estimativos pelo *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão* apontam um crescente número de tiragens por parte de *O Globo* – que, comparando os anos de 1951 e 1960, passou de 100 mil exemplares diários na primeira data para 218 mil na segunda, tornando-se o maior vespertino do Rio de Janeiro naquele momento –, ao passo que o *Jornal do Brasil* figurava como 3º maior matutino do Rio de Janeiro em 1960, alcançando uma tiragem de 59 mil exemplares diários.¹⁵¹ Ainda segundo esta fonte, o “órgão líder dos *Diários Associados*” – subtítulo que acompanhava o matutino carioca *O Jornal* – amargava um desconfortável 6º lugar nos *ranking* dos sete matutinos de maior tiragem daquele ano, com aproximadamente 27 mil exemplares diários.¹⁵² Mas era graças a seu imenso conglomerado midiático que os *Diários Associados* davam peso e abrangência para a *Rede da Democracia*.

Se hoje temos como acompanhar a proliferação sofrida pelas mensagens da *Rede da Democracia* em relação à sua transcrição na mídia impressa,¹⁵³ o mesmo não ocorre em relação às transmissões radiofônicas, pois a falta de registros sonoros não nos permite precisar o número de emissoras radiofônicas que “integraram” a *Rede da Democracia*. Por parte de seus organizadores, ela era formada por “centenas de emissoras”, e esse espaço sempre estaria aberto para “emissoras e serviços de auto-falantes de qualquer ponto do País [...] não precisando de autorização especial para dela fazer parte.”¹⁵⁴

Mesmo tendo cuidado em não tomar o enunciado por fato, acreditamos que a presença dos *Diários Associados* na composição do arranjo torna possível uma abrangência significativa e próxima do que era divulgada pelos representantes da *Rede*, dado o número de emissoras e repetidoras que o grupo controlava pelo interior do País. Este cuidado, aliás, é fator importante, e mesmo definidor, de uma análise historiográfica crítica acerca da

¹⁴⁹ Fonte: *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão*. Rio de Janeiro: PN, 1957-1960 (04 números). Disponível no setor de periódicos da Biblioteca Nacional.

¹⁵⁰ Segundo Fonte IBOPE, as três primeiras colocadas em 1964 eram: Rádio Tupi (11,5%); Rádio Globo (11,0%) e Rádio Mayrink Veiga (10,8%). In: *IBOPE – Boletins de rádio audiência – 1950 a 1970*. Disponível no setor de periódicos da Biblioteca Nacional.

¹⁵¹ *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão*. Op.cit.

¹⁵² Em 1960, o ranking completo dos matutinos, em relação ao número de tiragens diárias era (em mil exemplares/dia): 1º *O Dia* (230); 2º *Luta Democrática* (130); 3º *Jornal do Brasil* (59); 4º *Correio da Manhã* (53); 5º *Diários de Notícias* (47); 6º *O Jornal* (27); 7º *Diário Carioca* (17). In: *IBOPE*. Op.cit.

¹⁵³ Sobretudo em relação aos jornais dos *Diários Associados*, como veremos a frente.

¹⁵⁴ *O Globo*, Rio de Janeiro, 24/10/1963, p.07.

imprensa, sobretudo quando o objeto em questão é caracterizado pelos seus idealizadores como arma importante “na batalha da propaganda em tempos de Guerra Fria”.¹⁵⁵

Grupo criado e gerido majoritariamente por Assis Chateaubriand desde a década de 20, os Diários Associados¹⁵⁶ controlavam praticamente um jornal em cada capital de Estado no País naquele período, figurando entre os mais importantes: *O Jornal* e *Jornal do Comércio*, no Estado da Guanabara; *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro; *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, em Belo Horizonte; *Diário de Notícias* e *Estado da Bahia*, em Salvador; *Correio Braziliense*, em Brasília; *Correio do Ceará*, em Fortaleza; *Jornal do Commercio*, em Manaus; *A Província do Pará*, em Belém; *Folha de Goiás*, em Goiânia; *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*, em São Paulo; *Diário de Notícias*, em Porto Alegre; *Jornal de Alagoas*, em Maceió; *Diário de Pernambuco*, em Recife; *Alto Madeira*, em Porto Velho; *A Razão*, em São Luiz; *Diário de Natal*, em Natal; dentre outros. No âmbito nacional, além de *O Cruzeiro* – a mais vendida revista ilustrada da América Latina dos anos 1950 e 1960 –, os *Diários Associados* possuíam sua própria agência de notícias – a *Meridional*, e uma editora gráfica, *O Cruzeiro*. Contavam ainda com dezenas de emissoras radiofônicas – entre as quais a carioca *Rádio Tupi* – e, até 1963, eram proprietários de 15 das 30 emissoras comerciais de televisão em operação no País¹⁵⁷, tendo sido os pioneiros a explorar esta mídia no Brasil ao inaugurar, em 1950, aquela que seria a primeira emissora de televisão brasileira, a PRF-3 TV Tupi-Difusora.

No que tange aos meios diretamente envolvidos com o suporte da *Rede da Democracia* – *O Jornal* e *Rádio Tupi*; *O Globo* e *Rádio Globo*; *Jornal do Brasil* e *Rádio JB* –, estes estavam assim organizados:

*O Jornal*¹⁵⁸ – Fundado em 1919 e adquirido por Chateaubriand em 1924, o matutino carioca que ilustrava como nenhuma outra mídia dos *Associados* os aspectos personalistas e situacionistas característicos daquela empresa¹⁵⁹ era então dirigido por Theóphilo de Andrade,

¹⁵⁵ Como teremos oportunidade de aprofundar, esta cara doutrina para os setores militares brasileiros, sobretudo para a Escola Superior de Guerra (ESG), esteve muito presente nos pronunciamentos da *Rede da Democracia* – como no pronunciamento de João Calmon no programa de estréia do arranjo, cuja frase acima é parte integrante. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/10/1963, p.06.

¹⁵⁶ Quando não especificado, todas as informações a respeito do *Grupo Diários Associados* foram colhidas em MORAIS, F. Op.cit.; e em RIBEIRO, A.P.G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: Comunicação/UFRJ. Tese de Doutorado, 2000.

¹⁵⁷ Conforme Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), apud: SAMPAIO, M.F. *História do rádio e da televisão do Brasil e no mundo. Memórias de um pioneiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984, p. 259.

¹⁵⁸ Dados colhidos no próprio periódico, data-base 01/01/1964.

¹⁵⁹ Segundo Carlos Eduardo Leal, é de Austregésilo de Ataíde a expressão ‘posições moderadas e oficiais’ para definir o caráter situacionista d’*O Jornal*. O mesmo autor não deixa de mencionar, contudo, as posições

João Calmon e José Velasco Portinho. Paulo Vidal Corrêa ocupava o cargo de diretor de redação e, entre seus colunistas, destacavam-se Austregésilo de Athaíde (na área da análise política) e Garibaldi Dantas (economia). O próprio Assis Chateaubriand, que quase sempre ocupava a 1ª ou a 3ª página do matutino, emprestava ao *O Jornal* seus textos de análise conjuntural – que podem ser caracterizados como um misto de editorial e coluna assinada. Dividido em dois cadernos com oito páginas cada um (aos domingos chegava a ter seis cadernos e um total de 40 páginas), circulava na Guanabara e no Rio de Janeiro entre terça-feira e domingo.

Rádio Tupi – Sua criação, em setembro de 1935, representara importante passo para a composição do que viria a ser os *Diários Associados*. Segundo Ribeiro, o império que Chateaubriand começou a construir em 1924 foi expandido imediatamente no ano seguinte, graças à incorporação dos jornais *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*, da capital paulista; do também *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro; do *Estado de Minas*, da capital mineira; e do lançamento da revista *O Cruzeiro*. Entretanto, foi após a compra da agência de notícias *Meridional* e, principalmente, com a criação de sua emissora de rádio, que a rede de jornais e revistas de Chateaubriand recebeu a denominação de *Diários Associados*.¹⁶⁰

A importância do rádio como aglutinador, e mesmo propiciador, de várias mídias controladas por um mesmo grupo é reconhecida pelo empresário que esteve à frente do “império” subsequente aos *Diários Associados*, sendo mesmo a condição para que as *Organizações Globo* fossem assim denominadas. Segundo Roberto Marinho:

Naquela época, início da década de 1930, não se podia falar em *Organizações Globo*, nem supor que viesse a existir. Essa história esperaria até 1944 para dar seu primeiro passo fora do âmbito da comunicação impressa, quando decidi fundar a *Rádio Globo* do Rio de Janeiro, num momento em que a rádio ganhava importância graças aos noticiários sobre a Segunda Guerra Mundial.¹⁶¹

Tendo início com o lançamento do vespertino carioca *O Globo*, em julho de 1925, as *Organizações Globo* figuravam no período da criação da *Rede da Democracia* como a

assumidas por este jornal ao longo da história política brasileira, e que nem sempre coincidiam com os interesses dos grupos situacionistas. LEAL, C.L. *O Jornal*. In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

¹⁶⁰ Outras denominações da cadeia também são oriundas deste período, como: *Diários e Emissoras Associados* e *Emissora e Diários Associados*. Cf.: Ribeiro, A.P.G. *Op.cit.*, p. 60.

¹⁶¹ “Editora Globo – quem somos”. Apud: MATTOS, S. *As organizações Globo na mídia impressa*. In: BRITTOS, V.C. e BOLAÑO, C.R.S. *Rede Globo, 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 269.

empresa ascendente no campo das comunicações do País, alcançando uma incontestável hegemonia no período subsequente ao golpe de 1964.

Fundado por Irineu Marinho naquele ano, *O Globo* foi comandado, nos seis primeiros anos, por Euricles de Mattos, dada à morte do patriarca dos Marinhos 21 dias após a fundação do vespertino. Assumindo a direção do jornal em 1931, Roberto Marinho esteve à frente da expansão e consolidação das *Organizações Globo* tal qual hoje ela é conhecida, inclusive nos dois importantes marcos daquela empresa: a já citada criação da Rádio Globo, em 1944 (após a compra da Rádio Transmissora AM, rebatizada como *Globo*) e o lançamento da *TV Globo* do Rio de Janeiro, em 1965. É oportuno lembrar que a exploração do espectro televisivo naquele período era concedido para as estações de rádio das empresas midiáticas – naquele caso, para a *Rádio Globo*¹⁶² –, o que confirma a importância desta mídia para as empresas da época.

Como vimos anteriormente, tendo *O Globo* como o vespertino de maior tiragem do Estado da Guanabara em 1960 – e o segundo, se inclusos os matutinos –; e a *Rádio Globo* figurando como segunda colocada entre as rádios do Estado, no que tange à audiência, as *Organizações Globo* certamente representavam importante instrumento para a abrangência dos pronunciamentos da *Rede da Democracia*. Mesmo antes de ser diretamente beneficiada pelo expurgo sofrido pela *Rádio Nacional* e pelo fechamento da *Rádio Mayrink Veiga*, ambos após o Golpe de 1964¹⁶³, a *Rádio Globo* garantia seu crescimento na audiência graças a programas de apelo popular, como o *Cidade Contra o Crime*¹⁶⁴ e a *Rádio do Chacrinha*¹⁶⁵; além de se tornar, já em 1961, referência em transmissões esportivas, tendo o locutor Waldir Amaral à frente da equipe que ficou conhecida como os *Feras do Microfone*¹⁶⁶.

Por sua vez, *O Globo* estava organizado¹⁶⁷ com Roberto Marinho, Ricardo Marinho, Herbert Moses e Rogério Marinho como diretores (Roberto Marinho, além de diretor-geral, ocupava o cargo de redator-chefe), tendo como principais colunistas Eugênio Gudín (analista político/econômico), Henrique Pongetti (colunista social), Maurício de Medeiros (que

¹⁶² CALABRE, L. O poder nas ondas do Rádio: a construção do Sistema Globo de Rádio. IN: BRITTOS, V.C. e BOLAÑO, C.R.S. Op.cit., p. 287.

¹⁶³ Ainda segundo Calabre, a *Rádio Globo* alcançaria a primazia da audiência após a drástica mudança nos quadros da *Rádio Nacional*, sofrida imediatamente após o Golpe de 1964; além do fechamento, através de mandado de segurança, da *Rádio Mayrink Veiga*, no ano seguinte. Idem., p. 294.

¹⁶⁴ Programa policial com Samuel Correa e Nelson Batinga à frente, tinha como proposta fazer “jornalismo de serviço” e como intuito o combate ao crime. Idem., p. 295.

¹⁶⁵ Programa musical comandado por Abelardo Barbosa, o Chacrinha. Apresentava tanto cantores famosos quanto calouros. Idem, ibidem.

¹⁶⁶ Idem, Ibidem.

¹⁶⁷ Dados colhidos no próprio diário. Data-base, 04/12/1963.

assinava a coluna ‘Da Academia Brasileira’), Nelson Rodrigues (seção esportiva), dentre outros. Circulava de segunda-feira a sábado, com dois cadernos que, juntos, totalizavam em média 40 páginas. Na segunda-feira circulava em duas edições, uma edição matutina e outra vespertina, e chegava a totalizar 50 páginas.

Terceira empresa à frente da organização da *Rede da Democracia*, o *Jornal do Brasil* representava à época um dos mais importantes diários do País. Criado em 1891 por Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, atravessou o século XX sob diversas roupagens – de matiz monárquica a popularíssimo, de caráter “republicano opositor” a mero “balcão de anúncios”¹⁶⁸ –, mas foi em meados da década de 1950 que o *Jornal do Brasil* consolidou-se no mercado editorial brasileiro. Sob direção geral de Maurina Dunshee Abranches Pereira Carneiro – a Condessa Pereira Carneiro – e seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito, e tendo à frente da direção redacional nomes como Odylo Costa Filho, Jânio de Freitas e Alberto Dines (1956-1958; 1959-1961 e 1962-1975, respectivamente), o popularmente chamado *JB* sofrera profundas modificações em seu conteúdo editorial e de apresentação gráfica, o que o afastou do modelo “balcão de anúncios” característico da fase anterior¹⁶⁹, o permitindo figurar entre os três matutinos mais vendidos do Rio de Janeiro. Entre os aspectos mais importantes destas transformações, podemos sublinhar: i) a organização da redação por setores (futuramente chamados de editorias); ii) a criação dos cargos “chefia de reportagem” e “*copy desk*”; iii) O investimento maciço em grande maquinário (reestruturação do parque gráfico) e mesmo em máquinas de escrever (muito significativo à época); iv) mudança nos tipos das medidas, formatos, no material de impressão, na organização administrativa, os critérios de apuração, nas técnicas da notícia, no *marketing* das empresas, nas metas de propaganda, nos objetivos de circulação, na veiculação dos classificados e dos anúncios de varejo e nas promoções.¹⁷⁰ Também é característico das mudanças sofridas pelo *JB* a adoção das já citadas técnicas norte-americanas de jornalismo, como a adoção do resumo das notícias em forma de pirâmide invertida e segundo a regra dos 5 *Ws*, da redução do código lingüístico e do uso de fotografias na primeira página¹⁷¹, além da adoção da divisão interna em “cadernos”, o que o destaca como um dos primeiros jornais brasileiros a criar um caderno específico dedicado às artes, teatro, cinema e entretenimento em geral – no caso, o “Caderno

¹⁶⁸ RIBEIRO, A.P.G. Op.cit., p. 138.

¹⁶⁹ Idem, ibidem.

¹⁷⁰ BAHIA, J. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Atica, 1990, p. 382. Apud RIBEIRO, A.P.G. Idem, p. 130.

¹⁷¹ RIBEIRO, A.P.G. Op. cit., p. 130-131.

B”; um específico para classificados – o “Caderno C”; e os suplementos especiais – como o *Suplemento Feminino* e o *Suplemento Dominical JB*.¹⁷²

Também a *Rádio Jornal do Brasil* sofrera importantes modificações naquele período. Sob o prefixo PRF-4/Rádio JB AM, teve sua primeira transmissão datada em agosto de 1935, inaugurando um período em que se destacava tanto por sua preponderância na apresentação de música erudita (sobretudo peças de ópera), quanto pela apresentação de música popular¹⁷³. Mas foi na década de 1950 que assumira as características pelas quais se consolidaria na audiência carioca. No início daquela década, sofrera as primeiras mudanças – como a apresentação de peças de teatro em tempo real (“rádio-teatro”) e a progressiva substituição de transmissões musicais ao vivo pela execução de seleção de discos. Mudanças que seriam aprofundadas no final dos anos 1950, quando, já sob a direção de Nascimento Brito, a *Rádio JB* teve seus estúdios modernizados e suas programações voltadas para um modelo mais próximo ao de “utilidade pública”. Segundo Maria Ester Moreira¹⁷⁴:

Nesse período, a *Rádio JB* começou a construir o modelo que passou a caracterizá-la desde então: “música e informação”. (...) Entre as modificações introduzidas estava a leitura das notícias do suplemento dominical do *Jornal do Brasil* feita na rádio pelos próprios redatores do jornal. (...) E a inauguração, ainda em 1959, do Serviço de Utilidade Pública – que trazia aos seus ouvintes informações e assistência para a aquisição de remédios, endereços de serviços públicos etc. (...) A rádio [ainda] contava com uma equipe efetiva de rádio-jornalismo, dirigida por Clóvis Paiva, [e] que tinha como seu principal locutor Alberto Cury.

Ainda segundo os aspectos técnicos destas empresas jornalísticas que deram suporte à criação da *Rede da Democracia*, é pertinente destacar a proeminência que suas emissoras radiofônicas e os seus jornais diários detinham no cenário nacional daquele período, uma vez que eram irradiados/circulavam a partir do verdadeiro “centro-político” do País, o Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara).

Para ilustrar tal proeminência, recorremos a alguns dados estatísticos sobre o período: Sob a rubrica “Jornais de informação geral existente no Brasil-1963”, o *Anuário Estatístico do Brasil/IBGE* informa que, somados matutinos e vespertinos, a tiragem/diária média entre

¹⁷² Este último é por muitos considerado uma espécie de porta-voz da vanguarda artística do país, responsável pela revelação de críticos, romancistas, poetas e contistas consagrados posteriormente, como Ferreira Gullar e Bárbara Heliadora; além de contar com a colaboração dos já reconhecidos, como Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector. Cf.: Idem, p. 135.

¹⁷³ MOREIRA, M.E.L., *Rádio Jornal do Brasil*. In: *DHBB-FGV*. Cd-Rom.

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*.

os jornais do Estado da Guanabara ultrapassava a marca das 1.500.000 exemplares. Já no Estado de São Paulo, este número chegava a pouco mais de 300.000 exemplares (um terço destes, aliás, perfazidos pela Capital Paulista). Em uma ainda incipiente Brasília, a tiragem/diária média não alcançava os 3.000 exemplares.¹⁷⁵

Atrelado a estes números, um último dado ilustra o grau de abrangência que os pronunciamentos da *Rede da Democracia* pôde ter alcançado pelo interior do País: não era raro as principais capitais brasileiras possuírem somente dois ou três jornais diários locais, o que aumenta consideravelmente a importância daqueles que integravam os *Diários Associados*. Recife, por exemplo, contava com três matutinos e um vespertino (dentre estes, o *Diário de Pernambuco* – dos *Diários Associados*); Salvador, um matutino e um vespertino (*Diário de Notícias e Estado da Bahia*, também dos *Associados*); Brasília, apenas dois matutinos (um deles, o *Correio Braziliense*, também dos *Diários Associados*). A despeito de uma cobertura local e nem sempre de preponderância política, todos eles reproduziam diariamente os editoriais assinados por Chateaubriand e as notícias produzidas e distribuídas pela agência *Meridional*. Tal procedimento, como desejamos sublinhar, representou um dos trunfos da *Rede da Democracia*, já que notas como a encontrada no *Diário Mercantil* de Juiz de Fora/MG¹⁷⁶, foram nacionalmente reproduzidas pelos jornais que integravam os *Associados*:

Notícia pela Meridional informa: Já nos céus do Brasil a ‘Rede da Democracia’

[...]

Diariamente, às 22 e 30, líderes democratas nacionais realizarão debates, conferências e pronunciamentos sobre os problemas do País. Um dia da semana será reservado a estudantes e operários.

[...]

Em cadeia com as emissoras já citadas, estará também, transmitindo o programa, PRB-3 – Rádio Sociedade de Juiz de Fora.

2.2 – Legitimidade ou “o papel mediador da imprensa brasileira”

Mesmo mantendo algumas diferenças quanto à periodização e às ênfases que atribuem em suas análises, os principais estudos sobre a história da imprensa brasileira convergem quanto ao processo de profundas transformações sofridas nas redações e emissoras do país

¹⁷⁵ Cf.: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Tabela extraída de: *Anuário estatístico do Brasil*, 1965. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 1965.

¹⁷⁶ *Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 26/10/1963, p. 01.

entre os anos 1940 e 1950. Nelson Werneck Sodré,¹⁷⁷ por exemplo, localiza neste período os primeiros sinais de dilatação do raio de abrangência de determinadas empresas jornalísticas, sobretudo com o desenvolvimento do rádio, da televisão e das revistas ilustradas. Segundo o historiador, advindas destas transformações, “a tendência às grandes corporações, de que os *Diários Associados* constituem o primeiro exemplo, agravar-se-ia com a constituição de corporações complexas, reunindo jornais e revistas, emissoras de rádio e de televisão.”¹⁷⁸

Também em relação à imprensa escrita, estudos como “*Jornal, história e técnica*”, de Juarez Bahia;¹⁷⁹ “*Imprensa carioca nos 50...*”, de Fernando Lattman-Weltman;¹⁸⁰ ou “*Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*”, de Ana Paula Ribeiro,¹⁸¹ apontam para uma acentuada profissionalização dos parques editoriais à partir dos anos 1940/50, refletida em mudanças redacionais (introdução do *copy desk*, por exemplo), editoriais (textos mais padronizados e impessoais) e gráficas (introdução de novas rotativas, o aumento quantitativo e qualitativo das impressões etc.). Há, porém, um aspecto caro relacionado a este processo: o papel da influência estadunidense nele; mais precisamente, como esta influência fora reconsiderada pela imprensa no período.

Em complemento às mudanças técnicas adotadas por parte da chamada “grande imprensa” brasileira em relação à influência de suas homônimas estadunidense – como, por exemplo, a adoção da regra dos 5 *Ws* (*What, When, Where, Who e Why*)¹⁸² na introdução das notícias –, costuma-se atribuir a este processo de transição e mudança a adoção, por parte da imprensa brasileira, de formatos jornalísticos “objetivos” e “imparciais” aos frutos da absorção de um modelo de jornalismo que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião.¹⁸³ Tal mudança é caracterizada por Alzira Abreu como um distanciamento, por parte de grande parte da imprensa nacional, do chamado modelo francês de jornalismo, sobretudo os aspectos de crítica, opinião e combate que caracterizam aquele modelo.¹⁸⁴

¹⁷⁷ SODRÉ, N.W. *História da imprensa no Brasil...*. Op.cit., p. 446 e ss.

¹⁷⁸ Idem, p. 446-7.

¹⁷⁹ BAHIA, J. Op.cit.

¹⁸⁰ LATTMAN-WELTMAN, F. *Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados.”* In: ABREU, A.A (org.) *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 157-175.

¹⁸¹ RIBEIRO, A.P.G. Op.cit.

¹⁸² As chamadas cinco questões básicas do jornalismo objetivo. Em tradução livre: *O quê; Quando; Onde; Quem; e Por que.*

¹⁸³ RIBEIRO, A.P.G. Op.cit., p. 07.

¹⁸⁴ Os suplementos literários e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, A. A (org.) Op.cit., p. 13-60.

É notório que tais princípios, retoricamente associadas à influência do modelo estadunidense de jornalismo, não resistem à confrontação histórica no que tange aos inúmeros exemplos que marcam o envolvimento da “grande imprensa” nas principais “crises” político-institucionais do País. Inclusive esta é uma das conclusões da obra *“O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro”* que, como imprime o título, trata especificamente da relação e influência da imprensa estadunidense ao jornalismo brasileiro. De autoria de Carlos Eduardo Lins e Silva, *“O adiantado da hora...”* assim se posiciona no que tange àquela relação: “o jornalismo brasileiro incorporou os princípios do modelo norte-americano no discurso, mas não a sua prática profissional.”¹⁸⁵

A despeito destas análises, tal período ganha relevância pela sua relação com o fortalecimento do discurso calcado na valorização da imprensa como fiscalizadora dos poderes institucionais e, conseqüentemente, representante “isenta” da “opinião pública” nacional. Em outras palavras, o processo de transição pelo qual passou a “grande imprensa” brasileira substanciou e materializou uma então vaga concepção da imprensa como instrumento a serviço da sociedade, posto que “reformulou como um todo os [seus] valores, reforçando noções diversas como a da neutralidade e imparcialidade da informação, a da responsabilidade social e a da honestidade do profissional.”¹⁸⁶

Foi em nome desta retórica “responsabilidade social” que a “grande imprensa” atuou nas principais efemérides políticas do pós-1945, mascarando interesses privados e diretamente relacionados à sua estrutura – como, por exemplo, durante a campanha contra a tentativa do Governo JK de criar uma nova Lei da Imprensa –, ou interesses correlatos aos grupos políticos e/ou econômicos com os quais estava relacionada.

Outrossim, se caracterização da imprensa como um “quarto poder” é apontada por alguns estudos como historicamente atrelada aos ideais iluministas presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem – e aos desdobramentos do artigo XI daquele documento, que subsidiaram tanto a proposta do parlamentar inglês Thomas Macauley, no sentido de considerar a imprensa como um poder acima dos conflitos sociais, quanto a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que assegurava a função pública da imprensa como vigilante dos três poderes do Estado –¹⁸⁷ seria através dos exemplos concretos da intervenção

¹⁸⁵ SILVA, C.E.L. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991, p. 101.

¹⁸⁶ RIBEIRO, A.P.G. Op.cit., p. 271.

¹⁸⁷ O artigo XI da Declaração dos Direitos dos Homens assegurava que “a livre comunicação dos pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; cada cidadão pode por isso falar, escrever, imprimir livremente.” Cf.: Declaração dos direitos do homem. In: *A Revolução Francesa. 1789-1989 – Revista Isto É*

da “grande imprensa” no debate público do País que tal caracterização ganharia corpo e legitimidade.

Dos inúmeros estudos que abordam o ativo papel da imprensa no cenário político do País naquele período,¹⁸⁸ dois em especial buscam traçar o que aqui estamos entendendo como materialização da concepção da imprensa como representante e porta-voz da “opinião pública” nacional. São eles: “*A opinião pública e a CPI da Última Hora: O Governo Vargas (1951-1954)*” – tese de doutoramento em História de Aloysio de Carvalho,¹⁸⁹ e “*Liberdades de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)*” – artigo publicado na *Revista Brasileira de História* e de autoria de Flávia Biroli.¹⁹⁰

Em “*A opinião pública e a CPI da Última Hora...*”, Aloysio de Carvalho elege o segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) como momento privilegiado deste tipo de atuação da “grande imprensa” brasileira, posto que:

[Naquele contexto] os debates em torno do tema da opinião pública e, conseqüentemente, sobre a condição de sua existência, a liberdade de imprensa, ocorreram lado a lado com o questionamento da legitimidade do governo [Vargas], bem como da prática da representação política envolvendo os partidos e os sindicatos.¹⁹¹

Em uma campanha iniciada em 1953 e que almejava atingir o único periódico de grande circulação que defendia e promovia as ações do Governo Vargas, grande parte da imprensa nacional se concentrou em demonstrar o óbvio: que o lançamento do *Última Hora*

Senhor. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 146. Apud: SILVA, C.L. *Imprensa como partido: uma leitura marxista de Gramsci a partir de VEJA*. Disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/CARLA%20LUCIANA%20SILVA.pdf>>, acessado em 27/11/2007. Em relação à proposta de Thomas Macauley – político e historiador inglês, pertencente à Câmara dos Lordes e também Ministro da Guerra da Inglaterra –, consultar: ELLIOT, D. (org.) *Jornalismo versus privacidade*. Trad. Celso Vargas. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986, p. 104; e MORETZSOHN, S. *Jornalismo em ‘tempo real’. O feitiço da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 59. Apud: SILVA, C.L. Op.cit. Já em relação à Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos – que, ao garantir que a imprensa daquela nascente república não deveria sofrer restrição legal de nenhuma espécie, caracterizava-a como “poder privado na sua propriedade e gestão, porém eminentemente público na sua função social precípua de agir como um *watchdog*, ou cão de guarda, dos [três] poderes estabelecidos” –, confrontar: RAMOS, M.C. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BRITTOS, V.C. e BOLAÑO, C.R.S. *Rede Globo, 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 65-66.

¹⁸⁸ Além daqueles já citados ao longo desta dissertação, vale a pena registrar: SILVA, H.R. *A democracia impressa. Transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa – 1945-1948*. Assis: FCL/UNESP. Dissertação de Mestrado, 2008.

¹⁸⁹ CARVALHO, A.H.C. “*A opinião pública...*”. Op.cit.

¹⁹⁰ BIROLI, F. *Liberdades de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol. 24, nº47, jan-jun, 2004, p. 213-240.

¹⁹¹ CARVALHO, A.H.C. “*A opinião pública...*”. Op.cit., p. 10.

só se tornara possível pela concessão de grandes empréstimos nos chamados estabelecimentos oficiais de crédito do Governo Federal. Tendo à frente o jornalista Samuel Weiner, *UH* de fato havia se beneficiado de um empréstimo junto ao Banco do Brasil para poder iniciar as suas atividades. Amigo pessoal de Vargas, Weiner levantara “cerca de 156 milhões [de Cruzeiros] no banco estatal”¹⁹² e, em 1951 fundara o *UH*.

Da acusação de “jornal oficioso ao governo do ex-ditador gaúcho”¹⁹³, o *UH* dificilmente poderia se esquivar, pois era clara a sua campanha pró-Vargas naquele período, bem como a positividade com a qual noticiava as políticas encampadas pelo presidente gaúcho no exercício de seu segundo mandato (como a polêmica campanha culminada com a criação da Petrobras, em 1953). Porém, o que fora omitido pelas críticas provindas de outras empresas jornalísticas era o fato de que o mesmo expediente utilizado por Weiner para poder fundar o *UH* fora constantemente utilizado por outros grupos midiáticos, seja para modernizar os seus parques tecnológicos, ou mesmo expandir suas atividades para a mídia radiofônica e/ou televisiva. Em outras palavras, “o curioso, pois, não estava na acusação em coro, mas no fato de os membros do coro serem passíveis da mesma acusação.”¹⁹⁴ Assim, enquanto criticavam o “protecionismo” que o governo Vargas estendia ao *UH*, empresas como o *Diários Associados*, *Globo* e *Estado de S.Paulo* utilizavam-se largamente de vultuosos empréstimos junto aos bancos estatais; empréstimos estes quase sempre arrolados aos grandes prejuízos de tais bancos.¹⁹⁵

A despeito das questões econômicas que permeavam a campanha dos jornais oposicionistas – sobretudo em relação ao significativo impacto no mercado jornalístico advindo com a criação do *UH*, que visava um público mais amplo do que aquele tradicionalmente coberto pela “grande imprensa” do Rio e São Paulo –, Aloysio de Carvalho localiza naquele cenário um embate entre diferentes concepções de opinião pública: uma elitista e publicista – que desvalorizava e desqualificava os espaços institucionais, como os partidos e os sindicatos, ao passo que enfatizava a visão de que a imprensa era o lugar privilegiado da “verdadeira” manifestação pública e, portanto, “fórum principal de aferição

¹⁹² Novamente, a precisão do valor foi apontada por Sodré. *Idem*, p. 461.

¹⁹³ *O Globo*, Rio de Janeiro, 15/06/1956, p.11.

¹⁹⁴ SODRÉ, N.W. *Op.cit.*, p. 462.

¹⁹⁵ À guisa de exemplo, somente os *Diários Associados* deviam aos cofres do Banco do Brasil, das Caixas Econômicas e dos Institutos de Previdência o equivalente à 162 milhões de Cruzeiros, exatamente na época de sua campanha contra o *Última Hora*. Também vale a pena conferir como as *Organizações Globo* conseguiram levantar, entre os anos 1951 e 1953, o equivalente a mais de um milhão de dólares junto ao Banco do Brasil; hipotecando, em quatro contratos com o banco estatal, a mesma garantia do primeiro contrato: uma velha máquina rotativa *Goss*. Ver: SODRÉ, N.W. *Idem*, p. 460-1.

dos atos do governo”;¹⁹⁶ e outra calcada a uma perspectiva institucional, relacionada a defesa de partidos, sindicatos e demais organizações, *oficiais*, dos setores sociais – esta última a defendida pelo *UH*.

Embora resulte em uma longa citação, vale a pena imprimir algumas das conclusões às quais chegou o estudo de Aloysio de Carvalho em relação àquele embate:

No âmbito do embate entre uma concepção de opinião pública elitista e outra que pretendia incorporar ampla gama de instituições e setores sociais, sendo as massas trabalhadoras decisivas na sua constituição, emergiu a campanha contra o jornal *Última Hora* promovida pela *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *O Jornal*. (...) Diante de um quadro em que as forças populistas fortaleciam o controle sobre a direção do Estado, acentuavam tendências intervencionistas nos campos econômicos e social e mobilizavam politicamente as massas através de ideais nacionalistas e distributivistas, a imprensa, aos olhos dos liberais conservadores, converteu-se num autêntico representante da opinião pública e dos tradicionais valores da sociedade brasileira, que colocavam as liberdades dos indivíduos em primeiro plano.”¹⁹⁷

Já em “*Liberdades de imprensa...*”, Flávia Biroli concentra-se nas relações entre a “grande imprensa” e o governo JK para, assim, mapear a valorização da imprensa como “o único porta-voz [do povo] verdadeiramente desinteressado das suas reivindicações e dos seus direitos”¹⁹⁸; mais especificamente, concentra-se no debate suscitado pelo projeto de uma nova Lei de Imprensa enviado por aquele governo ao Congresso Nacional, no segundo semestre de 1956.

Naquele caso, a tentativa de atualização da Lei de Imprensa por parte do então incipiente governo JK – sobretudo pelo aspecto mais enérgico presente nessa proposta, ilustrado por uma maior responsabilização da imprensa frente a questões como a integridade do regime ou a “manutenção da ordem” –¹⁹⁹ provocou forte reação por parte das grandes empresas jornalísticas do país; ilustrada por uma incisiva campanha contra aquilo que consideravam um projeto de cerceamento da própria “opinião pública”.

Segundo Biroli, a condução daquele debate pela imprensa girava em torno de uma idéia de representatividade retoricamente exercida por esta em relação ao restante da sociedade; uma representatividade que não só não coincidia com a representatividade

¹⁹⁶ CARVALHO, A.H.C. “*A opinião pública...*”. Op.cit., p. 336.

¹⁹⁷ Idem, p. 245-6. Grifos nossos.

¹⁹⁸ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 02/09/1956, p. 03. Apud: Idem, p. 230.

¹⁹⁹ Idem, p. 221-222.

eleitoral, mas que a ultrapassava, sendo tratada como um “dado” das chamadas sociedades de massas.²⁰⁰ Em suas palavras:

O destaque à opinião pública como base real da política, como determinante dos interesses da sociedade, é peça-chave na construção de um lugar imprescindível para a imprensa, que seria o principal laço, a principal ponte, entre governo e público. A imprensa tornaria o exercício do governo transparente e compreensível ao público, tornando, em via oposta, as reivindicações do público visíveis para o governo.²⁰¹

É em referência a esses exemplos históricos que Aloysio de Carvalho afirma, agora no artigo “*A imprensa Golpista..*”²⁰² que à imprensa como um todo, e à *Rede da Democracia* em particular, foram atribuídos o papel de substitutas do *locus* institucional de opinião pública – qual seja, o Congresso Nacional – no período que antecederia o golpe de 1964. Retomando parte das análises desenvolvidas em “*A opinião pública e a CPI da Última Hora...*”, Carvalho denomina de liberal e “publicista” essa concepção de opinião pública, pois permitira que se atribuísse à imprensa (e que esta se auto-atribuísse) o papel de mediadora, de porta-voz isenta e de defensora da legalidade constitucional. Ainda segundo o historiador:

A percepção de que as mobilizações sindicais de massa lideradas pelos trabalhistas e comunistas coagiam o Poder Legislativo, como representante máximo da opinião pública, se desdobrou na valorização da imprensa privada como espaço público para direção do processo político. [...] Como decorrência, a imprensa foi colocada na condição de guia da nação, portadora da racionalidade, sendo considerada, portanto, o espaço público ideal para direcionar os debates sobre os rumos do País.²⁰³

A estrutura como a *Rede da Democracia* fora montada, porém, nos aponta que houve uma resignificação desta concepção “publicista” de opinião pública por parte de seus fautores, haja vista a complementaridade representada por aquele arranjo entre a retórica “legitimidade” e “representatividade” da ação midiática e a ocupação de seu espaço por líderes parlamentares, militares e representantes da sociedade civil.

Dito de outra maneira, diferente da conclusão a que chegou Carvalho – “[Que a *Rede da Democracia*] disputava com as instituições políticas o monopólio da representação da

²⁰⁰ Idem, p. 230.

²⁰¹ Idem, ibidem.

²⁰² CARVALHO, A.H.C. *A imprensa golpista...*. Op.cit., p. 72-75.

²⁰³ Idem, p. 74-5.

opinião pública”,²⁰⁴ acreditamos que a criação daquele arranjo representou o movimento de expansão da disputa pela formação de consensos, próprio de uma das inúmeras exigências da imposição de um projeto hegemônico – “imposição” pensada através da díade gramsciana de coerção e consenso. A também gramsciana concepção da imprensa como um dos aparelhos privados de hegemonia, portanto, nos assegura o esperado equilíbrio entre uma concepção autonomista de imprensa (via de regra, retoricamente explorada pela própria imprensa) e uma concepção instrumentista desta (que a ignora como parte interessada e ativa da sociedade).

A complementaridade a qual nos referimos pode ser auferida não só pela expressiva participação de parlamentares no decorrer dos meses em que o programa esteve no ar, como também pelos inúmeros pronunciamentos e congratulações, por parte destes, nos dias que antecederam a estréia oficial da *Rede da Democracia*. Ainda sob o nome provisório de “Cadeia da Democracia”, os uníssonos microfones das rádios *Globo*, *Tupi* e *JB* foram tomados por deputados e senadores, entusiastas do “novo espaço de ação” que o futuro arranjo midiático representaria.

Reproduzido na primeira página d’*O Jornal*, um destes primeiros pronunciamentos ilustra o sentido de complementaridade com o qual se quisera apresentar entre a *Rede da Democracia*. Trata-se da fala do deputado federal Daso Coimbra, datada em 21 de outubro de 1963:

A distância geográfica, a separar dos seus eleitores os representantes do povo no Congresso, e a impossibilidade de um diálogo constante entre deputados e senadores com seus colégios foram superadas, graças à iniciativa do diretor geral dos “Diários Associados”, que fará chegar à opinião pública do país a verdade completa sobre as atividades parlamentares e não as meias verdades divulgadas pelos que têm interesse em desmoralizar o Legislativo, mesmo integrando.²⁰⁵

Ainda naquela noite e nas que antecederam o programa de estréia da *Rede*, demais figuras do cenário político-partidário do País se revezaram na tarefa de congratular o novo programa e associá-lo a um projeto “apartidário” de defesa do regime democrático. É o que se depreende do pronunciamento do deputado federal Bilac Pinto, para quem a *Rede da Democracia* representava uma “tribuna radiofônica dos democratas brasileiros”²⁰⁶; ou no do senador Mem de Sá, que enxergava a *Rede* como a concretização de um arrojo necessário aos

²⁰⁴ Idem, p. 72.

²⁰⁵ Deputado federal Daso Coimbra (PSD/RJ). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22/10/1963, p. 01.

²⁰⁶ Deputado federal Bilac Pinto (UDN/GB). Idem, ibidem.

democratas.²⁰⁷ O poder executivo estadual também se fez representar nestes primeiros pronunciamentos, cabendo ao governador do Ceará, Virgílio Távora, reforçar o “significado especial” que a formação da *Rede* tinha para o estado que governava: “mostrar ao Brasil que as soluções dos problemas pátrios, a exemplo do que ocorre agora no Nordeste, podem ocorrer dentro da ordem.”²⁰⁸ Também Armando Falcão, ex-ministro da justiça do Governo JK e então deputado federal pelo PSD cearense, frisou a importância do nascimento da *Rede*:

Não é possível que apenas uma ínfima minoria, que sabe querer o pior, prossiga em ação continuamente e tomando atitudes contrárias à democracia. [... Apelo ao povo para cerrar fileiras conosco, seja você velho ou moço, político ou não. [...] A verdade está conosco, com os democratas, mas que só pode prevalecer se contar com a ajuda de todos.²⁰⁹

Na antevéspera da estréia oficial do programa, foi a vez da tribuna da Câmara dos Deputados ser palco da promoção da *Rede da Democracia*. Tendo a palavra do deputado federal Amaral Neto, sublinhou-se o caráter “apartidário” do empreendimento, que funcionaria “sem objetivar promover homens ou partidos, e unicamente para promover, para divulgar, para defender o regime democrático, do qual sobrevivem os partidos e os homens”.²¹⁰ Após congratular-se com João Calmon, Nascimento Brito e Roberto Marinho “pela idéia, o objetivo e a fixação da ‘Rede Nacional da Democracia’”,²¹¹ Amaral Neto foi enfático quanto ao momento em que ela estava sendo lançada:

A idéia e sua execução só tem um defeito: é que já vieram tarde. Deveria ter sido esta cadeia lançada há muito tempo, principalmente quando aqueles que estão no poder, quando aqueles que exercem o Governo Federal tem dado interesse em fazer cair ou impedir que seja ouvida a voz da democracia, neste momento em que todo o País se volta para o debate em torno dos grandes projetos e das reformas e de tudo o mais que aqui [Câmara dos Deputados] se discute, como no Brasil todo.²¹²

Também em relação à participação de representantes das Forças Armadas na *Rede*, alguns pontos merecem ser mencionados. Embora em suas análises prevaleça uma concepção

²⁰⁷ Senador (PL/RS). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23/10/1963, p. 03.

²⁰⁸ Governador Virgílio Távora (UDN/CE). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24/10/1963, p. 04.

²⁰⁹ Deputado federal Armando Falcão (PSD/CE). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23/10/1963, p. 03.

²¹⁰ Deputado federal Amaral Neto (UDN-GB), em discurso reproduzido pela *Rede da Democracia*. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24/10/63, p. 06.

²¹¹ Idem, *ibidem*.

²¹² Idem, *ibidem*.

“instrumentista” da interação entre civis e militares – em que o dispositivo do “poder moderador” acionado pelos militares em várias crises políticas pelas quais atravessou o País ilustra a atuação desta instituição sempre a partir de fatores externos a seus interesses –,²¹³ vale a pena considerarmos um dos pontos levantados por Alfred Stepan em “*Os militares na Política...*”,²¹⁴ qual seja, a relação entre tais intervenções e o que o cientista político considerou de “opinião pública”. Descrevendo o que chamou de “sanção civil para a intervenção militar”, Stepan dedicará um importante capítulo a relação entre a legitimidade de determinado Executivo e o sucesso (ou fracasso) das intervenções militares no campo da política nacional; legitimidade esta que o autor buscará impressa nos editoriais dos jornais por ele considerados “ideológicos” (especificamente *O Estado de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *Última Hora*) e “não-ideológico” (*Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Diário de Notícias*),²¹⁵ nos contextos dos cinco “movimentos militares” por ele analisados.²¹⁶

Mesmo que, diferente de Stepan, consideremos retórica a concepção de “opinião pública” circunscrita aos editoriais da “grande imprensa”; e que, também diferente de suas análises, levemos em conta a heterogeneidade concernente às Forças Armadas, não podemos deixar de reconhecer que o papel desempenhado pela imprensa e, em particular, pela *Rede da Democracia*, em face ao golpe de 1964 passou pela capacidade inerentes a ela em atribuir legitimidade à intervenção militar, à aplainar disputas no interior das várias frentes oposicionistas e às torná-las homogêneas e eficientes.

Desta forma, encontramos presentes entre os oradores da *Rede da Democracia* tanto aqueles militares historicamente comprometidos com a “política do golpismo” – como o General Cordeiro Farias –; quanto aqueles que, até então, haviam desempenhado papel progressista nas “crises” anteriores pelas quais passara a República – como o marechal Teixeira Lott e o general Peri Bevilaqua. Como veremos no terceiro capítulo, a importância

²¹³ Devemos os subsídios que permitiram esta análise à disciplina “Ditadura militar e política no Brasil – historiografia e história”, lecionada pelo Prof^o Renato Lemos no âmbito do PPGHIS/UFRJ; aos comentários e participações dos demais alunos daquela disciplina; aos membros do LEMP (Laboratório de Estudo sobre os Militares na Política) e à monografia de conclusão de curso de Felipe Abranches Demier, intitulada “*Soldados x operários*”. Nunca é demais deixar registrado que as imprecisões, e mesmo os erros que, porventura forem concernentes a esta análise, são de inteira responsabilidade do autor da presente dissertação. Cf.: DEMIER, F.A. *Soldados x operários: O general Peri Constant Bevilaqua no Comando do II Exército em São Paulo (1962-1963)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. Monografia de Bacharelado em História, 2004.

²¹⁴ STEPAN, A. Op.cit.

²¹⁵ Idem, p. 76-7.

²¹⁶ 1945: deposição de Getúlio Vargas; 1954: novo golpe contra Vargas; 1955: tentativa de impedir a posse do recém-eleito Juscelino Kubitschek; 1961: tentativa de impedir a posse de João Goulart, vice-presidente do renunciado Jânio Quadros; e 1964: deposição de João Goulart. Cf.: Idem, p. 66 e ss.

desta participação mútua, na *Rede da Democracia*, entre integrantes de diferentes correntes das FFAA (respectivamente, “liberais” e “legalistas”) denota o isolamento político para o qual caminhava o Governo Goulart no final de 1963 e início de 1964 – em que, mesmo a corrente que sempre havia chancelado o “pacto populista” característicos de governos como o de Goulart, dava sinais claros de que romperia com aquele Governo.²¹⁷

A concepção que torna plausível considerar as disputas internas das FFAA e, concomitantemente, analisá-las para além de seus aspectos “organizacionais” (como hierarquia, disciplina, etc) – de modo a levar em conta a relação entre militares e civis no que tange a suas alianças na disputa pelo poder do Estado –, é a de “partido militar”, desenvolvida e explicitada pelas obras de Alain Rouquié e Antônio Carlos Peixoto sobre o tema.²¹⁸

Para o presente trabalho, esta concepção é importante justamente porque ratifica a complexidade inerente ao processo que levou ao golpe de 1964, tornado frágeis muitos dos argumentos da historiografia revisionista que, ao não vislumbrarem as estratégias no bojo da busca pelo consenso golpista, acabam por considerar a parte pelo todo ao explicitarem as “razões para o Golpe” – notadamente, os episódios envolvendo o aspecto da “quebra de hierarquia”, como aqueles que ficaram conhecidos como a “Revolta dos Sargentos”, a “Revolta dos Marinheiros” e a reunião da associação dos subtenentes e sargentos da Polícia Militar, ocorrida em 30 de março de 1964 no Automóvel Clube do Rio de Janeiro.²¹⁹

Assim como anticomunismo, a defesa do regime democrático e a defesa dos valores cristãos, também a defesa da ordem foi um ponto importante no processo de doutrinação ideológica levado a cabo pela elite orgânica em torno do complexo IPES/IBAD. Contraposta, dentre outros fatores, ao ascenso das greves; à crescente dinâmica das “entidades paralelas” que rompiam o “pacto populista”; e à também crescente participação política de entidades como a UNE ou associações de subalternos das FFAA; a defesa da ordem aparece nos programas da *Rede da Democracia* materializada pela sua relação com a “defesa da

²¹⁷ A bem da verdade, a crise envolvendo o Governo Goulart e a oficialidade “legalista” já datava de meses antes, justamente porque o próprio “pacto populista” também estava sendo “ameaçado” por movimentos trabalhistas mais dinâmicos aos representados pelos sindicatos oficiais; precisamente, por “entidades sindicais paralelas” como o CGT, a PUA e o Fórum Sindical de Debates. Ver, em relação a este decisivo embate entre “legalistas” e sindicalistas, DEMIER, F.A. “*Soldados x operários..*”. Op.cit.

²¹⁸ Respectivamente: ROUQUIÉ, A. Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: Estratégias de pesquisa e dinâmica institucional. In: _____ (coord.) *Os partidos militares no Brasil*: Record, s.d.; PEIXOTO, A.C. Exército e Política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, A (coord.) Op.cit.; e PEIXOTO, A.C. O Clube Militar e o confronto no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, A. (coord.) Op.cit. Apud: DEMIER, F.A. Op.cit.

²¹⁹ Ver [nota 56](#) deste.

legalidade” – que, como vimos, por ser historicamente sensível a determinadas correntes das FFAA, detinha grande poder de mobilização.

Voltaremos às implicações e aos limites dessa “defesa da legalidade” quando analisarmos os pronunciamentos dos representantes militares à *Rede da Democracia*. Antes disto, porém, vale a pena mesurarmos a importância deste tema para a compreensão do golpe de 1964 – sobretudo, pelo seu caráter estratégico, capaz de aproximar representantes umbilicalmente comprometidos com o bloco multinacional e associado a outros que, até determinado momento, havia sustentado o governo Goulart. Citando Felipe Demier:

A queda do governo Goulart, que marcaria o fim do populismo no Brasil, teve entre seus principais motivos políticos, o embate entre dois importantes alicerces de sustentação: a oficialidade “legalista” e o movimento sindical; este último impulsionado pelas organizações intersindicais “paralelas”. Por detrás da bandeira da “defesa da legalidade”, aglomeraram-se “legalistas” autênticos, como [Peri] Bevilaqua, e outros de ocasião, como Olímpio Mourão Filho, Cordeiro de Farias, Magessi, Golbery do Couto e Silva etc. *Estes últimos, invocando a “ilegalidade” das organizações sindicais “paralelas” e das greves por elas promovidas, desejavam, na verdade, suprimir, por questão de classe, qualquer participação do proletariado na democracia brasileira.*²²⁰

2.3 – O programa de estréia

Já com nome definido e formato que manteria até abril de 1964, a *Rede da Democracia* fora oficialmente lançada em 25 de outubro de 1963. A exemplo do que já vinha ocorrendo nos dias anteriores, as rádios *Globo*, *Tupi* e *JB* unificaram suas transmissões entre 22:30 horas e meia-noite daquela sexta-feira, em um gesto que seria acompanhado por inúmeras emissoras País afora. Também os jornais que compunham as respectivas empresas midiáticas destacaram o lançamento do programa, transcrevendo integralmente o conteúdo dos inúmeros pronunciamentos que inaugurara o novo canal de ação das classes conservadoras em disputa pelo poder. “No ar a ‘Rede da Democracia’”²²¹ imprimiria no dia seguinte *O Jornal* – com pleno destaque em sua primeira página; *O Globo*, também no sábado, dia 26, e também na primeira página, destacaria: “Levada a Todo o País a Mensagem

²²⁰ DEMIER, F.A. Op.cit., p. 99-100. Grifos nossos.

²²¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26/10/1963, p. 01.

de Esperança da ‘Rede da Democracia’”.²²² Teor parecido seria estampado nas páginas do *Jornal do Brasil* daqueles últimos dias de outubro de 1963.

De grande importância quanto à descrição de estratégias, objetivos e justificativas envolvendo sua criação, o programa de estréia da *Rede da Democracia* contou com os pronunciamentos dos representantes das três empresas jornalísticas que encabeçavam o arranjo – Roberto Marinho (*Globo*), João Calmon (*Diários Associados*) e Nascimento Brito (*JB*) –, além de destacadas lideranças políticas do período – precisamente, os senadores Filinto Muller (PSD/MT – líder da maioria no Senado), Daniel Krieger e João Agripino (UDN/RS e UDN/PB, respectivamente; vice-líder e líder da minoria no Senado) e Milton Campos (UDN/MG); os deputados federais Tancredo Neves (PSD/MG – ex-primeiro-ministro de João Goulart e então líder da maioria na Câmara), Ulisses Guimarães (PSD/SP – vice-líder da maioria), Pedro Aleixo (UDN/MG e líder da minoria); Tenório Cavalcanti (PTN/RJ – líder do bloco dos pequenos partidos na Câmara) e Adauto Cardoso (UDN/GB – líder de seu partido naquela Casa). Coube ao líder sindical João Santana – presidente do Sindicato dos Arrumadores da Guanabara – fechar a lista de oradores daquele primeiro programa, evidenciando a importância com a qual os aspectos relacionados ao mundo do trabalho (sobretudo em relação às greves) seriam tratados pela *Rede*.

Se a presença do líder sindical e dos parlamentares no programa de estréia ilustrara o caráter de ampla oposição com o qual a *Rede* se instituiu, seriam os pronunciamentos de Marinho, Calmon e Nascimento Brito que evidenciariam as linhas de atuação defendidas pelo arranjo naquele contexto.

Segundo eles, os objetivos da *Rede da Democracia* se resumiam ao “esclarecimento da opinião pública” e ao “combate contra falsos nacionalistas e contra o comunismo”,²²³ sendo sua estrutura em cadeia radiofônica justificada pela importância que um arranjo midiático como a *Rede* poderia representar a tais objetivos – sobretudo quanto a abrangência de sua atuação –, e pela até então eficaz utilização desse recurso pelos “seus adversários.”²²⁴

Primeiro a ocupar os microfones da *Rede* naquela noite, João Calmon foi quem lembrou dos exemplos da utilização da mídia radiofônica pelos “inimigos da liberdade” – aqueles que, segundo o representante dos *Diários Associados*, exerciam, “exclusiva e paradoxalmente”, a liberdade de criticar, de atacar e vilipendiar os “verdadeiros defensores do

²²² *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/10/1963, p.01.

²²³ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26/10/1963, p. 01

²²⁴ *Idem*, *ibidem*.

regime democrático.”²²⁵ Arrolando como exemplos a organização, em 1961, da “Cadeia da Legalidade” e a campanha em favor da antecipação do plebiscito que garantiria a volta do sistema presidencialista ao País – datada em 1962 e que teria sido, segundo o orador, “principescamente desencadeada pelo rádio” –,²²⁶ João Calmon resume o fator estratégico de um programa em rede propiciado pela *Rede da Democracia*:

Por que haveria de continuar o rádio, no plano político, a ser manejado em cadeia, apenas por inimigos mortais da democracia? Por que não utilizar esta fabulosa força para uma cruzada na defesa do regime, tão ameaçado por conspirações, uma de baixo para cima e outras de cima para baixo? Chegou a hora de dizer basta! Nossa *Rede da Democracia* aqui está para impedir o monopólio liberticida e subversivo.²²⁷

Em outro momento de sua fala, entrevemos os preceitos da doutrina da guerra revolucionária – que, como veremos a frente, estaria amplamente presente nos discursos da *Rede*. Pela sua inequívoca importância, vale a pena citá-la na íntegra:

Nossa arma será o argumento. Procuraremos destruir as falsas teses que estão sendo defendidas até agora sem vigorosa contestação, atraindo para este programa especialistas da mais alta categoria. Vamos desmascarar os autores dos ‘slogans’ mentirosos, vamos mostrar onde é que está realmente a espoliação e quais os grupos que podem ser considerados responsáveis pelo descalabro que aí está e pelo pesadelo que nos atormenta desde setembro de 1961. Eliminaremos, da mente do homem do povo, a falsa imagem que somente os nossos inimigos são reformistas e que os democratas lutam pela manutenção dos ‘status quo’, pela perpetuação de todas as desigualdades e iniquidades sociais. *Nós estávamos perdendo a batalha da propaganda que é o episódio mais importante da guerra fria [...], mas ainda é possível recuperar o tempo perdido.* Não estabelecemos polêmicas que só beneficiariam os agitadores profissionais e os baderneiros crônicos.²²⁸

Já o destaque e a defesa da concepção publicista de opinião pública seria defendida pelo pronunciamento de Nascimento Brito, para quem os homens da imprensa – “que conhecem os problemas do País por conviverem todos os dias com as aflições populares e

²²⁵ João Calmon. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26/10/1963, p. 01.

²²⁶ Idem, ibidem.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Idem, p. 03. Grifos nossos.

também com as causas de suas dificuldades” – ²²⁹ gozavam de posição de destaque em uma campanha de esclarecimento democrático como a *Rede da Democracia*. Defesa complementada pela fala de Roberto Marinho, que se dizia convencido que o principal problema do País era o esclarecimento da opinião pública.²³⁰ Em suas palavras:

Muitos de nossos patricios estão sendo vítimas de uma deformação, intencional e altamente perigosa, da parta de uma minoria de demagogos e de comunistas, ostensivos ou disfarçados, mas todos empenhados em envenenar as nossas relações com os países do mundo ocidental, jogar-nos na Cortina de Ferro, e a estabelecer, dentro do próprio país, condições que o levariam inexoravelmente ao comunismo.²³¹

Coube também ao representante e líder das *Organizações Globo* explicitar os aspectos com os quais queriam caracterizar a *Rede da Democracia*, sempre no sentido de distingui-la de uma campanha meramente partidária e elevá-la a “fórum de defesa de princípios.” Assim, disse que não admitiria que a *Rede* viesse a apoiar qualquer candidato à Presidência da República, pois ela não teria o menor caráter político-partidário: “homens de todos os partidos, sem exceção de um só, serão bemvidos a este movimento, desde que integrados nos princípios que nos orientam, da defesa da democracia em nossa terra.”²³² Em outro momento de sua fala, conclamava:

Venham os homens do PSD, da UDN, do PTB, do PDC ou qualquer outro partido, difundir os ideais democráticos. Venham lutar contra as facções extremadas, que sob a liderança do ilegal Partido Comunista, pretendem instalar no Brasil um sistema semelhante ao que faz a desgraça na República de Cuba.²³³

Também a “defesa da ordem” estava presente nestes primeiros pronunciamentos à *Rede da Democracia*, ora relacionada à inércia do Governo Federal frente à pressão da “demagógica política salarial do trabalhismo”; ora apresentada como fruto das ações do próprio Governo – ou do “melancólico desgoverno”, segundo Calmon. Neste sentido, Roberto Marinho relaciona o “momento de crise e ameaça pelo qual o país estava passando” com a movimentação daqueles que, segundo ele, ganhavam terreno e conquistavam posições através

²²⁹ Nascimento Brito. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26/10/1963, p. 03.

²³⁰ Roberto Marinho. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26/10/1963, p. 03.

²³¹ Idem.

²³² Idem, p. 06.

²³³ Idem, *Ibidem*.

da agitação, da propaganda e da demagogia, “prejudicando assim o trabalho e a ordem da nação”.²³⁴

Perpassando e integrando todos os pronunciamentos, a defesa do regime democrático certamente gozara de inequívoca centralidade no programa político que os organizadores da *Rede* buscavam imprimir naquele primeiro dia de transmissão. Antes do pronunciamento de Marinho e Nascimento Brito, João Calmon já havia enfatizado o “espontâneo e supremo esforço” que os três fariam pela “salvação da Democracia [...] inspirados em defender, aprimorar e humanizar aquele regime.”²³⁵

Vinculando o desenvolvimento econômico do País nos últimos anos à “reimplantação do regime democrático”, Nascimento Brito concentrou-se na defesa das liberdades – “de todas liberdades, a de pensar, agir, escolher o seu trabalho” –²³⁶ para afirmar sua “inabalável confiança no regime democrático.”²³⁷ Segundo o diretor da *Rádio JB* e representante daquele grupo na *Rede*, vários países da Europa haviam eliminado as liberdades em nome de uma justiça social que, ao contrário do que prometia, só trouxera atraso a vida de seu povo. Em oposição a esta ameaça, acreditava que o desenvolvimento econômico beneficiaria cada vez mais maiores camadas da população, “seja através do aumento do poder aquisitivo que o trabalho dá a qualquer um (...) seja pela multiplicação de oportunidades própria do progresso.”²³⁸

Também segundo os preceitos da guerra revolucionária, Nascimento Brito chamou a atenção para a comprovação daquela doutrina, alertando que as “vozes altamente suspeitas, verdadeiramente antinacionais e diretamente interessadas em deter o progresso do País já havia conseguido alcançar a primeira etapa de sua empreitada”,²³⁹ criando as dificuldades suficientes para que se começasse a “desacreditar o regime democrático.”²⁴⁰ Ainda segundo Nascimento Brito:

O sentimento democrático brasileiro é invencível. Tanto é assim que os inimigos da democracia se apresentam como democratas, porque sabem que não conseguirão trabalhar contra os interesses brasileiros, se se apresentarem [sic] como adversários das liberdades e do

²³⁴ Idem, *Ibidem*.

²³⁵ Idem, p. 03.

²³⁶ Idem, *Ibidem*.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.

progresso. Na realidade não são democratas e sim totalitários que querem oprimir o povo em nome de uma falsa ‘nova ordem’.”²⁴¹

Roberto Marinho também demonstrou sua convicção na “defesa do regime democrático”, afirmando que seria lamentável e vergonhoso se os democratas permanecessem inativos frente ao avanço dos “inimigos da pátria”.²⁴² Segundo ele, a *Rede da Democracia* colaboraria com todas as autoridades empenhadas na defesa do regime e das liberdades democráticas; verdadeira luta que todos os democratas deviam participar: “[...] Essa obrigação é ainda maior nos momentos de crise, quando o país vê-se ameaçado, como está hoje, pela agressividade dos que desejam afastá-lo de seus princípios, tradições e vocação liberal.”²⁴³

Em complemento aos pronunciamentos de Marinho, Calmon e Nascimento Brito, os líderes parlamentares que participaram daquele primeiro programa também chamaram a atenção para a importância que um empreendimento como a *Rede da Democracia* poderia exercer na defesa do regime democrático. Vice-líder do Governo na Câmara Federal e deputado federal pelo PSD, Ulisses Guimarães, por exemplo, destacou: “merece aplausos a iniciativa que visa assegurar a liberdade e a ordem. Uma *Rede* que objetiva divulgar a excelência da democracia [...] é uma iniciativa de autêntica necessidade pública”.²⁴⁴ Já o senador Milton Campos apresentou votos para que o povo brasileiro ficasse atento aos esclarecimentos que a *Rede da Democracia* poderia oferecer para o bem do país,²⁴⁵ lembrando que, na “autoridade que lhe competia como um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros de 1943*”²⁴⁶ e, três anos depois, deputado constituinte da Carta Magna em vigor, a necessidade da defesa do regime não precisava ser posta em destaque “sobretudo porque o inimigo já está postos para destruir um sistema político que tanto nos custou a instituí-lo”.²⁴⁷

O ex-Chefe de Polícia do Estado Novo e então senador pelo PSD de Mato Grosso, Filinto Muller, formulou aplausos e apoio à *Rede da Democracia*, afirmando em seu pronunciamento que havia uma campanha de descrédito ao Congresso Nacional; organizada, sistemática demagógica. Após recordar que tinha sido, ele próprio, um “defensor silencioso,

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem.

²⁴³ Idem, p. 06.

²⁴⁴ Deputado federal (PSD/MG). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/10/1963, p. 14. Embora fizesse parte do programa de estréia (25/10/63), tal pronunciamento só fora transcrito n’*O Jornal* em 27/10/1963.

²⁴⁵ Senador Milton Campos (UDN/MG). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/10/1963, p.14.

²⁴⁶ Idem, ibidem.

²⁴⁷ Idem.

modesto, mas intransigente da democracia”,²⁴⁸ disse acreditar que a *Rede da Democracia* representava a reunião de homens de valor, “que se levantam e batalham com entusiasmo, sem temores, em defesa da democracia [...] para falar a verdade ao povo brasileiro”.²⁴⁹

O destaque em torno do papel da *Rede* como *locus* privilegiado de esclarecimento da “opinião pública” também é deveras explícito na fala dos demais participantes deste primeiro programa. É o que sublinha, por exemplo, o líder sindical João Santana – presidente do Sindicato dos Arrumadores do Estado da Guanabara. Segundo a transcrição de seu pronunciamento, falando em nome da entidade que preside, Santana “afirmou entender que a democracia é o único meio de se defender a opinião pública [...] e que a *Rede da Democracia* irá esclarecer o povo brasileiro em todos os seus problemas”.²⁵⁰ Não foi outra a centralidade do pronunciamento do deputado udenista Pedro Aleixo, para quem a criação da *Rede* prestaria “mais um inestimável serviço à Nação.”²⁵¹ Outro palestrante da noite, o senador Daniel Krieger, conduziu sua fala pelo mesmo caminho. Segundo transcrição d’*O Jornal*: “Dizendo ‘a omissão é um erro e a ação um dever, face às ameaças do regime’, o senador [...] elogiou a formação da *Rede da Democracia* e frisou que ‘o seu destino é o destino da liberdade do país’.”²⁵²

²⁴⁸ Senador Filinto Muller (PSD/MT). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/10/1963, p. 14.

²⁴⁹ Idem, *ibidem*.

²⁵⁰ João Santana. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/10/1963, p. 14.

²⁵¹ Deputado federal Pedro Aleixo (UDN/MG). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/10/1963, p. 14.

²⁵² Senador Daniel Krieger (UDN/RS). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/10/1963, p. 14.

3 – CONSENSO PARA A COERÇÃO

Propositalmente descrito sem grandes aportes analíticos ou aproximações contextuais, o programa de estréia da *Rede da Democracia* é rico ao demonstrar não só como os fautores do arranjo pretendiam caracterizar e justificar aquele novo espaço de ação, como também o é em relação aos limites da caracterização atribuída a *Rede* pelos poucos registros históricos com qual ela fora retratada. Em outras palavras, se nos ativéssemos àquela primeira transmissão, correríamos o risco de ratificar e tomar por fato justamente aquilo que era estratégico em relação à criação da *Rede*: o seu caráter de *locus* “apartidário” de defesa da democracia – e, portanto, alternativa à “radicalização política” que ameaça o regime democrático. Não por acaso, a indicação do historiador Jorge Ferreira quanto à criação da *Rede da Democracia* – programa, segundo o mesmo, “saudado” por “parlamentares de centro (...) assustados com a escalada da radicalização das esquerdas”²⁵³ – baseia-se na participação, neste primeiro programa, de parlamentares da própria base de apoio do Governo Goulart,²⁵⁴ sendo suficiente para o historiador caracterizar a *Rede* como um contraponto àqueles setores que não tinham compromisso com o regime democrático.

Todavia, contrapostos ao formato sobre o qual a *Rede* atuou, e diferente das abordagens factuais que subsidiam a historiografia revisionista sobre o Golpe, entendemos que determinados fatos ocorridos naqueles que viriam a ser os últimos meses do Governo Goulart contribuíram para o cumprimento da estratégia de atuação do complexo IPES/IBAD, embora não sejam suficientes para sustentar, *per se*, as razões do golpe de 1964.

²⁵³ FERREIRA, J. “*A estratégia do confronto...*”. Op.cit., p. 198.

²⁵⁴ Precisamente, os pessedistas Tancredo Neves e Ulisses Guimarães. Idem, ibidem.

Desta forma, i) pelo lançamento do programa radiofônico *Rede da Democracia*; ii) pelo momento em que se deu este lançamento (dias depois do envio da mensagem de Goulart ao Congresso Nacional, solicitando a decretação de estado de sítio no País); iii) bem como pelo período de sua atuação (momento de crescimento dos movimentos sociais organizados e de aceno, por parte do bloco nacional-reformista, de que as reformas de base finalmente sairiam do campo hipotético para tornar-se realidade), percebemos que o verdadeiro sentido de *momentum* era mais caro ao bloco multinacional e associado do que às demais forças com as quais ele rivalizava.

Como tivemos oportunidade indicar no capítulo anterior, é notório que a frente de doutrinação desta força social fundamental²⁵⁵ já vinha se expandindo para outros setores além do próprio Congresso Nacional; já tendo alcançado, inclusive, o campo midiático. Acreditamos, porém, que a criação da *Rede da Democracia* representou importante momento na etapa de persuasão e formação de um consenso pró-golpe de Estado como a ocorrida no País antes de 31 de março de 1964. Representante de uma bandeira tão ampla e pragmática como a “defesa da democracia”, a *Rede* não só colaborou para o êxito desta etapa, como também desempenhou papel importante na confirmação da liderança da ação político-militar do bloco multinacional e associado.

Precedidos pela descrição da estrutura sobre a qual a *Rede da Democracia* fora montada e as bases pelas quais se buscava atrelar legitimidade aos seus pronunciamentos, estruturamos este capítulo a partir da descrição de um maior número possível de elementos capazes de tornar palpáveis o papel desempenhado pela *Rede* entre outubro de 1963 e abril de 1964. Papel que só poderia ser auferido se ultrapassássemos as mensagens propriamente ditas, e atingíssemos os demais elementos que as cercavam, tais como: sua forma de atuação, a lista de seus oradores e os setores que suas mensagens buscavam atingir.

Em relação a sua forma de atuação, por exemplo, encontramos algumas características que corroboram tanto para o seu caráter estratégico, quanto para o poder de abrangência que o programa possa ter atingido nos meses em que esteve no ar. Além das transmissões radiofônicas em cadeia, das retransmissões pelas emissoras do interior do País e da transcrição dos conteúdos dos programas na mídia impressa, acreditamos que outros elementos relacionados ao formato da *Rede* contribuíram para que o seu objetivo fosse cumprido – promover o programa político do bloco multinacional e associado e atacar os demais projetos de Estado que lhe faziam frente.

²⁵⁵ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 37.

Um deles era a retransmissão de pronunciamentos originalmente proferidos fora do âmbito midiático, geralmente de parlamentares do Congresso Nacional ou das assembleias legislativas estaduais. Pelas transcrições do programa na mídia impressa, não há registro da forma como estes pronunciamentos eram selecionados ou se havia algum tipo de autorização por parte de seus oradores para que eles fossem retransmitidos pela *Rede*. O que as fontes indicam, porém, é que grande parte destes oradores cujos pronunciamentos foram “aproveitados” pela *Rede* já haviam passado ou passariam pelos microfones do arranjo – sobretudo para ratificar aquilo que haviam dito no plenário da Câmara, do Senado ou de outras assembleias legislativas.²⁵⁶ Em outras palavras, e como tentaremos provar, a *Rede da Democracia* significou uma expansão da frente oposicionista ao Governo Goulart e aos movimentos sociais, e não um empreendimento criado em “reação à radicalidade política das esquerdas”. Frente previamente organizada pelo Estado-Maior do bloco multinacional e associado (o complexo IPES/IBAD) e presente em vários campos de atuação – inclusive no Parlamento.

Hoje se levanta a palavra de ordem, prega-se o bom-senso a ponderação, o equilíbrio e eu, *convocado*, aqui estou para dar minha contribuição aos ouvintes desta rede que precisam uns avisar aos outros, ampliar o seu raio de audição para que ela cubra dentro de pouco tempo, todo o Brasil. *Recebi reiterados apelos* para que nesta oportunidade aborde problemas que vêm constituindo o motivo principal, preponderante mesmo da minha pregação democrática. *Pedem-me que aqui aborde*, uma vem mais, o problema da reforma agrária. [...] *Não posso deixar de ir ao encontro da solicitação*, e mais uma vez, focalizo um tema que vem constituindo o motivo da pregação da reforma constitucional a pretexto de falsa reforma.²⁵⁷

Outro exemplo de abrangência ao projeto oposicionista proporcionado pela *Rede* era a leitura e comentário de obras literárias. Embora esta prática não fosse recorrente, não é exagero considerarmos sua importância a um programa desejoso em conjugar as várias frentes oposicionistas e expandir um conteúdo que, inicialmente, estaria restrito a um público numericamente limitado.

²⁵⁶ Dentre os inúmeros exemplos, podemos citar as participações na *Rede da Democracia* do presidente nacional da UDN, Bilac Pinto; seja na forma direta, seja na retransmissão de seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados – como o de 23 de janeiro de 1964, em que denunciara as etapas já cumpridas do avanço comunista segundo os preceitos da guerra revolucionária. Ainda neste capítulo, teremos oportunidade de conferir a importância deste pronunciamento – e de sua propagação através da *Rede* – para a frente oposicionista.

²⁵⁷ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 09/11/1963, p. 03. Grifos nossos.

Perpassando todos estes pronunciamentos, destacamos o “didatismo” como estratégia de persuasão e de homogeneidade quanto à doutrinação ideológica implementada através da *Rede da Democracia*. Talvez o elemento que mais deve ao formato midiático de atuação do arranjo, o que aqui estamos chamando de “didatismo” relaciona-se ao a uma das características da conceitualização gramsciana de “jornalismo integral” – “[...] que não somente pretende satisfazer todas as necessidades de seu público, mas pretende também criar e desenvolver tais necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área”.²⁵⁸

A presença de alguns “especialistas” nos microfones da *Rede*, ou mesmo a estrutura sobre a qual alguns programas estavam dispostos, ratificam esta estratégica “ação pedagógica” implementada pelo arranjo. À guisa de ilustração, podemos citar a seção “Arquivos da Democracia” – momento em que a *Rede da Democracia* recorria aos “fundamentos históricos” para ratificar a superioridade do “regime democrático frente ao regime soviético”.²⁵⁹ Apresentado como se fosse um “programa dentro do programa”, os “Arquivos da Democracia” nada mais eram do que uma “chamada”, um título dado às intervenções semanais de Jorge Boaventura à *Rede* – que, por sua vez, era descrito como um Catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia, da Escola da Aeronáutica e Escola Técnica do Exército.²⁶⁰ De forma sintética, portanto, Boaventura era responsável por oferecer bases históricas, técnicas e mesmo culturais para a desmoralização do comunismo; contribuindo, assim, para uma sensível sofisticação ao discurso anticomunista da época. Vejamos um exemplo da transcrição de um de seus pronunciamentos à *Rede*:

[...] O responsável pelos ‘Arquivos da Democracia’, abordou o tema da desmoralização da tese do equalitarismo [sic], que constitui a panacéia dos pregadores da doutrina marxista Para isso, citou, textualmente, passagem de uma mensagem de Nikita Krucheve [sic], em que é condenada a igualdade, com que sonham os incautos, e defendia a tese nova, baseada em velho

²⁵⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. V. 2: Os intelectuais...*. Op.cit., p. 147.

²⁵⁹ Cf. Jorge Boaventura. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18/12/1963, p. 06. Acreditamos que a indistinção entre “comunismo”, “socialismo”, “regime soviético” etc – como o presente no pronunciamento de Jorge Boaventura e no dos demais oradores da *Rede* – também cumpria uma figuração importante na estratégia de atuação da *Rede da Democracia*; podendo mesmo ser considerada, a despeito do aparente paradoxo, uma das “ações pedagógicas” das quais estamos nos referindo. Para uma aprofundamento desta “produção do inimigo comunista sob o prisma da alteridade”, ver DEUSDARÁ, P.P. Op.cit., p. 54 e ss.

²⁶⁰ Cf.: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04/12/1963, p. 03. Data referente à transcrição da sua primeira participação na *Rede* (03/12/1963).

lema clássico, representada pelo ‘de cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo seu trabalho’.²⁶¹

Outra forma de “didatismo” lançado mão pelos fautores da *Rede* foi o de contar com pronunciamentos de “especialistas” que pudessem trazer esclarecimentos – “técnicos”, sobretudo –, aos ouvintes do programa. Pela indisponibilidade dos arquivos sonoros da *Rede*, infelizmente não temos como precisar o exato conteúdo deste tipo de intervenção. Acreditamos, entretanto, que a sua menção na mídia impressa que compunha o arranjo não só evidencia este tipo de estratégia, como também ratifica a retórica atuação da imprensa de esclarecedora e “porta-voz isenta” da sociedade em que atua.²⁶²

Também ocupou o microfone da ‘RD’ o professor Nélio Reis, catedrático de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara. *Depois de mostrar a necessidade da Rede da Democracia no movimento em que a infiltração vermelha se processa de cambulhada com a defesa de determinadas causas justas*, passou a ministrar verdadeira ‘aula prática’ sobre temas de sua especialização. Décimo terceiro salário e salário-família do trabalhador foram minuciosamente analisados e explicados, inclusive no que diz respeito ao ‘modus’ de pagamento.²⁶³

Pela sua importância enquanto estratégia de atuação, vale a pena destacar a justificativa apresentada pela versão impressa do programa em relação à “aparente distinção” entre o pronunciamento acima e a “legítima finalidade” da *Rede*:

[...] Afastou-se, aparentemente, a ‘RD’ de sua legítima finalidade, no caso. Só aparentemente, entretanto, porque também a ignorância dos seus direitos, por parte do homem comum em geral mais sensível, por falta de ilustração e por ‘raciocinar sentimentalmente’, aos argumentos esquerdistas, é o caminho amplamente aberto à infiltração vermelha.²⁶⁴

Menos nítido em relação às participações pontuais, mas perfeitamente explícito nos pronunciamentos dos oradores mais assíduos do programa, uma espécie de “roteiro de ação” (que consistia na promoção do projeto modernizante-conservador e ataque aos movimentos sociais e ao Governo Goulart) ocupou importante papel na forma de atuação da *Rede*. Além de contribuir para uma maior homogeneidade nas mensagens veiculadas, esta espécie de

²⁶¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18/12/1963, p. 06.

²⁶² BIROLI, F. Op.cit., p. 230.

²⁶³ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12/11/1963, p. 03. Grifos nossos.

²⁶⁴ Idem. Ibidem.

“pauta” permitia que os oradores extrapolassem os temas que inicialmente estivessem relacionados ao setor que representavam, fazendo com que todos os pronunciamentos convergissem para o programa de doutrinação do complexo IPES/IBAD.

Já em relação à listagem dos oradores que passaram pela *Rede da Democracia*, somos informados de que ela era composta majoritariamente por parlamentares – sobretudo deputados e senados udenistas e pessedistas. Mas, o mais significativo: grande parte destes parlamentares pertenciam à ADP – Ação Democrática Parlamentar – bloco multipartidário conservador e principal braço do complexo IPES/IBAD no Congresso Nacional.²⁶⁵ Muitos deles, inclusive, já vinham participando de outros empreendimentos doutrinários, direta ou indiretamente promovidos pelo complexo, como o já citado programa televisivo “Assim é a Democracia” (Herbert Levy e Cunha Bueno); o também midiático “Encontro de Democratas com a Nação” (Pedro Aleixo, Mem de Sá, Milton Campos, Sandra Cavalcanti e Raimundo Padilha); ou o também já citado “Congresso das Reformas de Base”, ocorrido em janeiro de 1963 (com destaque ao senador Mem de Sá, um dos responsáveis pela publicação dos “Documentos Síntese” daquele Congresso).

Também a dinâmica dos pronunciamentos na *Rede da Democracia* seguiria o programa estratégico adotado pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD, que concentrava forças para atacar tanto os crescentes movimentos sociais (sobretudo aqueles atuantes no campo do sindicalismo, da educação e do campesinato; e nos setores subalternos das Forças Armadas), quanto o bloco nacional-reformista (grande apoiador e também apoiado por aqueles movimentos); concomitantemente, utilizaria o novo flanco de doutrinação representado pela *Rede* a fim de reafirmar a posição de liderança e poder organizacional do emergente bloco multinacional e associado – do qual, parafraseando Dreifuss, o complexo era “Estado Maior”.

Ainda sobre esta espécie de “roteiro de ação”, percebemos que a “defesa da democracia” foi o elemento ideológico que perpassou grande parte dos pronunciamentos proferidos através da *Rede* – o que permitia ao bloco multinacional e associado expandir o seu raio de abrangência. Como tivemos oportunidade de auferir no capítulo anterior, a forte campanha pré-eleições de 1962 promovida pelas agências que formavam o complexo IPES/IBAD (como a ADEP, o próprio IBAD, a ADP e a Promotion S.A.) já havia lançado mão do chamado “denominador comum” representado pela defesa da democracia no sentido de dar coesão a uma heterogênea oposição ao Governo Goulart. Todavia, seria com o ascenso

²⁶⁵ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 320 e ss.

do número de greves nos grandes centros urbanos e do número de ocupações de terras devolutas no setor rural; com os avanços implementados pelo bloco nacional-reformista em relação às reformas institucionais (como a criação do SUPRA e do Estatuto do Trabalhador Rural); e com a inexorável e crescente campanha daquele bloco e dos movimentos sociais em favor das Reformas de Base, que a defesa da “legalidade”, da “ordem”, do “liberalismo” e do “regime democrático” ganhariam homogeneidade e puderam ser, de fato, materializados pela avançada rede de doutrinação do bloco multinacional e associado.

Isto não significa dizer que outros elementos discursivos também não fizessem parte dos pronunciamentos levados ao ar pela *Rede da Democracia*. Tampouco que seja possível, senão analiticamente, concebê-los de uma forma isolada, posto que localizamos a *Rede* como uma das inúmeras ações no processo de disputa hegemônica cujo importante momento da tomada de poder fora precedido pela etapa de persuasão e formação de uma ampla frente de combate – papel desempenhado pela elite orgânica do bloco moderno-conservador, o complexo IPES/IBAD.²⁶⁶

Desta forma, acreditamos que houve uma eficiente articulação entre os diferentes elementos capazes de expandir a frente oposicionista naqueles anos 1960; dentre estes elementos, o próprio anticomunismo. Todavia, no que tange especificamente à criação e atuação da *Rede da Democracia*, acreditamos que o fator preponderante de sua doutrinação fora a defesa do conceito formal e restrito de democracia – apresentada de forma não-substanciada e a-histórica.

Embora tenha apontado que o anticomunismo militar tradicional²⁶⁷ fora “enriquecido” a partir da “mesclagem com elementos doutrinários provenientes da cultura da guerra fria [...] principalmente os conceitos de guerra revolucionária e de segurança nacional”,²⁶⁸ e reconhecido que existia demais argumentos “em jogo” no contexto do pré-Golpe (como o “problema da corrupção e a recusa peremptória a qualquer tipo de reforma”²⁶⁹), o historiador Rodrigo Motta considera que tais questões não teriam apelo suficientemente forte para gerar

²⁶⁶ GRAMSCI, A. “*Cadernos do cárcere*. V. 3: *Maquiavel...*”. Op.cit., p. 24-5.

²⁶⁷ Em seus estudos, como o acima, Motta desenvolveu uma diferenciação entre aquilo que chamou de “três matrizes básicas pelas quais provém os ideais anticomunistas – o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Cf.: MOTTA, R.P.S. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p. 17-8.

²⁶⁸ MOTTA, R.P.S. O anticomunismo militar. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 298.

²⁶⁹ Idem, p. 292.

mobilização política da envergadura do golpe de 1964, e que o argumento anticomunista fora o principal elemento do discurso que levou a ele.²⁷⁰

Os pronunciamentos proferidos através da *Rede da Democracia* e a importância que a defesa do regime democrático representava para alguns setores estratégicos naquele contexto – como, por exemplo, a corrente “legalista” das Forças Armadas –, nos faz crer que somente o anticomunismo não seria capaz de mobilizar tais setores para o projeto de golpe de Estado existente naquele contexto – assim como não o fora em 1961, em 1955 ou em 1954.

[...] Mas nem tudo está perdido, porque se forma velozmente neste país uma consciência nacional, de luta, da qual a própria ‘Rede da Democracia’ é uma demonstração eloqüente. *Lutar contra o comunismo não é tudo que importa, o que importa é lutar pela democracia, fazendo no país inteiro a revolução da instrução da moralidade e da decência.*²⁷¹

Antes de avançarmos sobre tais pronunciamentos e, conseqüentemente, para a ilustração de como o binômio “democracia-comunismo” fora construído por seus oradores, é necessário mencionarmos um importante debate em torno das diferenças entre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e o *corpus* ideológico do qual a **guerra revolucionária** fazia parte – e, assim, ilustrar porque consideramos a primazia da segunda em relação ao poder de mobilização pró-golpe de Estado.

Tida por especialistas sobre o tema como produto de exportação da política militar estadunidense e parte integrante da ideologia de alinhamento daquele país,²⁷² a adoção da DSN pelas Forças Armadas nacional também é considerada como um aceno da oficialidade brasileira a uma nova noção de combate – em que a doutrinação ideológica gozava de igual importância ao poder coercitivo. Em outras palavras, o fato do mundo estar inserido numa disputa atípica – a Guerra Fria –, transformou as relações bélicas entre as duas grandes potências em “uma guerra permanente, em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico”.²⁷³ Segundo as análises comblinianas, atentos a esta peculiaridade, os oficiais que compuseram a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial:

²⁷⁰ Idem, *ibidem*.

²⁷¹ Deputado Estadual Gal. Danilo Nunes. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 05/12/1963, p. 04. Grifos nossos.

²⁷² Sobretudo COMBLIN, P^o. J. *A ideologia da segurança nacional. O poder militar na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²⁷³ Idem, p. 39.

captaram nos Estados Unidos o início do sistema de segurança nacional. Voltam para o Brasil com a intenção de copiar a National War College. Uma missão militar americana (sic) é encarregada de auxiliar seus colegas brasileiros a fundar esta instituição, e a orientá-la durante doze anos: será a Escola Superior de Guerra.²⁷⁴

Grosso modo, Comblin buscará na irrefutável importância da ESG em relação à preparação do golpe de 1964²⁷⁵ a prova da primazia da doutrina estadunidense naquele golpe. Segundo suas análises: “é incontestável que a doutrina que inspirou os golpes militares vêm [sic] diretamente dos Estados Unidos. É nos Estados Unidos que os oficiais dos exércitos aliados aos EUA aprenderam-na.”²⁷⁶

No sentido de combater a rigidez das análises comblinianas, o artigo do historiador João Roberto Martins Filho intitulado: *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e o golpe de 64*²⁷⁷ sugere que, desconsiderar as especificidades existentes em cada um dos países que tiveram seus regimes democráticos interrompidos durante as décadas de 1960 e 1970 (o que acabaria por trazer diferentes “aplicações” daquela doutrina), representa apenas um dos problemas na análise de Comblin. Segundo Martins Filho:

Comblin construiu uma narrativa que acaba por simplificar em demasia a questão dos influxos doutrinários que alimentaram os golpes do Cone Sul . [...] Esta análise tende a perder especificidades nacionais dos processos de construção do golpismo militar, que teriam conseqüências importantes na própria configuração das ditaduras que se seguiram.²⁷⁸

Outra questão levantada por Martins Filho em contraponto às análises comblinianas é o apontamento de um *corpus* ideológico já atuante entre a oficialidade brasileira no período anterior à adoção dos preceitos da DSN – DSN considerada por este historiador como sintetizadora da doutrina de contra-insurreição estadunidense²⁷⁹. Trata-se da chamada *Guerre Révolutionnaire*.

²⁷⁴ Idem, p. 155.

²⁷⁵ Sobre a relação ESG-IPES, ver: DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 369 e ss.

²⁷⁶ COMBLIN, P^o. J. Op.cit., p. 14.

²⁷⁷ MARTINS F^o, J.R. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e o golpe de 64* Disponível em www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf. Acessado em 15/08/2007.

²⁷⁸ Idem, p. 03-4.

²⁷⁹ Idem, p. 06-7.

Desenvolvida pela França no seio de sua disputa colonial na Argélia, a doutrina de “guerra revolucionária” – mesmo antes da eclosão da Revolução Cubana – já compreendia noções que seriam sintetizadas e exportada pelos EUA anos depois da presença socialista na América; tais como “indistinção entre os meios militares e os não militares e a particular combinação entre política, ideologia e operações militares que elas punham em funcionamento”.²⁸⁰ Apontado pelo próprio Comblin, ao reconhecer que “seria muito difícil compreender este conceito [DSN] fora do contexto da guerra generalizada, da guerra fria [sic] e da guerra revolucionária que o viram nascer”,²⁸¹ este *corpus ideológico*²⁸² chegou ao Brasil antes mesmo da doutrina de contra-insurreição estadunidense. Segundo Martins Filho:

Se marcarmos a data de nascimento da era kennediana da contra-insurreição em 18 de janeiro de 1962, quando o presidente promulgou o Memorando de Ação de Segurança Nacional 124 (NSAM-124), podemos afirmar com certeza que, nesta data, alertar os militares argentinos e brasileiros para a urgência de desenvolver uma doutrina de combate à guerra subversiva²⁸³ seria o mesmo que ensinar o padre-nosso ao vigário. [...] Os oficiais de ambos países tinham buscado, por conta própria, uma doutrina de guerra mais adaptada às suas necessidades e que os EUA não pareciam em condições de oferecer.²⁸⁴

Sendo assim, as palavras do então Coronel Augusto Fragoso à sua audiência na Escola Superior de Guerra brasileira, traduzem bem a importância que a guerra revolucionária representava ao país já em 1959: “a bibliografia francesa sobre GR é, pode-se dizer, a única existente. A bibliografia de origem norte-americana não deu até agora ao assunto a importância merecida”.²⁸⁵

Esta histórica palestra – intitulada *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária* - foi a primeira de uma série promovida pela ESG brasileira, que um ano antes já publicava

²⁸⁰ Idem, p. 09.

²⁸¹ COMBLIN, P^o. J. Op.cit., p. 55.

²⁸² Como o próprio autor sugere. Cf.: Idem, p. 05.

²⁸³ O alerta faz parte do documento citado. Promulgado pelo presidente John F. Kennedy, também recomendava às várias agências de governo o reconhecimento da insurreição subversiva (guerras de libertação nacional) como uma forma de conflito equivalente a uma guerra convencional. disponível em < <http://www.jfklibrary.org/images/nsam124a.jpg> >, acessado em 22/09/2007.

²⁸⁴ MARTINS F^o., J.R. Op.cit., p. 06-7.

²⁸⁵ A explanação na íntegra pode ser consultada em Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra. *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*, Augusto Fragoso, Coronel, 1959, p. 05. Apud: MARTINS F^o., Op.cit., p. 10.

alguns estudos sobre a guerra revolucionária.²⁸⁶ Outrossim, se uma palestra na ESG não significava necessariamente o início de uma mudança doutrinária no seio daquela instituição, tampouco ela pode ser subestimada. Como aponta Martins Filho: “já a 2 de setembro de 1959, um ato do Chefe do Estado-Maior do Exército nomeava uma comissão para estudar a programação e a coordenação da instrução sobre guerra moderna”.²⁸⁷

Mas a relação da guerra revolucionária no Brasil tampouco se limitou às dependências da ESG:

A evolução iniciada no final do governo J.K. teve continuidade até que, a 27 de julho de 1961, sob o breve governo de Jânio Quadros, o Estado-Maior das Forças Armadas consolidou em doutrina as definições esboçadas dois anos antes. Nesta data, ato do General Osvaldo Cordeiro de Farias, então chefe do EMFA, aprova e recomenda a conceituação da guerra insurrecional, de *guerra revolucionária*, de subversão (guerra subversiva), de ação psicológica, de guerra psicológica e de guerra fria, constantes no documento FA-E 01/61. Assim, seis meses antes do ato do governo Kennedy que inaugurou a era da contra-insurreição – o já citado NSAM 124 – o EMFA já dispunha de uma conceituação básica que orientaria a evolução posterior de sua doutrina de defesa interna.²⁸⁸

Em complemento a esta assertiva, Martins Filho sugere que “os ensinamentos franceses desceram nas alturas da ESG até chegar a tenentes e sargentos – e a estes, evidentemente, com os devidos cuidados, dada a situação de efervescência política vigente nesses escalões em 1962-1964”.²⁸⁹ Desta forma, o historiador ratifica a importância que esta instituição, criada pela e para a elite dos oficiais militares, exerceu junto à preparação militar do golpe de 64.

Martins Filho também imprime sua crítica a trabalhos que somente destacam a importância dos altos escalões militares no que tange ao movimento golpista citado; análises que, segundo suas palavras, acabam excluindo “os processos atuantes no campo onde, por excelência, se define a cultura militar hegemônica, vale dizer, de escolas de comando e

²⁸⁶ Em 1958, o Estado-Maior da Armada brasileira publicara alguns estudos sobre a Guerra Revolucionária, coletânea de quatro artigos traduzidos da *Revue Militaire d'Information* e um da *Revue de Defense Nationale*. CF. MARTINS Fº., p. 08.

²⁸⁷ Idem, p. 22-3.

²⁸⁸ Idem, p. 23-25. Grifos nossos.

²⁸⁹ Idem, p. 29.

estado-maior, onde efetivamente se transmitem as idéias que perpassam toda a instituição e onde é possível medir a temperatura ideológica da organização militar”.²⁹⁰

3.1 – Os oradores da *Rede da Democracia*

Assim como o curto período de atuação da *Rede da Democracia* não pode ser tomado como referência-última para a caracterização daquele arranjo, há a necessidade de localizar, na considerável lista de oradores que passaram pela *Rede* os elementos que os uniam àquela frente de oposição ao nacional-reformismo e aos movimentos sociais e de promoção do programa moderno-conservador do bloco multinacional e associado.

O pressuposto, assumido pelo presente estudo, de empreendimento estratégico quanto à caracterização da *Rede* não nos impede de reconhecer que algumas participações, no decorrer do programa, possivelmente estivessem à margem da ampla ação ideológica posta em prática pelo complexo IPES/IBAD naquele contexto – no sentido de não serem integrantes de algum Grupo de Estudo do complexo ou de não pertencerem aos órgãos em torno dele, como o ADEP ou o ADP. Outrossim, justamente por este centro político da elite orgânica que fora o complexo IPES/IBAD ter desempenhado papel de catalisador das várias oposições que o Governo Goulart e os movimentos sociais possuíam naquele período, e por ter utilizado espaços como a *Rede da Democracia* para consolidar a liderança do bloco multinacional e associado no interior de tais oposições, acreditamos que o foco na análise daqueles que ocuparam os microfones do arranjo deve ser centrado em suas relações com a campanha ideológica que possibilitou a deposição de Goulart e o cerceamento dos movimentos sociais a partir de março de 1964.

Desta forma, entendemos que para além do mero uso terminológico da concepção gramsciana de “intelectual orgânico”, só a estaremos contemplando em sua forma dinâmica na medida em que considerarmos tais oradores como representantes de um determinado projeto de classe – naquele momento, organizado e dirigido pela elite orgânica do bloco multinacional e associado.

Começemos pelos parlamentares, grupo majoritário a ocupar a *Rede da Democracia*. Geralmente deputado federal ou estadual; filiado à UDN, ao PSD ou ao PSP; líder de seu partido na Câmara Federal ou nas Assembléias Legislativas; e pertencente à ADP da Câmara Federal ou dos blocos multipartidários correlatos existentes nos legislativos estaduais. Com exceção de participações pontuais de alguns governadores, senadores ou secretários de

²⁹⁰ Idem, p. 22.

Estado, era este o perfil dos parlamentares que ocuparam os microfones da *Rede* ou tiveram seus pronunciamentos reproduzidos pelo programa.²⁹¹

Também à guisa de esquematização, percebemos que grande parte desses parlamentares eram oriundos da Guanabara, do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais; com poucas, porém significativas exceções de representantes do Nordeste (sobretudo Pernambuco, Ceará e Bahia); dos três Estados do Sul (sobretudo Rio Grande do Sul); e de Goiás – Estados estes em que a ação da elite orgânica em torno do complexo IPES/IBAD se concentrou e/ou em que se percebia uma forte presença de movimentos e organizações sociais de caráter mais autônomo daquele contexto – como as Ligas Camponesas e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), por exemplo.

Como anteriormente mencionado, alguns destes deputados já transitavam por outras esferas da sociedade além do próprio Parlamento, o que significava fator importante para a legitimação e abrangência da *Rede da Democracia* entre os setores estratégicos dos quais buscava atingir. Exemplo maior deste “trânsito”, João Calmon compartilhava a legislatura de deputado federal pelo PSD capixaba com a de Diretor dos *Diários Associados* e um dos diretores d’*O Jornal*. Ainda no campo midiático, destaca-se o exemplo do deputado estadual pelo PSP paulista, Broca Junior – “homem de rádio desde a década de 1946”, como ele se definia –, e do presidente da Assembléia Legislativa da Guanabara e deputado estadual pela UDN daquele Estado, Raul Brunini – que tinha sido um famoso locutor da rádio *Tupi* nos anos 1940 e da *Rádio Globo* na década seguinte. Em relação aos “parlamentares-militares”, o General Danilo Nunes – deputado estadual pela UDN/GB – representava esta espécie de “ponte” entre os participantes da *Rede da Democracia* e os setores dos quais eram oriundo.

Não por acaso, os pronunciamentos destes parlamentares se voltariam para os setores que lhe eram sensíveis, de forma a imprimir autoridade à suas falas e pontuar a representatividade de tais setores na *Rede*. De forma ilustrativa, citamos um excerto do pronunciamento de Broca Junior transcrito n’*O Jornal* em 07 de Novembro de 1963:

O rádio está cumprindo grande missão com sua voz em todos os rincões da Pátria. (...) Todos os brasileiros que me ouvem, ouvirão também as emissoras cujas vozes pregam, sempre, a

²⁹¹ Embora grande parte desses parlamentares tenham participado *in loco* dos pronunciamentos da *Rede*, notamos que em alguns casos seus discursos nas tribunas do Congresso Nacional ou das Assembléias Legislativas estaduais foram reproduzidos pelo programa, e posteriormente transcritos nos jornais que formavam o arranjo.

verdade na defesa do regime. (...) Homem de rádio e democrata fervoroso posso afirmar que o rádio é a voz democrata a todos os brasileiros e se prepara para servi-los ainda melhor.²⁹²

Outro fator de coesão relacionado à participação dos parlamentares na *Rede da Democracia* era a filiação de grande parte deles à ADP, o que ratifica a relação orgânica entre o complexo IPES/IBAD e o programa radiofônico lançado em outubro de 1963. Canal do IBAD no Congresso Nacional desde 1961,²⁹³ e ligada aos Grupos de Ação do complexo naqueles anos, a ADP era preciosa ferramenta para os objetivos do bloco multinacional e associado. Segundo Dreifuss, a ADP tinha um duplo desempenho naquele contexto, funcionando “como um foco no Congresso para a ação do Grupo de Ação Parlamentar e do Grupo de Levantamento da Conjuntura contra o Executivo”²⁹⁴, além de servir como um “canal importante canal para as atividades do Grupo e Estudo e Doutrina”.²⁹⁵ Ainda de acordo com Dreifuss, a cobertura do Grupo de Opinião Pública a estas ações tornava a ADP uma “eficaz caixa de ressonância, estimulando o apoio do público para as táticas e propostas de diretrizes políticas com orientação do complexo IPES/IBAD.”²⁹⁶

Com a criação da *Rede da Democracia*, portanto, esta “caixa de ressonância” ganhou mais um espaço de atuação, sendo perceptível inclusive pela assiduidade com os que parlamentares daquele bloco multipartidário compareciam ao programa. Assim, deputados federais como João Mendes da Costa Filho (UDN/BA e presidente da ADP), Pedro Aleixo (UDN/MG), Raimundo Padilha (UDN/RJ), Adauto Lúcio Cardoso (UDN/GB), Herbert Levy (UDN/SP), Último de Carvalho (PSD/MG), Ernâni Sátiro (UDN/PB), Cunha Bueno (PSD/SP), Eurípedes Meneses (UDN/GB); ou deputados estaduais como os já citados Raul Brunini (UDN/GB) e Gal. Danilo Nunes (UDN/GB) ocupariam os microfones da *Rede* com certa regularidade entre outubro de 1963 e abril de 1964, seja para defender o Poder Legislativo, seja para atacar o Executivo, a bancada nacional-reformista do Congresso Nacional e os movimentos e entidades sociais atuantes no período.

Como teremos oportunidade de auferir, os pronunciamentos de seus membros na *Rede da Democracia* representavam um prolongamento de suas ações no Congresso Nacional, estrategicamente acusando o Executivo e sua base de apoio no Legislativo de inércia ou de radicalidade quanto à apresentação de projetos políticos, enquanto adotavam o voto em bloco

²⁹² *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07/11/1963, p. 03.

²⁹³ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 102.

²⁹⁴ Idem, p. 320.

²⁹⁵ Idem, ibidem.

²⁹⁶ Idem.

para derrotar aqueles mesmos projetos; apresentando, em contrapartida, anteprojetos de lei, requerimentos e emendas preparados pelo Grupo de Estudos e Doutrina do IPES.²⁹⁷

Neste sentido, aquilo que a historiografia revisionista sobre o período aponta como uma das causas do golpe de 1964 – qual seja, o “radicalismo por meta” dos grupos pró-reformas do Congresso, caracterizado por sua “estratégia maximalista” e sua intransigência em adotar um “programa razoável” de reformas sociais que favorecesse a manutenção do regime democrático –²⁹⁸ não se sustenta nem mesmo se considerarmos, a exemplo de grande parte desta historiografia, o Parlamento como único *locus* legítimo de atuação política. Segundo Dreifuss:

A ADP mostrava-se vital no esforço de bloquear as tentativas de João Goulart quanto à implementação de reformas através do Legislativo, forçando o Executivo a usar decretos presidenciais, o que retardava seus planos, esgotando-o nas longas batalhas processuais e criando uma atmosfera de impasse no Congresso; além disso, criava-se um clima de ingovernabilidade geral o que estimulava a busca e legitimação de soluções extraconstitucionais (sic), para a pendente crise do regime.²⁹⁹

Além daqueles pertencentes à ADP, ocuparam os microfones da *Rede da Democracia* parlamentares que gozavam de grande influência no cenário político partidário do País naquele período. Dentre os mais assíduos, destacamos os deputados federais Bilac Pinto (UDN/MG – então presidente nacional da legenda), Aliomar Baleeiro (UDN/GB), Armando Falcão (PSD/CE); os deputados estaduais Aureliano Chaves (UDN/MG),³⁰⁰ Getúlio Vaz (UDN/GO), Francisco Gama Lima (PDC/GB) e Conceição da Costa Neves (PSD/SP); e os senadores Mem de Sá (PL/RS) e seu suplente Daniel Krieger (UDN/RS).

Desempenhando papel importante no bloqueio de propostas no Parlamento – como Aliomar Baleeiro, membro da Comissão Especial da Câmara responsável por examinar a proposta de emenda constitucional de reforma agrária apresentada pela bancada trabalhista –³⁰¹ de interlocução com os setores ruralistas do País – como Armando Falcão, ferrenho opositor das Ligas Camponesas na Câmara –; ou de aberta campanha em prol da intervenção militar contra o Governo Goulart – como Bilac Pinto e seus incisivos discursos baseado nos

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Ver nota de rodapé nº 64 desta dissertação.

²⁹⁹ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 321.

³⁰⁰ A partir de fevereiro de 1964, assume a pasta de Educação do Governo Magalhães Pinto em Minas Gerais.

³⁰¹ Proposta rejeitada por aquela Comissão em maio de 1963. Cf.: BRANDI, P. Aliomar Baleeiro. In: DHBB, FGV, Cd-Rom.

preceitos da guerra revolucionária –; a assídua presença destes parlamentares na *Rede da Democracia* representa o caráter estratégico envolvendo aquele arranjo, que buscava na abrangência e na retórica legitimidade do espaço midiático uma forma de expansão da doutrinação ideológica do bloco multinacional e associado.

Já em relação à participação de governadores, percebemos que estas se deram de forma pontual; com exceção a assídua participação do pessepista Ademar de Barros – cujos pronunciamentos eram proferidos a partir de São Paulo, retransmitidos pelas demais estações radiofônicas e transcritos nos jornais que formavam a *Rede*. Mantida esta exceção, os demais governadores se limitaram a saudar a criação do arranjo, como fora o caso de Virgílio Távora (governador, pela UDN, do Estado do Ceará); Plínio Coelho (PTB – Amazonas); Ney Braga (PDC – Paraná); Ildo Meneghetti (PSD – Rio Grande do Sul) e Carlos Lacerda (UDN – Guanabara).

Ainda em relação ao Governo Lacerda, percebemos um relativa assiduidade de seus principais secretários de Estado aos microfones da *Rede*, sempre no intuito de defender o Governo udenista do recém-criado Estado da Guanabara e contrapô-lo ao Governo Federal ou a governos de Estado comandados por governadores comprometidos com o nacional-reformismo, como Pernambuco. Não foi outra a natureza dos pronunciamentos de Sandra Cavalcanti, então Secretária de Serviços Sociais daquele Estado, que alternava entre a defesa das ações de sua secretaria (cuja finalidade era, segundo a própria Secretária, “reunir num órgão administrativo todos os serviços sociais em atividade, visando à solução dos problemas que formam a fisionomia intranquã do homem do século XX”)³⁰² e ataques a programas sociais que nem ao menos guardava relação com aqueles de sua pasta, como o Método Paulo Freire de Ensino.³⁰³ Com a mesma forma de atuação, também participaram dos programas da *Rede* os secretários Flexa Ribeiro (então Secretário da Educação e Cultura do Governo Lacerda) e Rafael Magalhães (verdadeiro “coringa” daquele Governo, haja vista suas passagens pelo comando das secretarias do Interior, de Obras, da Educação e Cultura e de Segurança, além das cargos que também já havia exercido de Chefe de Gabinete e Chefe da Casa Civil).

³⁰² *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03/01/1964, p. 04.

³⁰³ Que, naquele momento, já havia ultrapassado os limites do município de Recife – onde pioneramente fora posto em prática– para ser adotado por algumas secretarias municipais de educação País afora, como as das cidades de Osasco (São Paulo); Natal e Angicos (Rio Grande do Norte); e a de Brasília (através de seu órgão correspondente no Distrito Federal, a CASEB – Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília). Cf.: CUNHA, L.A. Método Paulo Freire. In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

Com mais propriedade que Sandra Cavalcanti, Flexa Ribeiro dedicou seu pronunciamento à relação “democracia-educação”, também de forma a contrapor a gestão educacional do Governo Lacerda à gestão Federal – que, segundo suas palavras, estava permeada pelo “centralismo” e “ideologização” no que tange às suas diretrizes, fazendo com que a iniciativa privada naquele setor sofresse considerável ameaça.³⁰⁴

Setor de inequívoca importância àquele período, o universo educacional também estava representado por estudantes e professores, com destaque às assíduas participações de Aristóteles Luiz Drumond – militante de destaque no campo estudantil e presidente do Diretório Nacional do Grupo de Ação Patriótica do complexo IPES/IBAD. Dentro do perfil que caracterizava as fileiras do GAP – jovens estudantes, entre 17 e 26 anos, oriundos, em sua maioria, das classes média-alta e alta –,³⁰⁵ Aristóteles Drumond não ocultava seu vínculo àquele Grupo de Ação, embora omitisse a umbilical relação deste grupo com o Estado-Maior da elite orgânica golpista.

Também pertencente ao GAP, onde exercia a função de Secretário-Geral, Fernando Calmon foi outro jovem a ocupar os microfones da *Rede*. A exemplo de Drumond, também o fizera para abordar tanto assuntos diretamente relacionados ao universo estudantil, quanto àqueles pautados pela agenda oposicionista do complexo IPES/IBAD – como o afastamento do general Peri Bevilacqua do comando do II Exército, em dezembro de 1963.³⁰⁶

Anunciado como representante do “pensamento da juventude ordeira, estudiosa, cristã e democrática”, o GAP utilizou aquele novo canal para dar prosseguimento ao programa de ação que lhe competia no complexo IPES/IBAD; programa que ultrapassava o combate ao dinâmico movimento estudantil, visando, de fato:

Combater as reformas propostas por Brizola e J. Goulart, a legalização do Partido Comunista, o sistema de representação estudantil e a UNE e UBES, o encampamento das refinarias particulares, o preenchimento dos postos-chave da administração com elementos considerados comunistas, a influência de líderes sindicais nos assuntos do país, a suposta censura aos discursos de líderes políticos da oposição (Amaral Netto, Carlos Lacerda e Raymundo Padilha) no rádio e na televisão, e [combater a] “vista grossa” do governo para greves e agitações de caráter político e subversivo.³⁰⁷

³⁰⁴ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25/01/1964, p. 06.

³⁰⁵ “O know-how de 64 usado no Chile em 73”. In: *Isto É*, 02/05/1979, s.p. Apud: DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 382.

³⁰⁶ Ainda neste capítulo, teremos oportunidade de comentar como este afastamento foi “trabalhado” pelos oradores da *Rede*.

³⁰⁷ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 382.

De modo complementar, não foram somente estudantes e professores que ocuparam os microfones da *Rede da Democracia* para abordar questões relacionadas à representação máxima dos estudantes no País, a UNE. O deputado federal Raimundo Padilha, por exemplo, utilizou uma de suas várias passagens pelo programa para abordar o “órgão revolucionário do comunismo internacional” – como se referia àquela entidade –; caracterizando-a como “antro de sediciosos e de delinquentes políticos, não [...] nacional, porque os objetivos nacionais são os que menos lhe importa, [deixando de ser uma instituição] de estudantes, por estar entregue a agitação revolucionária paca.”³⁰⁸

Sua postura, como a de outros oradores da *Rede* que trataram do tema, representa uma das ações do complexo IPES/IBAD frente à entidade que representava o pulsante movimento estudantil daquele período; movimento estudantil que ainda contava com o dinamismo dos CPCs (Centro Popular de Cultura – da própria UNE); da UBES (União Brasileira de Estudantes Universitários); da UME (União Metropolitana de Estudantes); da AP (Ação Popular – ramificação da Juventude Universitária Católica); da própria JUC, mas também da JEC (Juventude Estudantil Católica); dentre outros. Altamente comprometida com os setores progressistas do País – compondo, inclusive, a Frente de Mobilização Popular – a UNE certamente não poderia escapar ao programa de combate posto em prática pela elite orgânica através da *Rede da Democracia*.

Um dos poucos a manter uma certa regularidade junto ao programa, Theophilo de Andrade ratificava a postura dos demais oradores quanto à importância que o movimento estudantil representava ao governo de João Goulart, embora não se restringisse a este específico tema.

Co-diretor e colunista d’*O Jornal*, Theophilo de Andrade fora um dos responsáveis pela *Rede* ter atingido um expressivo número de questões da vasta agenda político nacional do País. Também coube a Theophilo de Andrade elevar, a um nível mais sofisticado que o praticado em outros canais de propaganda do IPES/IBAD – ou na própria *Rede da Democracia*, dependendo do orador –, discussões sobre “luta de classes”, “marxismo”, “Frente Única”, “inflação”, “empresa privada”, dentre outras. Exemplo que, aliás, era seguido pelo catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia, Jorge Boaventura, para quem a “opinião

³⁰⁸ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30/10/1964, p. 03.

pública” precisava considerar os aspectos culturais, e não os “meramente sentimentais”, para “conscientemente repudiar à exótica doutrina marxista.”³⁰⁹

Responsável pelos “Arquivos da Democracia”, Boaventura marcava sua participação de maneira a fundamentar, técnica e historicamente, a superioridade do regime democrático frente ao socialista. Desta forma, e como já tivemos oportunidade de salientar, suas intervenções à *Rede* estiveram imbuídas da “ação pedagógica” posta em prática pela *Rede da Democracia*, cujo “didatismo” fora a maior representação.

Também os representantes das classes produtoras e de suas associações se revezaram nos pronunciamentos à *Rede*, com destaque à assídua participação de Rui Gomes de Almeida – presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e seu representante no CONCLAP, Conselho Nacional das Classes Produtoras.

Criado no contexto de organização do bloco multinacional e associado, o CONCLAP (que somente no Rio de Janeiro englobava, além da Associação Comercial, o Centro de Indústrias do Rio de Janeiro, a Associação dos Bancos do Estado da Guanabara, o Centro de Seguros e Estudos de Capitalização, dentre outras associações empresariais) foi descrito por Dreifuss como uma “associação de pressão poderosa e expressiva na defesa dos novos interesses sócio-econômicos durante a década de 1950”³¹⁰ que, em conjunto com outras associações de classe (como a FIESP, a CIESP e Federation of American Chambers of Commerce), formaram um “fórum importante de interesses políticos e econômicos que proporcionou a infra-estrutura para ação de classe do bloco de poder burguês no período de 1962 a 1964”.³¹¹ Ainda segundo Dreifuss, das associações de classe anteriormente mencionadas, o CONCLAP foi a “expressão mais sofisticada da presença política da classe dominante no período anterior a 1964”,³¹² desempenhando papel importante no momento de ativismo político do bloco multinacional e associado iniciado com a ascensão do Governo João Goulart em 1961.

A exemplo de muitos pronunciamentos da *Rede*, os proferidos por Rui Gomes de Almeida ultrapassava o universo de interesses da entidade que representava, contemplando

³⁰⁹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21/12/1963, p. 04.

³¹⁰ DREIFUSS, R.A. Op.cit. p. 97.

³¹¹ Juntamente com os escritórios de consultoria tecno-empresarial – como o CBP e a CONSULTEC – e os grupos de ação e planejamento estratégico – como o IBAD e o IPES –, as novas ou renovadas associações de classe como o CONCLAP, a FIESP, a CIESP ou a Federation of the American Chambers of Commerce formariam a estrutura que permitiria ao bloco multinacional e associado romper com aquilo que Dreifuss denominou de “assimetria de poder entre a predominância econômica – consolidada durante os Governos JK e Jânio Quadros – e sua falta de liderança política”. Idem, p.105.

³¹² Idem, p. 97.

uma agenda que incluía questões como “os retrocessos da União Soviética”³¹³ até aqueles referentes à reforma agrária.³¹⁴

Também as diferenças ideológicas entre as diversas instituições, classes e frações de classes sob a liderança do complexo IPES/IBAD eram suprimidas em favor da campanha de desestabilização do Governo Goulart, como provam os pronunciamentos do representante do CONCLAP; dos presidentes de sindicatos patronais – como Manoel Leal de Abreu, do Sindicato das Indústrias de Panificação; dos representantes de sindicatos de base – como José Soares da Silva Filho, presidente da União dos Ferroviários do Brasil ou João Santana, presidente do Sindicato dos Arrumadores da Guanabara; e mesmo os pronunciamentos de trabalhadores – como o operário naval Agripino José da Silva e o operário gráfico Renato Carlos Arantes. O direito de greve e outras questões que poderiam acentuar o antagonismo inerente àquelas categorias davam lugar à denúncia quanto a presença do comunismo nos sindicatos e quanto a leniência e o incentivo do Poder Executivo frente àquela “constatação”.

Ainda em relação às questões trabalhistas, as assíduas participações dos operários Agripino José da Silva e de Renato Carlos Arantes elucidam uma estratégia que aparentemente divergia da proposta da *Rede da Democracia*, que buscava nas “lideranças” políticas, empresariais, militares ou estudantis uma forma de atrelar autoridade às suas transmissões. No caso dos dois operários – e também no caso de um “cidadão de origem russa”, denominado Eugênio Lorier –, o “valioso testemunho”³¹⁵ de suas experiências com o “sindicalismo comunista” e com a própria experiência na União Soviética ratificavam aquilo que era denunciado pelos demais participantes da *Rede*. Agripino Silva falava a partir de suas experiências como operário naval da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, e da pressão que “operários democratas”, como ele, sofriam em relação ao Sindicato Naval. Já o operário gráfico Renato Arantes compartilhava suas experiências como “sindicalista e ex-comunista” para alertar aqueles que ainda estavam “compenetrados nos postulados de Marx”³¹⁶ dos perigos que poderia significar tal postura. No mesmo sentido, a assídua participação de Eugênio Lorier – que dissera ter fugido da União Soviética e aportado no Brasil em 1947 –, trazia o testemunho de um “ex-oficial da Marinha Soviética” que explanava, por exemplo, sobre o “sofrimento na URSS de Stálin”,³¹⁷ sobre as “táticas de envolvimento utilizadas pelos

³¹³ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17/12/1964, p. 06.

³¹⁴ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17/12/1964, p.04.

³¹⁵ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02/02/1964, p. 06.

³¹⁶ *Idem*, *ibidem*.

³¹⁷ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31/12/1964, p. 04.

marxistas”;³¹⁸ sobre o “fracasso do comunismo na solução dos problemas da comunidade”;³¹⁹ e sobre os aspectos da educação no regime soviético;³²⁰ sempre no sentido de contrapor o regime comunista ao democrático e vaticinar o que poderia acontecer no Brasil caso as “forças democráticas” fossem derrotadas.

Em relação ao setor rural, para além destacada importância com a qual questões como SUPRA, Ligas Camponesas, reforma agrária ou sindicalismo rural eram tratadas pelos oradores da *Rede* – sobretudo pelos parlamentares que compunham a bancada ruralista do Congresso Nacional –, as participações do presidente e do diretor-secretário da Confederação Rural Brasileira (CRB)³²¹ e de representantes de cooperativas rurais evidenciam a estratégia que o complexo IPES/IBAD já vinha assumindo em face aquele setor, qual seja, a de adotar uma posição reformista frente às prementes questões agrárias; Posição que englobava a promoção da “modernização” das técnicas agrícolas, a promoção do ensino rural, a “modernização” das relações do campo (como a introdução do cooperativismo), dentre outras.

Setor onde o governo federal encontrava considerável base de apoio – sobretudo nas camadas trabalhistas, reflexo de avanços institucionais implementados pelo Governo Goulart, como a criação da SUPRA (em novembro de 1962) e a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (de 1963) –, e um dos setores onde os movimentos sociais autônomos gozavam de considerável dinamismo (a exemplo das Ligas Camponesas), o setor rural era o que mais trazia dificuldades para o bloco multinacional e associado, dada a influência política tripartidária que as associações rurais apresentavam naquele contexto – que englobava a ainda poderosa oligarquia tradicional, a burguesia rural moderna e as crescentes agroindústrias multinacionais e associadas –, e as bizantinas desavenças entre essas frações de classe dominante, protagonizada por suas respectivas associações.³²²

Como teremos oportunidade de auferir, tais dificuldades estiveram refletidas nos pronunciamentos emitidos pela *Rede da Democracia*, embora a citada posição reformista adotada pelo bloco multinacional e associado em relação ao tema – cujas diretrizes foram construídas através de eventos como o “*Simpósio sobre a Reforma Agrária*” (de 1961) ou o “*Congresso de Reformas de Base*” (de 1963) – fora predominante.

Já em relação aos setores militares, as participações de seus representantes junto aos microfones da *Rede* se deram de forma pontual; sendo, inclusive, mais constantes os

³¹⁸ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 05/01/1964, p. 04.

³¹⁹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10/01/1964, p. 03.

³²⁰ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14/01/1964, p. 06.

³²¹ Íris Meimberg e José Rezende Peres, respectivamente.

³²² DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 180-1.

pronunciamentos de não-militares clamando pela intervenção das Forças Armadas contra o Governo Goulart (sobretudo nos primeiros três meses de 1964).

É notória a importância da memória em torno da “Intentona Comunista”³²³ para a resignificação do anticomunismo militar naquela década de 1960; não podendo, portanto, ter deixado de figurar na “pauta” dos temas debatidos na *Rede da Democracia*. O programa de 26 de novembro de 1963, por exemplo, contou com a participação do marechal Inácio de Freitas Rolim, e iniciou com a leitura de pronunciamentos sobre o comunismo emitidas pelo ex-presidente marechal Eurico Gaspar Dutra; pelo ex-ministro da Guerra, general Amauri Kruel; pelo marechal Teixeira Lott; pelo brigadeiro Eduardo Gomes; pelo general Cordeiro de Faria e pelo general Macedo Soares.³²⁴

Sendo transcrito nos jornais que compunham a *Rede* no dia seguinte (27 de novembro, data oficial das “comemorações” sobre aquele fato³²⁵), o pronunciamento do marechal Rolim chamava a atenção para “trágica história” que cercava aquela data e para as “lições” que se podia tirar dela; à primeira vista, portanto, não se afastava muito da “propaganda anticomunista” explorada pelos militares através da memória sobre a “Intentona”.³²⁶

Todavia, a menção e leitura de pronunciamentos de notórios “legalistas” (como Lott e Kruel) e a sua pregação em prol de uma “mentalidade democrática” – “[...] Mil novecentos e trinta e cinco deve nos servir de lição, a fim de que permaneçamos sempre vigilantes contra os inimigos da Democracia” –³²⁷ nos sugere que sua mensagem não se restringia à propaganda anticomunista subsidiada pela memória da “Intentona”, mas também almejava alcançar as nuances capazes de amalgamar as diferentes correntes no interior das Forças Armadas – sobretudo através da bandeira da “defesa da democracia”.

Como já tivemos oportunidade de mencionar, tal bandeira coadunava com os novos preceitos doutrinários e ideológicos adotados pelas Forças Armadas brasileira, sobretudo aqueles oriundos da doutrina de contra-insurreição estadunidense (sintetizada, no Brasil, pela Doutrina de Segurança Nacional) e, antes desta, da *guerra revolucionária*. A expansão dos movimentos sociais (através de greves, manifestações públicas etc.), e o aceno do bloco nacional-reformista no sentido de ratificar tal expansão seriam cruciais para que até mesmo a

³²³ Para se ter uma visão mais pluralista deste levante, ver: SODRÉ, N.W. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. Em que, inclusive o próprio termo com o qual este acontecimento ficara conhecido é problematizado à luz de seu componente ideológico.

³²⁴ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/11/1963, p. 04.

³²⁵ Além da obra supracitada; e, principalmente, sobre as “comemorações” do 27 de novembro, ver: MOTTA, R.P.S. “*Em guarda contra o perigo vermelho...*”. Op.cit. e MOTTA, R.P.S. “*O anticomunismo militar...*”. Op.cit.

³²⁶ MOTTA, R.P.S. “*O anticomunismo...*”. Op.cit., p. 298.

³²⁷ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/11/1963, p. 04.

oficialidade legalista fosse convencida de que as fases anteriores à tomada de poder pelos “comunistas” (tal qual prescrevia a guerra revolucionária) estavam sendo cumprida.

Outro ponto que nos remete a ratificar a aceitabilidade, por parte da oficialidade brasileira, aos preceitos da guerra revolucionária, é o índice de eficácia que esta doutrina podia proporcionar – ao menos no âmbito teórico – devido a uma de suas características: a generalização.

A doutrina militar francesa oferecia aos militares dos países [nos quais ela era aplicada] uma definição flexível e funcional do inimigo a enfrentar, ao mesmo tempo em que, no plano geopolítico, valorizava o Terceiro Mundo como cenário do confronto mundial da Guerra Fria. [...] A idéia geral era que a civilização cristã estava envolvida numa guerra permanente e mundial, onde não apenas as distinções tradicionais entre guerra e paz passavam a ser insignificantes, como [...] as diferenças entre anticolonialismo, nacionalismo anti Ocidente e comunismo passavam a ser insignificantes.³²⁸

3.2 – Pronunciamentos

Uma vez estruturado o esquemático quadro de oradores da *Rede da Democracia*, cabe-nos apontar de que forma os pronunciamentos proferidos no programa cumpria a estratégia do complexo IPES/IBAD em promover o programa moderno-conservador do bloco multinacional e associado e combater as ações tanto do bloco nacional-reformista quanto dos movimentos sociais autônomo.

Como tivemos oportunidade de mencionar, a exemplo do que ocorrera no campo midiático brasileiro em relação à materialização da concepção liberal de imprensa no período do pós-1945, encontramos nos meses anteriores a março de 1964 uma clara materialização das concepções liberal e formal da democracia pelos fautores do Golpe. Tal materialização teve, com a criação da criação da *Rede da Democracia*, um importante *locus* de difusão.

Subsidiados pelas análises de Dreifuss,³²⁹ mas também nas desenvolvidas por Florestan Fernandes em “*A revolução burguesa no Brasil...*”,³³⁰ localizamos na transição entre o Estado Novo e o Governo Dutra as limitações que o regime democrático brasileiro apresentava naqueles anos 1960. Sua matriz liberal combinada a uma manutenção da estrutura

³²⁸ Idem, p. 15.

³²⁹ DREIFUSS, R.A. Op.cit.

³³⁰ FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

do controle social estadonovista eram o maior exemplo destas limitações; a Carta de 1946, era a maior representante; e o “pacto populista”, o mantenedor de tais limitações.

Desta forma, e diferente da principal tese da historiografia revisionista sobre o Golpe, acreditamos que a defesa do conceito formal de democracia representou importante estratégia em face ao crescente movimento de expansão democrática que marcou o Governo Goulart; capaz não só de atingir um número maior de setores que havia se beneficiado do “pacto populista” (sobretudo a burguesia empresarial e as oligarquias regionais), como também uma importante parcela das Forças Armadas (sobretudo aquela que, por diversas vezes, havia chancelado tal pacto: a corrente “legalista”).

Mesmo alguns elementos casualísticos – como, por exemplo, a morte do então presidente dos EUA, John Kennedy –, tornar-se-iam matérias a serem propagadas pelos oradores da *Rede da Democracia*; sempre de forma a associar, direta ou indiretamente, a contraposição entre o chamado mundo democrático e o “não-democrático”. Não foi outro senão este o principal teor do pronunciamento de Josué Montello (romancista membro da Academia Brasileira de Letras e então diretor do Museu Histórico Nacional), em um programa da *Rede* datado dias após o assassinato do presidente estadunidense e assim comentado na respectiva coluna d’*O Jornal*:

[...] O sr. Josué Montelo [sic], da Academia Brasileira de Letras se deteve em examinar a personalidade do presidente Kennedy, a quem chamou de ‘campeão da democracia, defensor da liberdade e lutador pelas conquistas liberais’. Explicou a grande perda que todo o mundo democrático experimentou e disse ser mais um motivo para que estejamos atentos no resguardo da liberdade.³³¹

O também “imortal” Austregésilo de Athayde compareceu aos microfones da *Rede* nesta mesma ocasião para prestar homenagens ao falecido presidente – em uma atitude coerente aos inúmeros elogios que direcionava ao Governo Kennedy através da coluna de análise política que mantinha n’*O Jornal*. Também de forma indireta, seu pronunciamento fora assim transcrito na coluna da *Rede* no principal jornal dos *Diários Associados*:

‘Um dos maiores homens de nosso tempo, que sempre soube se exprimir compreensivelmente, que sempre conseguiu superar os atritos’, foi como [Austregésilo de Athayde] definiu a obra do presidente Kennedy. Disse ainda que deve ele servir de exemplo para todos aqueles que amam

³³¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/11/1963, p. 04.

a democracia onde o homem tem assegurado todos os seus direitos fundamentais, auferindo a vida em sua plenitude, pois ‘a democracia é o regime que suporta todos estes abalos melhor que os demais, como vemos acontecer nos Estados Unidos’.³³²

Adentrando no campo da defesa e propaganda do liberalismo, encontramos pronunciamentos que defendiam desde a idéia de maior produtividade inerente às “sociedades democráticas” – “na democracia existe a empresa privada e a iniciativa é entregue a homens que visam o lucro e que por isso, tendo em vista a concorrência, os preços são mais baixos e a produtividade é maior”³³³ –; passando pela defesa do capital estrangeiro – “devemos lutar pela integração nacional mas sem afugentar o capital estrangeiro, exceto o colonizador”³³⁴ –; até a “negativa repercussão mundial” que o contexto brasileiro encerrava – “ninguém em nós acredita e não há capitalista que queira emprestar um tostão sequer [sic] ao Brasil, [...] já tem a certeza de que o Brasil de repente se transformará numa Cuba”.³³⁵

Dado o poder aglutinador proporcionado pela religião, certamente os temas relacionados ao cristianismo, de um modo geral, e ao catolicismo especificamente, não poderiam deixar de ser abordados pelos oradores da *Rede da Democracia*. Sobretudo em um país eminentemente católico, como o Brasil; e em um período em que a “Oficialidade Católica” desempenhou papel ativo nas disputas inscritas na Guerra Fria. Todavia, se em outras frentes oposicionistas o anticomunismo (sobretudo em sua vertente católica), fora preponderante,³³⁶ na *Rede da Democracia* ele esteve associado às outras questões igualmente importantes para a formação de um consenso anti-governo Goulart e, por que não dizer, anti-popular, como o alcançado pelo bloco moderno-conservador.

A despeito da ausência, aos microfones da *Rede*, de lideranças religiosas do período, os pronunciamentos que lançaram mão dos aspectos religiosos o fizeram de forma a relacionar o anticomunismo católico com estas demais questões, tais quais: “democracia” e “nacionalismo”. Vejamos alguns exemplos:

A democracia de fato, a autêntica, cristã e social, ameniza a luta do povo para ganhar o pão de cada dia e isto não é esquerda nem direita, é posição cristã. Pátria, acima de tudo, é a

³³² *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/11/1963, p. 04.

³³³ Theophilo de Andrade. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21/02/1964, p. 06.

³³⁴ Deputado Estadual Cardoso Alves (PDC/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07/11/1963, p. 06.

³³⁵ Deputado Federal Cantídio Sampaio (PSP/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 08/11/1963, p. 06.

³³⁶ Cf.: ANDRADE, F.W.B. *Igreja Católica e Comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964)*. Niterói: PPGH/UFF. Dissertação de Mestrado, 2006.

humanidade brasileira e paz é fruto da justiça. As ditaduras impedem as reivindicações do homem de trabalho, mas a democracia completa lhe dá esse sagrado direito.³³⁷

[Advirto] os brasileiros para a tragédia que se abateu sobre países cristãos, como a Polônia, a Hungria e a Iugoslávia, confundidos e dominados por minorias bem organizadas, como as que, atualmente, em nosso País. [Chamo] a atenção dos homens de boa vontade de nossa Pátria pra o perigo de uma tolerância, que poderá arrastar-nos à calamidade da bolchevização, [Aduzo] ao exemplo de Cristo, de expulsar os vendilhões do templo.³³⁸

Como já tivemos oportunidade de salientar, muitas das transcrições nos jornais que compunham o arranjo não eram citações *ipsis litteris* dos pronunciamentos no programa radiofônico, senão uma forma resumida e até mesmo comentada destes. É o que acontece com a transcrição do programa de 20/12/1963, em que somos informados da leitura, pelo deputado Raul Brunini, de trechos das encíclicas *Master et Magistra* e *Pacem in terris*. Segundo a transcrição n' *O Jornal* do dia seguinte:

[Raul Brunini] leu e comentou trechos das encíclicas 'Master et Magistra' e 'Pacem in terris' do Papa João XXIII. [...] Escolheu alguns dos pontos que, com maior rigor, desmascaram os que utilizam tópicos ou páginas dos documentos do grande Pontífice na sua pregação, visando a confundir os menos esclarecidos, identificando-lhes os conceitos com os dos doutrinadores e teóricos do Comunismo, partindo do 'slogan' perverso e cínico de que Cristo foi o primeiro dos comunistas.³³⁹

Utilizando-se de documentos importantes e balizadores da postura esperada dos católicos pelo Vaticano – sobretudo no sentido de reverter as desigualdades materiais da humanidade como forma de conter o socialismo e o comunismo – ³⁴⁰, o pronunciamento do presidente da Assembléia Legislativa da Guanabara revela a preocupação que os setores conservadores da sociedade brasileira nutria em relação ao binômio pauperismo-socialismo, fundamentada pelos exemplos internacionais recentes (Cuba, mas também boa parte dos continentes africano e asiático) e também os nacionais, haja vista a propagação de

³³⁷ Deputado Estadual Cardoso Alves (PDC/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07/11/1963, p. 03.

³³⁸ Senador Daniel Krieger (UDN/RS). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19/12/1963, p. 03.

³³⁹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21/12/1963, p. 04.

³⁴⁰ Ambas firmadas pelo Papa João XXIII, em 1961 e 1963, respectivamente. Cf.: http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html e http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html; acessadas em 25/05/2007.

movimentos como as Ligas Camponesas nas regiões norte e nordeste do país. Também revela a materialização deste binômio por grupos progressistas católicos, como os estudantes reunidos em torno da Juventude Universitária Católica, da Ação Popular, ou mesmo por parte dos que integravam o MEB (Movimento de Educação de Base – vinculado à CNBB).

Não foi outra senão esta a centralidade do pronunciamento do deputado federal Herbert Levy, transcrito nos jornais da *Rede* na véspera do Natal de 1963, ao qual o excerto revela: “Devemos lutar para aplainar as desigualdades, mas sob a égide da doutrina social da Igreja. [Apelo] à boa vontade e a paciência dos brasileiros, que devem unir em torno da Constituição e esperar um Governo à altura do País, que tem o Cruzeiro a guiá-lo e do povo, de que ‘Deus é concidadão’.”³⁴¹ Já em março de 1964, Theophilo de Andrade voltaria a trazer o assunto à *Rede*; de forma mais enfática, inclusive, em relação à cobrança de membros da própria Igreja Católica quanto ao cumprimento das doutrinas papais:

É preciso que todos saibam distinguir o socialismo científico de Marx e o socialismo cristão que tem suas raízes em Cristo e no evangelho [...] confusão em que incorrem padres e até bispos, que não logram distinguir os princípios humanitários de Cristo com certas alusões da doutrina marxista.³⁴²

De uma forma geral, a contraposição entre o cristianismo e comunismo, defendida por alguns oradores da *Rede*, bem como os desdobramentos que tal contraposição propiciava a outras frentes de oposição daquele período (como o perigo do comunismo aos “fundamentos da família cristã”, tão bem explorados pelas entidades de apelo feminino, como a CAMDE), foi matéria pouco explorada pelo programa; principalmente se levarmos em conta a predominância de aspectos pontuais relacionados à contraposição entre democracia e socialismo/comunismo levados ao ar pela *Rede* – que, como veremos à frente, girava em torno de diferenças entre países considerados democráticos, como EUA, e países socialistas, como a Rússia, em relação a temas como “sistema de ensino” ou “produção agrícola”.

Mais uma vez, confirmamos a estratégia do “didatismo” implementada pela *Rede* através da forma pela qual se apresentava a dicotomia entre democracia e socialismo/comunismo – inclusive fundamentando-a cultural e historicamente –, com o fito de possibilitar, segundo um dos oradores do programa, “o repúdio à exótica doutrina do comunismo através de uma forma consciente, cultural, ao invés de meramente

³⁴¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24/12/1963, p. 03.

³⁴² *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13/03/1964, p. 06.

sentimental.”³⁴³ Separamos aqui alguns dos inúmeros exemplos encontrados na transcrição do programa no matutino *O Jornal*:

A aceitação do Comunismo significaria a renúncia aos princípios e tradições que constituem base de nossa cultura, no sentido mais amplo da palavra, desde que implicaria a adesão do lema ‘ódio a todos os deuses’, que constitui pórtico da tese, com que Karl Marx defendeu grau de doutro, aos vinte anos.³⁴⁴

O marxismo parte do princípio da luta de classes conforme o manifesto comunista de 1848. Entretanto, a ciência demonstra a falsidade do Darwinismo, mostrando a necessidade de cooperação para a subsistência, pois que todos estão dentro da [] que é a Nação, daí não passarem de mentira as pregações comunistas, que acirram as lutas de classes para melhor dominarem.³⁴⁵

Somos contra o comunismo [...] e o fascismo, e revoltamo-nos contra a hipocrisia dos que pregam a autodeterminação, que é elucidativa, é simpática e que eles usam e repetem, mas a ocorrência da Hungria o contesta. Cansados de sofrer a opressão do povo soviético foram solapados e esmagados pelos tanques russos. (...) Lá não existe liberdade religiosa, política e o colonialismo vai ao domínio do próprio espírito. A igualdade pregada pelos comunistas também é balela.³⁴⁶

Em complemento à natureza do pronunciamento anterior, a forma de expor a “realidade” dos países sob influência soviética como comprovação da superioridade do “regime democrático” também fora implementada pelos oradores da *Rede* através de relatos de viagens a países-chave para este tipo exposição, como Alemanha e Cuba.

O deputado federal Raimundo Padilha, por exemplo, expôs em dois programas da *Rede* sua admiração pelo “milagre da reestruturação” da República Federal Alemã; “milagre” que pôde comparar, *in loco*, pela restauração dos palácios, dos centros de cultura, das estradas e até mesmo os métodos de sua produção industrial. Não sem antes assinar que aquela Nação – na sua opinião, a “sociedade política e humana mais restaurada e refeita da 2ª Guerra Mundial” – era também o campo de atividades do “povo de maior índice de bem estar no mundo, depois do norte-americano.”³⁴⁷

³⁴³ Professor Jorge Boaventura. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21/12/1963, p. 04.

³⁴⁴ Idem, *ibidem*.

³⁴⁵ Theophilo de Andrade. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31/01/1964, p. 06.

³⁴⁶ Deputado Estadual Nina Ribeiro (UDN/GB). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07/11/1963, p. 06.

³⁴⁷ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14/12/1963, p. 04

Alguns dias após este “testemunho”, Padilha voltaria a ocupar os microfones da *Rede* para, agora sim, estabelecer a comparação entre as duas Berlins, ressaltando as “dificuldades de recursos e liberdade” presentes no “lado oriental” [República Democrática Alemã], em que, segundo suas palavras, “a tristeza era nota dominante”.³⁴⁸

Quanto a Cuba, coube ao deputado estadual Everaldo Magalhães Castro o relato de viagem que “comprovava os mandos e desmandos na Ilha de Fidel”.³⁴⁹ Sua participação na *Rede* deu-se de forma indireta, uma vez que o programa resumiu um pronunciamento seu na Assembléia Legislativa da Guanabara; pronunciamento este que foi levado ao ar em 07 de novembro de 1963 e transcrito, no dia seguinte, pelos jornais que formavam a *Rede*:

Fiquei surpreendido quando de minha visita a Cuba, com a qualidade de jornais que lá existem. Imaginava um só, mas encontrei quatro, mas só falam em Fidel e no partido comunista. É um desperdício de papel e lá não existe a liberdade de imprensa. Fidel tomou conta do rádio e da televisão e fala às vezes, durante 3 e 4 horas. [...] Fidel resolveu em Cuba alguns poucos problemas, como o da prostituição etc, mas o fez ensinando marxismo. Suprimiu a liberdade e não fez reformas nem tampouco garantiu a liberdade do povo. Em Cuba não haverá mais eleições.³⁵⁰

Não há dúvida que tais relatos davam credibilidade ao senso comum construído em torno daquelas “realidades”. Senso comum que as demais páginas dos jornais que compunham a *Rede*, os demais periódicos da “grande imprensa”, os demais programas radiofônicos e os televisivos ajudavam a construir e sustentar.

Neste sentido, nada melhor que os depoimentos de um exilado russo, como os assiduamente prestados por Eugênio Lorier, para ratificar as debilidades do regime socialista. Sua primeira participação na *Rede* deu-se no penúltimo dia de 1963, sendo apresentado simplesmente como “cidadão de origem russa” e pelo nome de “Eugéne Laurié”.³⁵¹ Nas participações subseqüentes, outras informações seriam repassadas pelas transcrições do programa n’*O Jornal*; é quando ficamos sabendo que o agora “Eugênio Lorier” fora um “operário” e também um “ex-oficial da Marinha da URSS”³⁵² – posições que lhe permitiam,

³⁴⁸ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17/12/1963, p. 06.

³⁴⁹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 08/11/1963, p. 06.

³⁵⁰ Idem, *ibidem*.

³⁵¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31/12/1963, p. 04.

³⁵² Já na sua segunda participação à *Rede* (em 02/01/1964), “Eugéne Laurié” é apresentado como “Eugênio Lorier”, mantido aí a denominação “cidadão de origem russa”. Dois dias depois, mantido o aporuguesamento do nome, é apresentado como “operário russo”. A partir de sua quarta participação (09/01/1964), é apresentado como “ex-Oficial da Marinha da URSS”. Cf.: Respectivamente (e respeitando as datas em que tais programas

retoricamente, dar seu testemunho em relação à “falta de liberdade”, à educação, à infância e outras questões por ele relacionadas ao regime soviético.

Se suas históricas eram verdadeiras ou não, pouco importava. O fato de elas serem ditas aos microfones da *Rede* e de serem citadas por outros oradores certamente lhe davam legitimidade; assim como legitimavam e substanciavam os demais pronunciamentos ali apresentados. Vale à pena determo-nos na breve transcrição que a coluna da *Rede* n’*O Jornal* imprimiu em relação à primeira participação de Lorier no programa – a única em que seu nome fora grafado como “Eugéne Laurié”:

[...] Segundo um relato sucinto de sua vida [...] ficaram os ouvintes sabendo que o sr. Eugéne Laurié perdeu a mãe com um ano apenas de idade e o pai com seis, fuzilado, por sinal, por ter participado de um levante anticomunista. Nasceu, Laurié, na antiga cidade de Petersburgo, atual Leningrado. Depois de várias prisões e tentativas de fuga do ‘paraíso soviético’, logrou alcançar a Alemanha no tempo da guerra, foi torturado pelos nazistas e chegou em 1947 ao Brasil, onde, afinal, encontrou, em matéria de liberdade, o País dos seus sonhos. Foi o que ele próprio revelou na Rede da Democracia. *Laurié batalha no Rio como técnico em refrigeração*.³⁵³

Sem maiores exageros, podemos dizer que seus depoimentos Na *Rede da Democracia* desempenhavam um papel importante na lógica de atuação daquele arranjo, já que funcionavam tanto como uma “comprovação do malogro histórico” do regime comunista na União Soviética, quanto como uma vaticinação do futuro brasileiro, acaso este regime fosse aqui implementado. Eis outros exemplos de seus pronunciamentos na *Rede*:

[Eugênio Lorier] Voltou a analisar os fracassos do comunismo na solução dos problemas da comunidade, prendendo-se, particularmente, no problema da infância, cuja proteção, na URSS, é inteiramente deficiente: ‘isto acontece, sobretudo, devido ao trabalho obrigatório das mães, que não podem dar aos filhos o sentido edificante que seja realmente um lar. É que as crianças são de propriedade do Estado, vivendo em um ambiente de terror, sem desfrutar os prazeres próprios desta quadra da vida, em qualquer parte do mundo’.³⁵⁴

[...] ‘O comunismo em cinqüenta anos de poder, praticamente não resolveu nada dos grandes problemas populares que se propunha resolver. Ou por outra: o pouco que resolveu foi à custa

foram transcritos n’*O Jornal*): *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03/01/1964, p. 04 e 06; *O Jornal*, Rio de Janeiro, 05/01/1964, p. 04 e *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10/01/1964, p. 03

³⁵³ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31/12/1963, p. 04. Grifos nossos.

³⁵⁴ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10/01/1964, p. 03.

de tamanho sacrifício e de tanto sangue que, efetivamente, não compensou’. [Eugênio Lorier] apontou, ainda, o sistema comunista como a verdadeira institucionalização da charlatanice internacional e acentuou, pormenorizadamente, o enorme paradoxo que representa o desmentido prático de tantas promessas não cumpridas no mundo soviético, *comparado com a maravilhosa realidade de ascensão das classes trabalhadoras no mundo ocidental, particularmente através da democratização da empresa pela participação acionária*³⁵⁵

[Eugênio Lorier] falou da dramática experiência do povo soviético em matéria de ensino: ‘os dirigentes soviéticos se valeram do ensino gratuito como mero instrumento de auto-promoção. Cito, a propósito, e em matéria de contraponto, *a experiência educacional atualmente em curso na Guanabara, onde o ensino primário é realmente gratuito e tem como finalidade, de fato, a preparação dos futuros cidadãos*’.³⁵⁶

Como evidenciam os excertos acima, os pronunciamentos de Lorier não só contrapunham, a partir de um aspecto generalizado, as “realidades” dos regimes socialistas e democráticos – inclusive com a associação automática deste último ao liberalismo econômico –, como o fazia de modo a aproximar esta contraposição à realidade brasileira, em que a gestão Lacerda no comando do Estado da Guanabara lhe servia de exemplo paradigmático.

Outro trunfo que um programa radiofônico como a *Rede da Democracia* propiciava à ação ideológica do bloco multinacional e associado era o de tornar acessível e abrangente mensagens que em outros meios alcançariam somente um público restrito. Além da retransmissão de pronunciamentos de parlamentares no Congresso Nacional ou nas Assembléias Legislativas, um outro bom exemplo desse papel de amplificador exercido pela *Rede* fora as leituras e comentários de obras de Suzanne Labin, levadas ao ar em duas diferentes ocasiões por Raul Brunini – mais especificamente, tratou-se das leituras e comentários dos livros “*Em cima da hora – A conquista sem guerra*” e “*A guerra política*”, ambos assinados pela conservadora e militante escritora francesa.

Como já tivemos oportunidade de mencionar, Labin esteve no Brasil meses antes do início da *Rede da Democracia*, quando proferiu conferências sobre sua produção intelectual no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba³⁵⁷ – conferências que,

³⁵⁵ Idem, *ibidem*.

³⁵⁶ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14/01/1964, p. 06

³⁵⁷ Mais uma vez, nos valem pela informação contida em “*1964: A conquista do Estado*”; que, por sua vez, se apóia na edição de 02/08/1963 d’*O Estado de São Paulo* e no documento IPES CE, de 03/06/1963.

grosso modo, versavam sobre as ações dos agentes comunistas internacionais através de suas táticas de infiltração, e como tais táticas variavam de acordo com cada país.

O livro “*A guerra política*” já havia sido lançado no mercado editorial brasileiro desde 1960 (pela *Editora Presença*) e, segundo a leitura de Brunini, trazia “uma autêntica exegese de tudo o que caracteriza em suas sutilezas e nos mínimos detalhes, a atuação dos comunistas e seus esforços de pregação institucional no âmbito interno de cada País”.³⁵⁸ Já o “*Em cima da Hora...*” – de teor parecido e, inclusive, traduzido e prefaciado por Carlos Lacerda –, chegara ao público através da *Editora Record*, em 1963, sendo lido por Raul Brunini em um programa levado ao ar em dezembro daquele mesmo ano.³⁵⁹

Assim como os relatos de Eugênio Lorier, a leitura e, principalmente, os comentários acerca dos livros de Labin tinham como efeito associar o contexto sócio-político brasileiro à iminência da tomada de poder pelo “comunismo internacional” – tal qual era propagado pela noção de guerra revolucionária.

Mais uma vez, chamamos a atenção para o peculiar momento de atuação da *Rede da Democracia*, suficientemente fértil para atrelar legitimidade à tomada de poder pelas Forças Armadas e à execução do projeto modernizante-conservador do bloco multinacional e associado. Como vínhamos salientando, o malogro do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social – formulado pelo então Ministro do Planejamento, Celso Furtado –,³⁶⁰ indicou ao Governo Goulart que a política de conciliação baseada em um programa econômico de estabilização e combate à inflação não encontrara acolhida nos setores aos quais ele era dirigido.

Sob risco de distorção histórica, a aproximação daquele governo – e de João Goulart, especificamente – aos movimentos sociais dinâmicos do período deve ser lida a partir deste contexto de recusa, também por parte da burguesia nacional e dos interesses estrangeiros, de uma política conciliatória dentro dos marcos “pacto de classes”. Segundo Dreifuss:

[...] Os novos níveis de mobilização popular coincidiram com a falta de consenso no seio das classes dominantes, onde o bloco multinacional-associado agia politicamente contra as classes governamentais tradicionais para destituí-las de seu poder de Estado. *Esse ataque bifrontal contra a estrutura política e sócio-econômica populista favoreceu a insularidade em expansão*

³⁵⁸ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04/01/1964, p. 04

³⁵⁹ Cf.: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04/12/1963, p. 03.

³⁶⁰ Conforme Moniz Bandeira, o Plano Trienal “tinha como escopo a continuidade do desenvolvimento do País, dentro de um programa antiinflacionário, cuja essência consistia na preparação e no desencadeamento de uma recessão atenuada.” Para maiores detalhes sobre o Plano Trienal ver: BANDEIRA, M. Op.cit., p. 89.

do Executivo petebista-reformista, uma autonomia que as classes dominantes brasileiras nunca haviam permitido antes e não permitiriam novamente nesse específico momento histórico [sic].³⁶¹

Outrossim, tomado por inapto, pusilânime, complacente, agitador sindical ou mesmo golpista, João Goulart tornaria alvo constante dos pronunciamentos emitidos pela *Rede da Democracia*, sempre no sentido de tornar homogêneas as questões defendidas por seu Governo e confluí-las a idéia de iminência de um “golpe comunista” – fossem estas questões de ordem estrutural (como as Reformas de Base), pontual (como a regulamentação da Lei de Remessas de Lucros)³⁶² ou mesmo casuísticas (como a presença do presidente na reunião dos sargentos e subtenentes no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, um dia antes da eclosão do Golpe).

Logo nas primeiras transmissões da *Rede* – e comentando um pronunciamento em que João Goulart afirmara conhecer aquele programa radiofônico e saber que este lhe era hostil – ,³⁶³ Roberto Marinho evitara o ataque direto ao Governo Goulart, afirmando que a *Rede* da qual era representante nada mais objetivava senão “auxiliar o chefe do Executivo na sua tarefa, aplainando os caminhos do seu governo e defendendo a legalidade, o respeito à Constituição e às instituições democráticas”.³⁶⁴ Em outro momento de sua fala, o dono das *Organizações Globo* asseverava: “o que se reprova é a falta de combate ao comunismo, a inflação e a desordem [...] e o que se aprova é a restauração da economia do País, um clima de paz e de ordem para que, inclusive, o sr. João Goulart possa governar bem”.³⁶⁵

A forma com a qual Marinho tangencia o ataque frontal ao Governo Goulart (mesmo sem o deixar de atacar) neste pronunciamento levado ao ar em 05 de novembro de 1963 não pode ser apontada como uma evidência de que a oposição incisiva àquele Governo deu-se no decorrer dos meses em que ele se “radicalizava” – como quer a historiografia revisionista.³⁶⁶ Só para determo-nos na *Rede da Democracia* e no mesmo orador, acompanhemos o pronunciamento a seguir, datado em uma semana antes (29 de outubro de 1963):

³⁶¹ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 140-1.

³⁶² Regulamentada pelo Governo Goulart em janeiro de 1964.

³⁶³ Segundo Marinho, tal pronunciamento se deu quando Goulart participou de um evento de inauguração da Companhia Ferro e Aço de Vitória, no Espírito Santo. Cf.: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06/11/1963, p. 03.

³⁶⁴ Idem, ibidem.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ Sobretudo ABREU, A.A. “*A participação da imprensa...*”, Op.cit.; e FERREIRA, J. “*A estratégia do confronto...*”

E sobre tudo isto, surge o Governo estimulando os trabalhadores, a imprensa comunista abrindo grandes manchetes a respeito de greves e ameaças de greves e, ainda, a Política em cena. [...] Governo não tem preparo para administrar, só sabendo fazer ameaças, afugentando capitais nacionais e estrangeiros com perseguições lenta e metódica contra o nosso desenvolvimento. [...] O Brasil e a Indonésia surgem como países de maior risco de emprego de capital, o que é terrível. [...] *A Provoca-se o caos no País, [...] somente os cegos não percebem esta trama diabólica que está vitimando o País.*³⁶⁷

Como mencionamos anteriormente, a vinculação que Marinho faz de questões de ordem complexa – como inflação, greves e investimento estrangeiro –, vulgarizando-as e reduzindo-as a uma ação deliberativa, de cunho golpista, repetir-se-ia pelos demais meses em que a *Rede* esteve no ar, tornando uma perfeita estratégia não só para a legitimação de um golpe de Estado, mas também para a implantação de um projeto político-econômico onde os arrochos salariais, as reivindicações trabalhistas e as demais demandas sociais tornariam, de uma vez por todas, casos de polícia.

Perscrutemos outros exemplos que confirmam tal estratégia:

Entidades espúrias, divorciadas da nossa forma cristã de viver e do nosso modo democrático de pensar, conseguiram colocar seus adeptos em postos-chaves da administração pública, de onde agem e atuam no sentido de subversão da ordem jurídico-constitucional e do desgaste das forças vivas da nacionalidade. *A técnica leninista de 'quanto pior melhor' está acintosamente usada. Paralisam, a todo instante, os centros de produção, estancam as fontes de riqueza, debilitam, com planos diabolicamente urdidos nos porões de certos palácios, a vida econômica nacional.*³⁶⁸

As greves que agitam o País e particularmente a Guanabara são apoiadas e dirigidas pelo Ministério do Trabalho. [...] Tenho a impressão [...] que o Governo prepara as greves com objetivo eleitorais e políticos. É certo que há justiça nas reivindicações dos operários, ante as dificuldades e as angústias para o sustento de suas famílias. A causa de tudo isso, a culpa está na política do Governo federal, que tem a responsabilidade do alto custo de vida, pois a inflação é sua obra.³⁶⁹

³⁶⁷ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30/10/1963, p. 03. Grifos nossos.

³⁶⁸ Governo de São Paulo, Ademar de Barros (PSP/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 e 03/11/1963, p. 03.

³⁶⁹ Theophilo de Andrade. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16/01/1964, p. 04

Foi o trabalho, evidentemente, por determinação do sr. Presidente da República [que] fez eclodir a greve subversiva, anti-social e anti-humana que está flagelando o povo da Guanabara. E o sr. Presidente da República aparece hoje no noticiário com elemento conciliatório³⁷⁰

O governo federal já demonstrou a todos a incapacidade total de sua máquina administrativa para o trabalho construtivo em prol do país, *caracterizando-se pelo estímulo as agitações de invasores das propriedades privadas e pela apologia das greves políticas sem o nobre sentido de reivindicações puramente salarial ou por melhores condições de vida e trabalho do operariado brasileiro.*³⁷¹

Quero afirmar sob a responsabilidade do meu mandato e estribado na verdade dos fatos, que aí estão claros e evidentes aos olhos de todo, que o chefe da subversão neste País, que o líder, o campeão da subversão neste País, o líder da revolução neste País, o homem que quer fazer-se ditador neste País, é o sr. João Belchior Marques Goulart.³⁷²

Desta forma, a alta inflação (herança do deficitário modelo econômico do Governo JK); o aumento quantitativo e qualitativo das greves (sobretudo aquelas organizadas pelas “entidades paralelas”, cuja característica era contemplar, mas também ir além, da etapa corporativista-econômica de reivindicação);³⁷³ a incisiva defesa das Reformas de Base, por parte do bloco nacional-reformista (sobretudo a Agrária); e as demais reivindicações que de fato expandiria e qualificaria o sentido de “regime democrático” (como o direito de voto aos analfabetos; o direito de elegibilidade aos sargentos; a legalidade de partidos proscritos, como o PCB), tornar-se-iam excelentes temas para o ataque ao bloco no poder, às conquistas ou reivindicações das classes subalternas e à promoção do projeto político do bloco multinacional e associado; concomitantemente, também expandiriam o raio de abrangência aos setores estratégicos para que o consenso em torno do golpe de Estado pudesse alcançar a ação, propriamente dita.

Nunca uma Nação, em tempo de paz, uma Nação com Governo, uma Nação em fase normal de vida, testemunhou uma inflação nos termos em que domina ela o Brasil nesta hora. [...] O aumento do custo de vida de 80 por cento, no ano, que está por findar, elege o senhor João Goulart como o pior presidente que o Brasil já teve.³⁷⁴

³⁷⁰ Deputado Federal Herbert Levy (UDN/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19/01/1964, p. 04.

³⁷¹ Deputado Federal Herbert Levy (UDN/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21/02/1964, p. 06.

³⁷² Deputado Federal Flores Soares (UDN/RS). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19/01/1964, p. 04.

³⁷³ DREIFUSS, R.A. Op.cit.; MATTOS, M.B. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol. 24, nº47, jan-jun, 2004, p. 241-270.

³⁷⁴ Deputado Federal Herbert Levy (UDN/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24/12/1963, p. 03.

O nosso sindicalismo está totalmente deturpado. Intervenção política misturada com política partidária, quando o Brasil precisa é de ser esclarecido, ter educação e cultura para assimilar o curso da vida, ter condições para o seu caminho. [...] *Líder não sai da massa, vem do berço.* [...] Em 1965, o Sindicato dos Operários Navais sairá do jugo comunista, pois estamos trabalhando para derrotar os vermelhos. Chega de prejuízos que eles têm dado à classe operária.³⁷⁵

O direito de voto aos analfabetos é uma insensatez! [...] Devemos é tratar de alfabetizá-los, para que eles possam conhecer os nossos problemas, como está acontecendo na Guanabara. Não é um problema insolúvel, mas devemos compreender que se lhe é dado o direito de registrar-se como eleitor, estamos concedendo ao analfabeto o direito de ser votado. *Sou pelo voto ponderado, pois ele nos permitiria melhor selecionar o corpo dirigente do País. Há, pois, que esclarecer o eleitorado, a fim de que a democracia não seja dominada pelos incapazes. O sistema democrático tem por finalidade a seleção de valores, escolhendo os capazes.*³⁷⁶

O presidente da República não pensa em reforma agrária, nada. [...] Os caudilhos, que estão no poder, de mãos dadas com os comunistas, querem a reforma da Constituição, para vulgarizar o processo e, posteriormente, de reforma em reforma, passando pela que concederia direito de voto ao analfabeto, chegar à reforma-meta, que atingiria o capítulo das inelegibilidades, a possibilitar o continuísmo no poder. [...] Precisamos dar ao analfabeto instrução e, depois, sim, direito de voto.³⁷⁷

Estão cogitando da revogação de alguns artigos da Lei de Segurança Nacional e regulamentação do direito de greve para legalização do PC, mas a Constituição proíbe os partidos totalitários. O PC quer a destruição da democracia.³⁷⁸

Legalizem o Partido Comunista, mas assumam a responsabilidade pela traição à nacionalidade e às suas mais caras tradições. [...] Os partidos comunistas do mundo inteiro não são partidos, são departamentos exteriores do Estado Soviético, e sua legalização é a maior chantagem que se pode pretender. [...] A submissão de todos os partidos comunistas a Moscou é um fato. Não há nenhum PC, em nenhuma parte do mundo, que não tenha as antenas postas em Moscou, a espera de novas ordens para agir. Todo comunista é um lacaios, a serviço de Moscou.³⁷⁹

³⁷⁵ José Cândido da Silva – Operário naval. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06/02/1964, p. 06. Grifos nossos.

³⁷⁶ Deputado Federal Eurípedes Menezes (UDN/GB). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23/01/1964, p. 04. Grifos nossos.

³⁷⁷ Deputado Federal Herberto Levy (UDN/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24/12/1963, p. 03.

³⁷⁸ Theophilo de Andrade. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 07/02/1964, p. 06.

³⁷⁹ Deputado Estadual Raul Brunini (UDN/GB). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15/02/1964, p. 06.

Ainda em relação ao Governo Goulart, cabe destacar o amplo ataque desferido pelos oradores da *Rede* às ações no campo educacional implementadas por aquele governo; sobretudo à Campanha Nacional de Educação (de combate ao analfabetismo nacional) e ao Projeto “História Nova” – baseado em um convênio entre o MEC e o Departamento de História do ISEB, cujo objetivo era reformular o ensino oficial de História através da adoção de novos livros didáticos e manuais paradidáticos, produzidos por jovens historiadores e sob a orientação de um eminente membro daquele Instituto, Nelson Werneck Sodré.³⁸⁰

De notória perspectiva crítica, os livros didáticos do Projeto “História Nova” certamente foram alvo certo da ampla campanha oposicionista ao Governo Goulart. Desde objetivo e conteúdo dos livros (que, grosso modo, seria o de discutir e recolocar problemas do passado, analisando-os historicamente), até a forma de sua aplicação (que seria adotado por toda a rede de ensino oficial, pública ou privada), o Projeto não só contrariava os “principais mitos da História tradicional”,³⁸¹ como também representava a “intervenção”, por parte do governo federal, em um vultoso mercado editorial – sobretudo porque previa a escolha de uma única empresa para editá-lo, a *Editora Brasiliense*.

Somando quatro volumes, os livros didáticos, e sete, os manuais paradidáticos (estes, editados pela diretamente pela *Ed. CASES/MEC*), a coleção “História Nova” fora abolida tão logo se deu o golpe de 1964, poucas semanas depois de chegar às escolas pela primeira vez. Não sem antes tornar-se mais uma prova da “iminência do comunismo” pelos oradores à *Rede da Democracia*.

Acordo do MEC com a editora comunista do sr. Ênio da Silveira e a adoção de uma coleção intitulada “História Nova”, fundamentada na tese de que tudo quanto se escreveu sobre História do Brasil até hoje foi fruto de um mero desfiguramento [sic] da verdade histórica e da intoxicação burguesa das classes dominantes. [...] Na mencionada coleção, a independência do Brasil é apontada como um negócio capitalista entre brasileiros e ingleses empenhados em

³⁸⁰ Mais especificamente, o Projeto envolvia a CASES (Campanha de Assistência ao Estudante – órgão interno do MEC) e o ISEB. Além do próprio Sodré, os livros didáticos e os materiais paradidáticos eram assinados pelos seguintes autores: Joel Rufino dos Santos, Mauricio Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes.

³⁸¹ CODATO, A.N., OLIVEIRA, M.R. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol. 24, nº47, jan-jun, 2004, p. 287. A questão é debatida pelos autores sobretudo porque a versão curitibana das “*Marchas da Família com Deus pela Liberdade*” fora denominada de “*Marcha a Favor do Ensino Livre*”, em que um dos principais temas abordados fora justamente a coleção “História Nova”, pejorativamente denominada pelas classes conservadoras reunidas naquela manifestação de “Livro Único”.

eliminar Portugal. O Duque de Caxias é focalizado como um defensor dos privilégios e dos latifundiários, com a sua política pacifista.³⁸²

Além de repassar uma informação errônea – a *Editora Brasiliense* pertencia à Caio Prado Jr, ao passo que Ênio Silveira era dono da *Ed. Civilização Brasileira* –, o deputado Adolfo de Oliveira não aprofunda a questão da considerável interferência no mercado editorial brasileiro que a efetiva adoção de “História Nova” traria (em detrimento a muitas editoras ligadas ao IPES, por exemplo), ratificando a estratégia de doutrinação ideológica do complexo em transformar questões de interesses privados, de classe, em “problemas nacionais”.

Também a Campanha Nacional de Educação sofrera igual tratamento – o que nos permite visualizar os limites da retórica oposicionista da época, encurralada entre o projeto do governo federal em tornar eleitores a imensa massa de analfabetos do País (ao qual contrapunha com o argumento da “necessária” alfabetização), e entre uma ativa campanha de combate ao analfabetismo, implementada por aquele mesmo governo.

Especificamente em relação aos pronunciamentos na *Rede*, as críticas eram dirigidas à forma de seleção dos educadores – “seleção [...] toda inspirada pelas esquerdas”,³⁸³ ao “objetivo” do Governo Federal por trás daquele “pretexto” – “dá a impressão de que não se deseja, em verdade, senão um contingente de mais de 4 milhões de eleitores para tudo se conseguir no futuro pleito”,³⁸⁴ e, claro, à proposta de “subversão” que uma pedagogia crítica poderia levar ao “povo espoliado” – “isto é para que os senhores vejam [...] a que ponto está sendo levado este povo espoliado, enganados miseravelmente por restes mistificadores treinados com o dinheiro do povo através do Ministério da Educação, para levar à massa o fermento da subversão e do ódio às instituições democráticas.”³⁸⁵

O último trecho acima citado faz parte de um longo pronunciamento da Secretária de Estado do Governo Lacerda, Sandra Cavalcanti, acerca do Método Paulo Freire de Ensino – iniciado na Prefeitura de Recife, sob o mandato de Miguel Arrais; levado ao âmbito estadual, após Arrais assumir o Governo daquele estado. Nesse pronunciamento, Cavalcanti descreve uma viagem realizada por “alguns estudantes de Filosofia” do Rio de Janeiro a Pernambuco, a

³⁸² Deputado Federal Adolfo de Oliveira (UDN/RJ). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06/03/1964, p. 06.

³⁸³ Professor Jorge Boaventura. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11/01/1964, p. 03.

³⁸⁴ Deputado Estadual Francisco Gama Lima (PDC/GB). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14/01/1964, p. 06.

³⁸⁵ Secretária de Estado Sandra Cavalcanti (UDN/GB). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18/01/1964, p. 03.

fim de “ver o método de alfabetização tão decantado” que lá estava sendo posto em prática. Segundo a descrição de Sandra Cavalcanti:

A sua surpresa começou quando, viajando no ônibus que conduzia os monitores a uma povoação vizinha de Recife, ouviram que todos cantavam o Hino Nacional Cubano e a Internacional [Comunista]. Ao chegar à escola uma monitora de 16 anos fez questão de desalinhar os cabelos e descalçar os sapatos antes de entrar na sala de aula para ‘melhor se identificar com os estudantes pobres’ explicou ela.³⁸⁶

Ainda segundo Cavalcanti, a “surpresa” dos estagiários cariocas aumentaria com o tema de uma das aulas: lombriga. “Inocentemente”, disse a Secretária, tais estudantes associaram o tema a alguma noção de higiene que seria repassada ao longo da aula. Entretanto:

Qual não foi a surpresa deles quando se desenrolou entre a professorinha e a classe um diálogo mais ou menos assim:

– Vocês sabem o que é uma lombriga?

– Sim, responderam todos.

– Vocês precisam se defender da lombriga. Sabem qual é a causa da lombriga?

E a classe em peso:

– O latifúndio, o latifúndio! Concluíram os alunos para os estarecidos estagiários cariocas.³⁸⁷

Sandra Cavalcanti conclui sua exposição à *Rede da Democracia* em sintonia aos demais pronunciamentos que trataram do tema, tentando dar sentido e inteligibilidade a uma irreduzível oposição, independente da natureza do projeto do governo federal: “o fim disso tudo, não se iludam, é conseguirem certas áreas milhões de votos para as próximas eleições. Este é o objetivo final de toda essa trama contra a Nação.”³⁸⁸

De proporções mais complexas, o debate em torno da proposta de reforma agrária chegaria à *Rede* em seu estágio mais deturpado – haja vista a recente derrota que o bloco nacional-reformista havia sofrido no Congresso, em relação à proposta de emenda constitucional que permitiria a indenização em títulos da dívida pública, e não em dinheiro, das terras a serem desapropriadas pelo Governo.³⁸⁹

³⁸⁶ Idem, *ibidem*.

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ A chamada “Emenda Bocaiúva” fora rejeitada por um comissão especial no Congresso (que, como já mencionamos, foi presidida pelo udenista Aliomar Baleeiro) e, posteriormente, derrotada em plenário

Derrotado pelo Congresso, na tentativa de impor ao País uma reforma agrária comunista, o senhor João Goulart atendeu a sugestão de seu chefe da Casa Civil, esquerdista notório, no sentido de recorrer ao caminho do decreto executivo, para alcançar aquele objetivo. [...] O senhor João Goulart, há cerca de um ano, não pensa em outra coisa, não fala em outra coisa, não prega outra coisa, além de uma reforma agrária nos seus moldes, ou seja, com a reforma prévia da Constituição, que lhe abriria caminho a formas diferentes de investida contra as instituições.³⁹⁰

Os limites, e mesmo contradições, da Constituição de 1946 em relação à propriedade territorial rural, há anos vinha sendo apontado por aqueles governos que ensejaram realizar algum tipo de reforma agrária no País.³⁹¹ Jânio Quadros, por exemplo, tentaria tangenciar o famoso *Art. 141 §16* daquela Carta apoiando uma proposta que previa o pagamento de indenizações em dinheiro, mas segundo o valor venal da propriedade – de natureza aquém do valor de mercado, e sobre o qual se recolhia do imposto territorial. De autoria do então Deputado Federal José Joffily (PSD/PB), o projeto fora rejeitado pela própria bancada pessedista antes mesmo de ser levado a plenário. Também sob a alegação do “aspecto constitucional”, tal recusa data em dias antes da renúncia de Jânio Quadros, ilustrando o histórico peso das bancadas ruralistas no Legislativo brasileiro.

O mesmo argumento seria instrumentalizado contra a citada proposta de emenda constitucional do Governo Goulart, sobretudo em um cenário de ativo movimento das Ligas Camponesas e após a recente criação do Estatuto do Trabalhador Rural (que, dentre outras prerrogativas, permitia a organização de sindicatos rurais). Também “depunha” contra aquela nova tentativa de emenda constitucional o fato de que, tanto o bloco nacional-reformista quanto os setores progressistas organizados não mostravam sinais de recuo em relação à campanha em prol da reforma agrária, mesmo após a derrota da “Emenda Bocaiúva” no Congresso Nacional.

(precisamente em 07 de outubro de 1963, dias antes, portanto, de a *Rede da Democracia* iniciar suas transmissões).

³⁹⁰ Armando Falcão (PSD/CE). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21/12/1963, p. 04.

³⁹¹ É notória a contradição entre os artigos 141 (especificamente, o seu parágrafo 16: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”) e o 147 (“O uso da propriedade será condicionada ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos), que resultaria em um embate entre a primazia e o condicionamento da propriedade rural. Cf.: CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DOU 19/19/1946). Disponível em < http://www.dji.com.br/diversos/indexp_2-legis.htm >, consultado em 13/08/2007.

O “objetivo continuísta” de Goulart e a “intocabilidade da Constituição Federal” formavam o núcleo dos argumentos defendido, na *Rede da Democracia*, contra a proposta do bloco nacional-reformista; proposta que tornaria exequível, ao menos em teoria, o secular problema da reforma agrária brasileira:

O Congresso é hoje francamente favorável a uma revisão das estruturas do país, apenas a UDN não está disposta a dar uma emenda ao Presidente para que se confisque à vista e se caloteie a prazo no caso da Reforma Agrária, principalmente. [...] Com o Presidente que o destino nos deu teremos brevemente a transformação de tudo no Brasil, pois o que o sr. João Goulart deseja é continuar no poder, custe o que custar, haja o que houver.³⁹²

Afirmando que o senhor João Goulart procura um bode expiatório para justificar sua incapacidade, sua inépcia e sua ausência de interesse real pela solução dos problemas brasileiros. [Secretário Rafael de Almeida] argumentou: ‘A Lei Básica de nosso País, elaborada em 1946, é muito nova para já estar obsoleta. [Veja] o exemplo dos Estados Unidos, cuja Constituição secular não impedia que a grande Nação alcançasse o alto nível de desenvolvimento, que constitui padrão para o mundo.’³⁹³

Referindo-se às reformas, [Cid Sampaio] não lhes negou a necessidade, joeirando-se o que é do interesse coletivo do que constitui manobra de um Governo, que não desperta confiança nem nas camadas de opinião popular nem no Congresso Nacional.³⁹⁴

Está ocorrendo o seguinte: a opinião pública está dividida em dois grupos. Um que grita e ameaça a revolução se não for decretada a reforma agrária, e outro que não é contra, mas que está desconfiado. No primeiro grupo estão os maiores latifundiários, por coincidência. Mas, o que está passando é um diálogo de surdos, pois um grupo não entende o outro. *Há necessidade da criação de um terceiro grupo – os dos que querem realmente a reforma agrária, democrática e tecnicamente sem qualquer mistificação.*³⁹⁵

Como podemos entrever na transcrição do pronunciamento de Cid Sampaio e, de forma mais explícita, no pronunciamento do deputado Danilo Nunes, a dificuldade que o complexo IPES/IBAD encontrara em conciliar os interesses da burguesia rural moderna e das agroindústrias em detrimento às oligarquias tradicionais do País (justamente porque parte

³⁹² Deputado Federal Aduino Luiz Cardoso (UDN/GN). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06/11/1963, p. 03.

³⁹³ Secretário do Estado da Guanabara, Rafael de Almeida (UDN/GB). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14/12/1963, p. 04.

³⁹⁴ Ex-Governador de Pernambuco (1959-1963), Cid Sampaio (PSD/PE). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19/11/1963, p. 04.

³⁹⁵ Deputado Estadual Gal. Danilo Nunes (UDN/GB). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30/01/1964, p. 06. Grifos nossos.

destas oligarquias compunham a seção paulista do IPES)³⁹⁶ também refletiu-se nas transmissões da *Rede da Democracia* – que abriu seus microfones tanto para os históricos defensores do grande latifúndio, quanto aqueles mais sintonizados com as diretrizes modernizante conservadoras desenvolvidas pelo complexo, tais quais: i) quebra do controle oligárquico da terra; ii) racionalização e mecanização da produção agrícola; e a iii) transformação das relações de trabalho (estímulo ao cooperativismo, por exemplo).³⁹⁷

Todavia, embora a questão da propriedade privada fosse um elemento importante para a coesão da frente oposicionista da qual pertencia a *Rede*, percebemos que a necessidade de modernização do campo (sobretudo técnicas e de organização produtiva) era mais enfatizada pelos pronunciamentos no arranjo; confirmando a necessidade, apontada por Dreifuss, de o bloco multinacional e associado ser forçado a ir além do “terreno demagógico” e propor alternativas concretas para um setor onde o bloco reformista e os movimentos sociais avançavam a passos largos.³⁹⁸

Quanto ao primeiro grupo, cabe destacar os pronunciamentos do ex-ministro da Justiça, Armando Falcão. Defensor histórico do grande latifúndio e ferrenho oposicionista dos movimentos sociais do campo – com livre-trânsito em associações e confederações de proprietários rurais, em especial na Sociedade Rural Brasileira (SRB) –,³⁹⁹ Falcão pontuaria suas orações na defesa da propriedade privada, na manutenção das grandes propriedades e na superioridade da produção agrícola estadunidense frente à soviética (reflexo, segundo o ex-ministro, da “revolução agrícola americana” frente à “reforma agrária” soviética).

Os Estados Unidos realizaram uma revolução agrícola, mantendo as grandes propriedades, mas fizeram grandes investimentos. Praticaram uma verdadeira revolução no setor. [...] Enquanto isso, o problema da agricultura na Rússia, onde já se realizou a Reforma Agrária, é enorme. Enquanto a família média americana gasta apenas 19% de sua renda líquida em alimentação, a família média russa gasta sessenta por cento de sua renda em alimentos.⁴⁰⁰

O que adianta [...] retirar a terra dos atuais donos, que são donos por títulos de legítima propriedade, para dar a outrem numa primeira etapa em que, demagogicamente, poderia parecer aos tolos que estaria alguém emprenhando, no Brasil, em ampliar o número de

³⁹⁶ Cf. DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 241.

³⁹⁷ Diretrizes constituídas pelos Grupos de Estudo do complexo IPES/IBAD e através de eventos como o “*Primeiro Congresso Brasileiro de Reformas de Base* (1963) e o “*Simpósio sobre a Reforma Agrária*” (1961), organizados pela elite orgânica do bloco multinacional e associado.

³⁹⁸ DREIFUSS, R.A.. Op.cit., p. 241.

³⁹⁹ Dentre outras fontes, Cf.: GUIDO, M.C. Armando Falcão. In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

⁴⁰⁰ Armando Falcão (PSD/CE). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30/11/1963, p. 03.

proprietários particulares, quando na verdade nós estaríamos simplesmente trilhando o caminho da socialização da terra. Não queremos que, a pretexto de reforma falsa se acabe com o direito de propriedade. *Você hoje não é proprietário, trabalhador do campo, mas, amanhã, como tantos outros seus companheiros, você pode se tornar um fazendeiro médio por força do seu trabalho e pela oportunidade que o regime democrático lhe dará.* ⁴⁰¹

Também de forma a contrapor-se às propostas do bloco nacional-reformista para o setor, vislumbramos os enfáticos pronunciamentos de promoção das diretrizes do bloco moderno conservador para o setor agrícola, em que as questões relacionadas ao cooperativismo, ao crédito rural, ao ensino agrícola e as demais fatores técnicos ganhavam destaque.

Cabe também destacar a defesa destas diretrizes por parte de membros da Confederação Rural Brasileira (CRB), ⁴⁰² evidenciando a disputa no seio das frações de classe dominantes em torno da primazia da representação política naquele setor. Disputa que se acentuaria após o golpe de 1964, em torno da criação do “Estatuto da Terra” promulgado no Governo Castelo Branco. ⁴⁰³

O problema das desapropriações deve ter solução eminentemente técnica, que dê ao homem a assistência de que necessita e não apenas terra, como diz o presidente da SUPRA. [...] A colaboração efetiva e dedicada à classe rural tem sido, por sinal, o objetivo e a motivação maior das lutas da Confederação Rural Brasileira. ⁴⁰⁴

A questão da Reforma Agrária está sendo debatida em clima de demagogia, como se, com a divisão de terras, dando uma parte para o trabalhador, estivesse resolvendo o problema. Esquecem-se de que por falta de conhecimento deixará o agricultor de explorá-la. Daí a importância de ser aquilatada a capacidade, fator muito importante em qualquer empreendimento. ⁴⁰⁵

Só se reforma aquilo que existe e neste País nunca houve política agrária que viesse trazer benefício e paz social [...] aproveitando-se a produtividade das terras brasileiras com pleno rendimento. [...] Quanto ao problema do abastecimento [...] tudo depende tão só da instalação

⁴⁰¹ Armando Falcão (PSD/CE). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 09/11/1963, p. 03.

⁴⁰² Em fevereiro de 1964, após o processo de sua sindicalização, a CRB passa a se denominar CNA – Confederação Nacional da Agricultura.

⁴⁰³ Como teremos oportunidade de auferir nas Considerações Finais deste trabalho. Também em: DREIFUS, R.A. Op.cit., p. 434-5.

⁴⁰⁴ Íris Meinberg – Presidente CRB. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16/01/1964, p. 04.

⁴⁰⁵ José Rezende Peres – Diretor-Secretário da CRB. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19/01/1964, p. 04.

de uma rede de cooperativas: produtores e consumidores, créditos e transportes e uma cooperativa central que se encarregaria da distribuição⁴⁰⁶

Reforma agrária é um problema que nunca me atemorizou, pois conheço os problemas do campo tanto na área capitalista quanto no mundo socialista, mas a verdade é que a solução está no cooperativismo através do qual podem ser atribuídos ao trabalhador os meios adequados e os instrumentos de que necessita para dar à terra a função social que ela deve ter. [...] *Só através do sistema cooperativista teremos condições de defender as instituições e zelar pela democracia, ante as ameaças que se erigem na presente conjuntura.*⁴⁰⁷

3.3 – Consenso para a coerção

Se a profundas mudanças pelas quais vinha sofrendo a estrutura sócio-econômica do País desde o fim da 2ª Guerra Mundial (verticalizada pelo modelo de desenvolvimento associado do Governo JK⁴⁰⁸) começaram a refletir no setor rural brasileiro a partir de meados dos anos 1950, nas classes urbanas do País estas mudanças já se mostravam deveras presentes. O aumento no número de greves – período em que, segundo Marcelo Badaró, “a curva de movimentos grevistas torna um rumo ascendente significativo, configurando uma das mais dinâmicas fases do movimento operário brasileiro” –,⁴⁰⁹ foi apenas um dos inúmeros “sintomas” destas mudanças.

Diante deste quadro, é importante abriremos um parágrafo e pontuarmos de maneira mais clara o crescimento da participação política experimentada pelo país nos primeiros anos de 1960; participação esta que incluía diversos setores da sociedade, dantes aliados do processo democrático e contra os quais o golpe visou estancar. Segundo Caio Navarro de Toledo, “democracia que se expressava pela demanda da ampliação da cidadania dos trabalhadores urbanos e rurais, [uma vez que] no triênio de 1961-1963, o sindicalismo brasileiro alcançou um de seus momentos de mais intensa atividade (1958-1960 – 180 greves / 1961-1964 – 430 paralisações)”⁴¹⁰.

⁴⁰⁶ João Gilberto Ferreira de Souza – Fundador e vice presidente da Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 09/01/1964, p. 04.

⁴⁰⁷ Francisco Antônio de Toledo Pizza – Presidente da União Nacional das Cooperativas e da União das Cooperativas do Estado de São Paulo. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10/01/1964, p. 03.

⁴⁰⁸ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 34.

⁴⁰⁹ MATTOS, M.B. “*Greves, sindicatos e repressão...*”. Op.cit., p. 243.

⁴¹⁰ TOLEDO, C.N. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 19.

Mas não é só em números de greves e paralisações que deve ser pautado este crescimento. Segundo Octávio Ianni, o número de sindicalizados e dos próprios sindicatos também aumentaram vertiginosamente naquele período:

Em 1950, eram 1.075 os sindicatos de empregados existentes no Brasil. Em 1960, já somam 1.608. E, em 1965, totalizam 2.049. E os associados de sindicatos de empregados, que eram 807.442 em 1953, alcançam um total de 1.602.021 em 1965. [...] O princípio e a prática da cidadania ganhavam novas bases políticas também no campo: em 1963, por exemplo, havia 270 sindicatos rurais reconhecidos e 557 aguardando reconhecimento; e um total de 10 federações rurais já reconhecidas e 33 aguardando reconhecimento. Nesse mesmo ano, eram 218 as ligas camponesas em funcionamento em todo o país.⁴¹¹

Todavia, e a exemplo dos limites legais em relação a um projeto exequível de reforma agrária, também as organizações trabalhistas encontrariam barreiras na Constituição de 1946 que tornariam praticamente impossível qualquer movimento de reivindicação realmente autônomo ao “domínio populista”. Isto porque, embora teoricamente garantisse o direito de greve, a Carta de 1946 impunha várias restrições à sua realização, além de conservar todo o aparato estadonovista quanto à organização sindical (tais quais: existência de somente um sindicato por categoria; atrelamento financeiro destes ao Estado, através do Imposto Sindical; reconhecimento legal condicionado ao Estado; exigência de um “atestado ideológico” àqueles que quisessem concorrer à direção de um determinado sindicato etc.).⁴¹²

Nos anos anteriores a 1964, porém, o surgimento de entidades sindicais e intersindicais “paralelas” ao sindicalismo oficial foi se intensificando na medida em que o “pacto de classes” – que permitia que a classe trabalhadora ratificasse a heteronomia sindical inerente aos governos populista, em troca de benefícios sociais – era ameaçado pelo aumento do desemprego, da inflação e, conseqüentemente, pelo declínio do poder de compra daquela classe – outros “sintomas” das mudanças estruturais mencionadas anteriormente.

Além do significativo aumento no número de paralisações durante os anos 1950 e 1960, o dinamismo das entidades sindicais “paralelas” pode ser auferido pelo importante papel que desempenhara dentro dos movimentos progressistas do período, haja vista o poder de pressão exercido por greves que ultrapassavam a mera reivindicação salarial e atingiam

⁴¹¹ IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004, p. 284.

⁴¹² As restrições que praticamente anulavam o direito de greve é baseada no Decreto-Lei 9.070, instituído pelo presidente Dutra antes mesmo da promulgação da Carta Constitucional, e adotado por esta. Já os “atestados ideológicos” seriam revogados no 2º mandato de Getúlio Vargas. Cf.: DREIFUSS, R.A. *Op.cit.*, p. 128.

questões políticas estratégicas – como as já citadas campanhas em favor da posse de Goulart e da antecipação do plebiscito que lhe devolveria os poderes presidenciais;⁴¹³ a campanha em defesa da elegibilidade dos graduados militares (sargentos, suboficiais e cabos); a campanha em favor da legalização do proscrito PCB (de forte presença nestas entidades); e, principalmente, da campanha em favor das Reformas de Base.

Seria contra este dinamismo que a campanha ideológica do bloco multinacional e associado combateria, também na *Rede da Democracia*, as entidades sindicais “paralelas”. Dinamismo que não só alterava a correlação de forças entre capital e trabalho, mas que também dava sustentação e possibilidade para o bloco nacional-reformista executar o programa de reformas estruturais.

Talvez o exemplo mais dinâmico destas entidades “paralelas”, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) surgira justamente após uma grande mobilização grevista em prol da Campanha da Legalidade, que garantiria a posse de João Goulart à presidência, após a renúncia de Quadros.⁴¹⁴ A relação do Governo Goulart com tais “entidades paralelas” deu-se, portanto, não só pelo histórico “currículo” do presidente com o setor trabalhista (sobretudo após a sua passagem pelo Ministério do Trabalho do segundo Governo Vargas) mas, principalmente, pelo apoio político que o seu Governo recebera desta dinâmica parcela do movimento social brasileiro.

No sentido complementar, muitas das bandeiras das “entidades paralelas” passariam a defendidas pelo Governo Goulart, cuja defesa de projetos envolvendo reformas econômicas, sociais e políticas sinalava que tal governo estava “objetivamente desvencilhando-se do passado populista, que reconciliara as várias frações das classes dominantes e manipulara as classes trabalhadoras.”⁴¹⁵

Como já tivemos oportunidade ilustrar, a relação entre o Governo Goulart e o seu “aparelho sindical” seria frontalmente atacada pelos oradores da *Rede*, que se buscariam na “tolerância” do governo federal em relação às entidades paralelas, na desqualificação dos sindicatos mais enérgicos e na desqualificação das “greves políticas”, fomentar o argumento

⁴¹³ Caracterizada por uma decisiva pressão, por parte do CGT, através da convocação de um greve geral, em prol da campanha de antecipação do plebiscito que tornaria possível a retomada dos poderes presidenciais de João Goulart – plebiscito inicialmente previsto para 1965.

⁴¹⁴ Mais precisamente, o CGT foi criado em agosto de 1962, quando do IV Encontro Sindical Nacional. Cf.: DEMIER, F.A. Op.cit., p. 27; KORNIS, M. Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). In: DHBB/FGV, Cd-Rom.

⁴¹⁵ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 135.

de que o País atravessava um cenário onde o “caos generalizado” evidenciava a iminência do “golpe comunista”.

Além do poder de mobilização que tal argumento gerava – coadunando com a doutrina militar da guerra revolucionária –, buscava-se também ratificar as imagens idealizadas do “trabalhador democrático” e do “sindicalismo democrático”, perfeitas para os interesses das classes dominantes:

*O brasileiro é, por índole, um povo pacífico e amante da paz. [...] O trabalhador que dinamiza e aciona o maior parque industrial da América Latina – o trabalhador brasileiro de São Paulo – é altamente esclarecido, cioso de suas prerrogativas de cidadão livre, amante da liberdade e não se deixa tutelar, não aceita o julgo dos agentes do bolchevismo sem Deus e sem Pátria. Por isso, esse trabalhador, profundamente democrata, tem repudiado os processos comunizantes, que operam sob o rótulo de *comandos e pactos sindicais*.⁴¹⁶*

O governador do Amazonas adiantou [...] que a preservação sindical corre perigo em vista de o ‘sindicalismo querer matar o próprio sindicalismo’, com ditadores em ação com greves que afrontam a lei. [...] Recomendando um estado de alerta, o sr. Plínio Coelho afirmou que está nesse combate pela liberdade, contra a anarquia, e pelo sindicalismo verdadeiro, por um Brasil melhor com ordem e com progresso.⁴¹⁷

O teor aproximado entre os pronunciamentos dos dois governadores evidencia o desgaste no seio do regime populista causado pelo dinamismo sindical do período, capaz de unir um governo conservador e abertamente oposicionista, como o de Ademar, a um governo fortemente identificado com o trabalhismo, como o de Plínio Coelho.⁴¹⁸ Também sobressai em seus discursos (sobretudo no de Coelho) a imagem que freqüentemente seria abordada na *Rede da Democracia*, de contraponto entre o “verdadeiro sindicalismo” – “democrático”, porquanto atuante dentro da legalidade –, e o “falso sindicalismo”, exercido pelas entidades à margem dos preceitos constitucionais.

De forma a sublinhar tal imagem, os microfones da *Rede* sempre estiverem abertos à representantes de “sindicatos democráticos” e a trabalhadores em cuja categoria a presença do sindicalismo “não-democrático” era predominante:

⁴¹⁶ Governador de São Paulo, Ademar de Barros (PSP/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02 e 03/11/1963, p. 03. Grifos nossos.

⁴¹⁷ Governador do Amazonas, Plínio Coelho (PTB/AM). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 05/11/1963, p. 03. Grifos nossos.

⁴¹⁸ Nas eleições majoritárias de 1962, por exemplo, Plínio Coelho derrotou a coligação PSD/UDN, e o seu candidato Paulo Néri. Com o golpe de 1964 e, mais precisamente, com a edição do AI-1, Plínio Coelho seria cassado e teria seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Meu sindicato congrega 8700 trabalhadores e sua atual direção, mercê de uma atividade sadia, banuiu o divisionismo da nossa classe e hoje lutamos todos, democraticamente, pelas nossas reivindicações [...] Infelizmente existe, e de maneira especial através da ação de elementos estranhos à classe trabalhadora, que se infiltram em seus sindicatos por motivos exclusivamente políticos. [...] Precisamos de um clima de paz e segurança. Sou favorável ao direito de greve, mas da greve que reivindica benefícios e direitos, nunca da greve política que só visa a agitação.⁴¹⁹

Denunciando o tratamento desigual e injusto dado pelo Governo Federal a sua entidade, pelo simples fato de não ser ela uma sucursal ou uma célula do Partido Comunista, [José Soares da Silva] leu o comunicado em que, a 15 de outubro deste ano, denunciava à Nação a infiltração comunista na Rede Ferroviária Federal e denunciou o próximo congresso dos ferroviários (Recife-Janeiro), como um congresso comunista. E exemplificou com o realizado, no ano passado, na Bahia, em que até agentes de agitação cubanos tomaram parte.⁴²⁰

Classificando os sindicatos como uma ‘força viva indispensável, mas que em nosso país está sendo desvirtuado de seus fins’ o operário gráfico Renato Carlos Arantes [...] acusou a ‘intromissão indevida de pelegos e comunistas no meio sindical como força desagregadora da verdadeira vida operária.’⁴²¹

A questão da “ilegalidade” envolvendo a atuação das entidades sindicais “paralelas” seria crucial para coesão e legitimidade a favor do golpe de Estado de 1964, dada a sensibilidade que o tema representava às Forças Armadas do País – sobretudo a sua corrente “legalista”. Com o ascenso do movimento grevista, a ativa participação de tais entidades nas demais frentes reivindicatórias do período e o comprometimento do bloco nacional-reformista a elas, o discurso em torno da defesa da legalidade constitucional se “confundiria”, cada vez mais, ao discurso em defesa da própria democracia – o que permitiu aos fautores da *Rede* ampliar o raio de abrangência em favor da destituição de João Goulart.

Sinto nas ruas, em contato com todas as camadas sociais, um estado de perplexidade diante dessas greves que ninguém entende, pois os patrões, antes mesmo da deflagração das mesmas, já haviam oferecido aumentos de 70% a 80, com o que concordaram os trabalhadores. Meia

⁴¹⁹ Manoel Leal de Abreu – Presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação do Estado da Guanabara. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06/12/1963, p. 04.

⁴²⁰ José Soares da Silva – Presidente da União dos Ferroviários do Brasil. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19/12/1963, p. 03.

⁴²¹ Renato Carlos Arantes – Operário Naval. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 21/02/1964, p. 06.

dúzia de falsos líderes, elemento do PUA e do CGT, tentaram a paralisação total do parque industrial paulista, somente não conseguindo a objetivação integral do que procuravam em virtude dos esclarecimentos dos democratas aos operários, feitos através do rádio, dos jornais e das televisões.⁴²²

Como vimos apontando ao longo deste trabalho, acreditamos que o momento no qual a *Rede da Democracia* fora lançada, a composição de seus oradores e os temas nela abordados devem ser compreendidos à luz do poder de mobilização que o discurso em torno da “defesa democrática” alcançara naquele contexto. Sobretudo pela própria inflexão sofrida pelo sentido político do legalismo durante o Governo Goulart, em que passara de um caráter “progressista” (capaz de evitar as tentativas de golpe em 1954, 1955 e 1961), para uma posição “reacionária”, contribuindo para o golpe de 1964.⁴²³

Segundo Felipe Demier, autor do já citado “*Soldados x operários...*”, diferente de como tal inflexão fora apontada pela historiografia revisionista sobre o Golpe⁴²⁴ ela é compreensível sim pela gradativa importância assumida pelas entidades sindicais “paralelas” naquele governo, mas também o é se considerada a própria limitação do “legalismo” no que tange a visão de sociedade por ele proporcionado. Em suas palavras:

Podemos afirmar que, tanto nas intervenções motivadas pelo legalismo de caráter ‘progressista’ (1954, 1955 e 1961), quanto na utilização da bandeira da legalidade que acabaram por adquirir um caráter ‘reacionário’ (1962, 1963 e 1964), *o legalismo nunca questionara as bases da sociedade capitalista, ou seja, a propriedade privada, a mais-valia, etc.* No entanto, suas intervenções práticas na realidade política brasileira proporcionaram que grupos distintos com concepções de Estado e sociedade distintas, mantivessem ou alcançassem o controle do aparato estatal.⁴²⁵

Centrando sua análise na figura de Peri Bevilaqua – exímio representante da corrente “legalista” das Forças Armadas – e no período em que o general esteve no comando do II Exército (no estado de São Paulo) – “*Soldados x operários...*” nos trás um detalhado acompanhamento dos principais embates entre os dois importantes sustentáculos do Governo Goulart – a oficialidade “legalista” das Forças Armadas e as entidades sindicais “paralelas”.

⁴²² Deputado Estadual Hilário Torloni (PSP/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 05/11/1963, p. 03

⁴²³ DEMIER, F.A. Op.cit., p. 46.

⁴²⁴ Cf.: FERREIRA, J. “*O trabalho radical e o colapso da democracia...*” Op.cit.; e FERREIRA, J. “*A estratégia do confronto...*” Op.cit.

⁴²⁵ DEMIER, F.A. Op.cit., p. 46.

Dentre estes embates, dois em especial é apontado por Demier como exemplificadores do papel reacionário com o qual o “legalismo”, na figura de Bevilaqua, desempenhara no contexto pré-golpe: o gerado pela “greve de Santos”, em agosto de 1963; e o gerado pela “Revolta dos Sargentos”, no mês seguinte.

Iniciada pelos enfermeiros da baixada santista, mas expandida para outras categorias, a greve de Santos seria duramente combatida por Peri Bevilaqua; sobretudo porque possuía, segundo Demier, todos os elementos necessários para que o comandante do II Exército a ela se opusesse:

Primeiramente, tratava-se de uma greve em um setor essencial, a saúde. Em segundo lugar – e não menos importante para um ‘legalista’ –, o órgão competente para analisar a greve, o TRT [Tribunal Regional do Trabalho], a havia julgado ilegal. A greve de solidariedade que era implementada por outras categorias em Santos era também ilegal, pois a lei não permitia nenhuma greve de solidariedade. Por fim, estas greves contavam com o apoio de organizações sindicais intersindicais, ‘paralelas’, com destaque para o Fórum Sindical de Debates que dirigia o movimento na Baixada Santista.⁴²⁶

O segundo embate se deu após aproximadamente seiscentos cabos, sargentos e soldados se rebelarem contra a decisão do STF em ratificar a não-elegibilidade dos graduados militares – prevista pela Constituição de 1946.⁴²⁷ O episódio – que contou com a ocupação de prédios ministeriais, o uso de armas e até mesmo a interrupção da comunicação entre o Distrito Federal e o restante do País – terminou com a prisão de quase todos os graduados envolvidos, sendo também marcado pelo apoio dado àquela causa pelo CGT e por uma incisiva repressão por parte de Peri Bevilaqua. Esta repressão se materializou pela Nota de Instrução nº 7,⁴²⁸ na qual Bevilaqua repudiava não só o caráter de insubordinação daquilo que chamou de “Intentona de Brasília”,⁴²⁹ como também declarava guerra ao movimento sindical organizado, pelo seu envolvimento e apoio naquele levante.

A exemplo do que ocorrera após a greve de Santos, mas em maior proporção, a enérgica posição de Bevilaqua representada pela NI nº 7 foi amplamente saudada pelos

⁴²⁶ Idem, p. 61.

⁴²⁷ Alguns sargentos haviam concorrido e vencido as eleições de 1962, recorrendo ao STF para garantir seu direito de posse. Em setembro de 1963, aquele tribunal confirmaria definitivamente a inelegibilidade dos graduados das Forças (sargentos, suboficiais e cabos), o que deflagrou o levante conhecido como “Revolta dos Sargentos”.

⁴²⁸ Dirigida aos quartéis, esta NI teve ampla repercussão no seio das Forças Armadas brasileira, conforme pontuou Felipe Demier. DEMIER, F. Op.cit., p. 63 e ss.

⁴²⁹ Expressão usada por Bevilaqua na NI nº 7. Apud: DEMIER, F.A. Op.cit., anexos.

setores conservadores daquele período,⁴³⁰ denotando a importância que o eminente representante da corrente “legalista” das Forças Armadas, e o “legalismo” de uma forma geral, emprestava ao projeto em busca do consenso golpista. Não por acaso, seu discurso no ato de posse do comando do EMFA fora retransmitido pela *Rede da Democracia* em 12 de dezembro de 1963, com amplo destaque para os trechos em que Bevilaqua reafirmara sua postura em relação ao movimento sindicalista:

Lembrando palavras do presidente Kennedy, de que todo homem precisa fazer o que deve ser feito, sem temer qualquer consequência, passou o general Pery [sic] a analisar a conjuntura trabalhista nacional, condensando o fato de milhões de horas de trabalho estarem [sic] sendo perdidas em greves ilegais e impatrióticas. ‘Felizmente – assinalou – a consciência cívica da nobre classe obreira já apresenta reação salutar contra os falsos líderes encastelados em entidades de cunho nitidamente subversivo.’⁴³¹

A própria transferência de Peri Bevilaqua do comando do II Exército para o comando do EMFA representou importante trunfo para a campanha de doutrinação pró-Golpe, dada a notória pressão do movimento sindicalista e o consentimento do Governo Goulart envolvendo tal transferência. Como bem sintetizou Demier:

A permanência de Peri Bevilaqua no posto [como comandante do II Exército] ficou insustentável, tendo em vista a forte aproximação existente nos últimos meses entre Jango e o movimento sindical combativo. João Goulart via-se obrigado a dar uma resposta aos líderes sindicais que pediam a cabeça do general ‘legalista’. Por outro lado [...] a demissão do general mostraria à opinião pública a cumplicidade do presidente para com o CGT.⁴³²

Nos microfones da *Rede*, a ênfase dada a esta “transferência” só não seria maior se comparada ao afastamento de outro importante oficial do “dispositivo militar” de João Goulart, general Albino Silva. Tendo ocupado postos importantes durante o Governo Goulart – inclusive o de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República –, Albino Silva presidia a Petrobrás quando, em janeiro de 1964, fora substituído pelo marechal e ex-comandante do I Exército, Osvaldo Ferreira Alves. Dada as circunstâncias que cercaram o episódio – também marcado pela pressão do movimento sindical dos trabalhadores da

⁴³⁰ Para ilustrar tal solidariedade, Felipe Demier recorreu, sobretudo, à correspondência passiva do general. Cf.: DEMIER, F.A. Op.cit., p. 66 e ss.

⁴³¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13/12/1963, p. 03.

⁴³² DEMIER, F.A. Op.cit., p. 78.

Petrobrás, da categoria e das entidades intersindicais –, a demissão do oficial pertencente a corrente “nacionalista” das Forças Armadas engrossara o discurso em favor da destituição de João Goulart. No caso específico da *Rede*, tal episódio seria enfaticamente associado aos decantados preceitos da guerra revolucionária; o que revela, mais uma vez, o sentido genérico desta doutrina:

Há muito se sabia que a empresa caíra em poder dos sindicatos dominados por comunistas, que não representam os trabalhadores brasileiros. A afirmação do general Albino Silva, amigo do presidente, a quem, está disposto a dar seu próprio sangue e vida, não nos espantou. Ele sempre foi tido como representante da corrente nacionalista do Exército, e coube a ele denunciar o domínio bolchevista que é uma ameaça ao Brasil inteiro e que deve calar fundo para todos.⁴³³

A propósito da crise desfechada com a demissão do presidente da estatal [...] o líder da UDN [Adauto Cardoso] fez um violento libelo contra a Petrobrás, acrescentando que ela é o grande instrumento da guerra revolucionária, denunciada pelo sr. Bilac Pinto. ‘*A Petrobrás e o Banco do Brasil constituem os dois instrumentos que dominam o País, sendo a primeira uma monstruosa organização estatal, que terá dentro em pouco tempo maiores recursos do que todo o Executivo federal.* [...] Os comunistas tomaram o poder na Petrobrás, e podem parar o País através da Petrobrás, cujos poderes se hipertrofiaram e serão em breve superiores ao do próprio presidente da República. [...] *Os inimigos do Brasil se apoderaram do governo e querem, agora, dominar nossos lares, nossas propriedades e nossa liberdade.*’⁴³⁴

O pronunciamento do deputado udenista Adauto Cardoso revela, e por que não dizer representa, muito do que estava em jogo naquele processo de disputa pelo controle do Estado do qual o golpe – que aconteceria dois meses depois – representou importante etapa. Através de sua fala, Cardoso atualiza um embate que fora inerente a própria criação da Petrobrás, envolvendo os setores favoráveis ao monopólio estatal da exploração do petróleo e os setores comprometidos com a iniciativa privada (nacional e, principalmente, estrangeira).

Além da pressão que resultaria na demissão do general Albino Silva, o movimento sindical combativo (mas também a FMP e a UNE) já vinha atuando em prol da campanha de encampação das refinarias particulares de petróleo pela Petrobrás. Importante bandeira para o nacional-reformismo, a intervenção estatal de todas as refinarias de capital privado do País configurou entre um dos decretos assinados por João Goulart no Comício das Reformas de

⁴³³ Deputado Estadual General Danilo Nunes (UDN/GB). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30/01/1964, p. 06.

⁴³⁴ Deputado Federal Adauto Cardoso (UDN/GB). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29/01/1964, p. 04.

Base – completando um movimento daquele Governo que, ainda em dezembro de 1963, havia transformado em monopólio estatal a importação do petróleo e seus derivados.⁴³⁵

Na esteira deste movimento,⁴³⁶ vemos o discurso do udenista Herbert Levy aos microfones da *Rede*, em fevereiro de 1964:

A situação excepcional em que se encontra o País, a inquietação que se apoderou de todos os espíritos, mesmo daqueles mais serenos, diante das inequívocas evidências de que ao governo da República não interessa governar, mas sim agitar e subverter, fazendo com que o eminente presidente nacional de meu partido [Bilac Pinto] se pronunciasse de forma inequívoca, chegando mesmo a aconselhar a mobilização da imensa maioria democrática deste País no sentido de enfrentar a ameaça já agora declarada, documentada, evidenciada.⁴³⁷

Como vimos apontando ao longo do presente estudo, a divulgação da doutrina da guerra revolucionária e a associação de seus preceitos ao dinâmico cenário sócio-político do País ocupariam espaço privilegiado na *Rede da Democracia* – estando presente, inclusive, no citado programa de estréia do arranjo. Tal estratégia se explica pelo poder daquela doutrina em atribuir materialidade ao discurso anticomunista e convergir interesses díspares em prol da interrupção do Governo Goulart – sobretudo dentro das Forças Armadas.

A abrangência atribuída a estes preceitos – sobretudo por sua divulgação na *Rede da Democracia* – seria complementada por um incisivo discurso do líder e presidente da UDN, Bilac Pinto. Responsável por “traduzir a árida linguagem dos documentos militares para o mundo civil [...] com o brilho da retórica parlamentar,⁴³⁸ o discurso de Bilac Pinto na Câmara dos Deputados fora amplamente propagado pela “grande imprensa” do País e, como acompanhamos acima, matéria de vários programas da *Rede*. Ainda segundo Martins Filho:

O argumento central do discurso de 23 de janeiro [de 1964] era que a guerra revolucionária entrara em sua fase aguda no Brasil. Com olhos na divulgação de seu pronunciamento na imprensa, assegurada pelo apoio de vários grandes jornais à mobilização golpista, Bilac Pinto descreveu em detalhe as cinco fases do coronel francês J.Hogard, na versão que recebeu de um artigo militar recém-publicado. Em seguida, apresentou documentos referentes aos ‘grupos dos onze’ de Leonel Brizola, como prova

⁴³⁵ LAMARÃO, S. Encampação. In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

⁴³⁶ Comentando uma greve prevista no Rio Grande do Sul em prol da campanha de encampação da Destilaria Riograndense (Uruguaiana/RS). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02/02/1964, p. 06.

⁴³⁷ Deputado Federal Herbert Levy (UDN/SP). In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 02/02/1964, p. 06.

⁴³⁸ MARTINS Fº., Op.cit., p. 32.

de que as duas etapas da G.R.- consolidação da infra-estrutura e organização da rede de resistência – já tinham sido vencidas.⁴³⁹

O “didático” pronunciamento de Bilac Pinto seria crucial para cerrar fileiras em torno da destituição de João Goulart, sobretudo porque ressoava a cara doutrina adotada pela ESG e convencia os setores “legalistas” das Forças Armadas a se posicionarem de forma distinta às “crises” de 1961, 1955 e 1954. Entretanto, o abandono de posições leais ao governo e ao próprio presidente por parte dos oficiais militares (“legalistas” ou não) também dependiam, segundo Dreifuss, de outros fatores, como o “grau de manipulação e controle que os oficiais exerciam sobre os escalões inferiores e sua capacidade de manter uma unidade político-operacional em ação”.⁴⁴⁰

No caso específico da *Rede*, a forma como os preceitos da guerra revolucionária foram conjugados por seus oradores após o discurso de Bilac Pinto não diferiria, qualitativamente, daquela encontrada nos primeiros programas do arranjo (de forma a associar toda e qualquer reivindicação organizada em vestígio de “iminência do assalto comunista ao poder”). Todavia, ele se tornaria cada vez mais “factível” naqueles primeiros meses de 1964, seja pelo o avanço dos movimentos sociais organizados, seja pelo compromisso assumido pelo Executivo em cumprir a agenda das prementes reformas estruturais. Pela análise de Moniz Bandeira:

[...] Sensibilizar a oficialidade legalista das Forças Armadas e empurrar setores das classes médias para o movimento de reação ao Governo, que o empresariado e os latifundiários lideravam. Tais denúncias sobre o andamento da guerra revolucionária, preparando a opinião pública internacional para a possível intervenção armada dos Estados Unidos no conflito brasileiro, não passavam de pretexto para legitimar as atividades antidemocráticas da UDN civil e militar, e impelir a conspiração contra o Governo.⁴⁴¹

⁴³⁹ Segundo Martins Filho, as etapas a guerra revolucionária se constituía em um “processo diversificado e prolongado, cuja evolução poder ser dividida em cinco etapas. 1ª: preparação cautelosa do terreno que se pretende conquistar; 2ª: constituição de uma rede de organizações subversivas, controladas pelos militantes; 3ª: marca-se pela constituição de grupos armados, que iniciam ações de menor escala, destinadas a corroer os poderes constituídos; 4ª: estabelecimento de zonas liberadas ou bases *d'appu* [de apoio], onde o Exército regular não consegue mais entrar, seguida da formação de um governo provisório, que procura reconhecimento externo; 5ª: conquista do poder numa ofensiva final. O coronel francês J. Hogard é um dos principais teóricos da Guerra Revolucionária, autor de diversos livros sobre esta doutrina criada em seu país. Cf.: *Idem*, p. 32-34.

⁴⁴⁰ DREIFUSS, R.A. *Op.cit.*, p. 142.

⁴⁴¹ BANDEIRA, M. *Op.cit.*, p. 153-4.

Também neste sentido – e como vimos apontando ao longo deste estudo – os chamados “marcos” norteadores da historiografia sobre o Golpe (tais quais o *Comício das Reformas de Base*, a primeira *Marcha da Família com Deus, pela Liberdade*, a chamada *Revolta da Marinha* ou a *reunião dos sargentos e subtenentes no Automóvel Clube do Rio de Janeiro*) podem ser considerados como importantes passos, embora não os únicos, no processo de disputa pela hegemonia política do País – dada sua contribuição na formação de um consenso pró-Golpe inerente àquela disputa.

Outrossim, coube à imprensa, de um modo geral; e à *Rede da Democracia*, de uma forma específica, fomentar aquele que se tornaria, em 31 de março de 1964, um bem-sucedido consenso golpista. Os pronunciamentos até então apresentados provam que, mesmo antes dos supracitados “marcos históricos”, a finalidade da atuação doutrinária amplamente assumida pela “grande imprensa” brasileira esteve inscrita no próprio nascimento da *Rede*. De acordo com um dos primeiros pronunciamentos de Roberto Marinho naquele arranjo:

Devemos atender, quantos antes, ao dramático apelo da Sociedade Interamericana de Imprensa, através de sua Comissão de Liberdade de Imprensa, que acaba de exortar os jornalistas do continente a que o defendam contra o avanço comunista. Quanto mais tarde se dizer isto – lembrou a SIP – mais difícil será o resultado e chegará o dia em que nossa reação será inútil.⁴⁴²

A mesma entidade que, já em abril de 1964, indicaria a “imprensa brasileira” ao seu prêmio anual (a *Medalha ao Herói da Liberdade de Imprensa*⁴⁴³), certamente encontraria na *Rede da Democracia* uma grande aliada na tarefa de contenção do “avanço comunista” na América Latina. Ou, parafraseando Octávio Ianni, na tarefa de “colocar o povo, os operários e camponeses, entre outros trabalhadores, fora do processo político [...] e destruir as conquistas democráticas.”⁴⁴⁴

Com uma nota n’*O Jornal* de 12 de abril de 1964, somos informados que a *Rede* encerraria suas transmissões “esperando ter cumprido com o seu dever e com a parcela que lhe coube”.⁴⁴⁵ Mas não sem antes deixar registrado que voltaria “no preciso momento em que o povo a reclamar para a defesa intransigente de seus direitos”.⁴⁴⁶

⁴⁴² *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20/11/1963, p. 03.

⁴⁴³ Ver nota de rodapé nº 23 desta dissertação.

⁴⁴⁴ IANNI, O. “*Pensamento social...*”. Op.cit., p. 286.

⁴⁴⁵ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12/04/1964, p. 09.

⁴⁴⁶ Idem, ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em algum momento do artigo “1964: *Golpismo e democracia...*”⁴⁴⁷ – importante documento de descrição e análise crítica das inúmeras teses revisionistas sobre golpe de 1964 – Caio Navarro de Toledo faz uma provocadora observação: para além das ações de João Goulart e de parte de seu *staff* nos meses anteriores ao Golpe, quais seriam as provas levantadas pelo revisionismo historiográfico acerca do *golpismo* dos setores mais “radicalizados” das esquerdas naquele contexto?

Segundo Toledo, em relação ao então deputado federal Leonel Brizola, tais provas não vão além dos longos discursos do líder da FMP transmitidos pela Rádio Mayrink Veiga, de seus artigos no jornal *Panfleto* e do seu inflamado pronunciamento no Comício da Central.⁴⁴⁸ Em relação às Ligas Camponesas, o que seriam as marchas dos camponeses, suas manifestações de rua, reuniões, comícios, panfletos e faixas contendo ameaçadoras palavras de ordem (como ‘*Reforma agrária, na lei ou na marra*’) senão provas levantadas por aquele revisionismo acerca do envolvimento das Ligas em um suposto roteiro *golpista*?⁴⁴⁹ Roteiro complementado pelas inúmeras manifestações de insubordinação dos cabos, sargentos e marinheiros “cujas lideranças radicalizavam seus discursos na defesa das reformas e contestavam seus comandantes a quem denominavam, invariavelmente, de *gorilas*”.⁴⁵⁰

⁴⁴⁷ TOLEDO, C.N. “1964: *Golpismo e democracia...*”. Op.cit.

⁴⁴⁸ Idem, p. 38-9.

⁴⁴⁹ Idem, p. 39.

⁴⁵⁰ Idem, Ibidem. Embora não explicitado por Toledo, a denominação *gorila* em referência à “corrente linha-dura” das Forças Armadas não representava, em si, aspecto pejorativo, dada sua auto-referência pela própria corrente militar. René Dreifuss inclusive cita uma publicação regular do complexo IPES/IBAD e de circulação nas Forças Armadas denominada justamente de *O Gorila*. Cf.: DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 236.

Precedido pela consideração de que, a despeito dos freqüentes Inquéritos Policiais Militares (IPMs), das apreensões de inúmeros arquivos de entidades de esquerda (como CGT, UNE e ISEB) e do auxílio dos serviços de segurança estadunidense (como CIA e Departamento de Estado) não ter sido apresentado “quaisquer indícios da decantada trama golpista de Goulart”,⁴⁵¹ Toledo chega a uma conclusão importante para o debate historiográfico sobre o golpe de 1964, de um modo geral; e para o presente estudo, de forma específica:

Um golpe de Estado se impõe com palavras, mas não apenas com elas. Frequentemente, tropas nas ruas e armas pesadas de combate também são requeridas para que ações golpistas sejam bem-sucedidas. Podemos ainda acrescentar: recursos financeiros, extensa contra-propaganda pela mídia, apoio político internacional etc. também podem ser decisivos para a derrubada de regimes constitucionais.⁴⁵²

Assim como Toledo, não acreditamos que somente a ação de doutrinação ideológica – cuja criação e atuação da *Rede da Democracia* representou peça importante – ou mesmo somente um dos elementos desta doutrinação (a “defesa da democracia”) possam explicar, *tout court*, o êxito de um processo de disputa hegemônica cuja conquista de Estado representara etapa crucial.

Embora tentando extrapolar a mera descrição dos pronunciamentos emitidos a partir dos microfones daquele arranjo – de modo localizar tais mensagens através da filiação histórica e orgânica de seus emissores, das bases de legitimidade pelas quais elas eram emitidas, da abrangência que teoricamente elas puderam ter alcançado e dos setores para os quais parte delas eram destinadas – sabemos que muitos elementos igualmente importantes para o entendimento do golpe de 1964 não foram contemplados neste estudo, sejam eles relacionados à produção do consenso golpista (como a relação da *Rede da Democracia* com as demais ações midiáticas de oposição, por exemplo); ou mesmo em relação às etapas coercitivas daquele processo, que não residiram somente no ato do golpe ou no processo da “operação limpeza”⁴⁵³ posterior a ele, mas também o antecederam (como as ações dos grupos paramilitares relacionadas a treinamento militar e estoque de armas, ou a garantia militar pró-

⁴⁵¹ Idem, p. 37.

⁴⁵² Idem, p. 41.

⁴⁵³ Pelo menos n’*O Jornal*, esta expressão seria recorrente logo nos primeiros dias de abril de 1964, significando mesmo o clamor de jornalistas e demais ocupantes daquelas páginas à cassação de parlamentares e à prisão de “bolchevistas espalhados pelos mais diversos setores da sociedade, como no sindicalismo e no corpo militar”. Cf.: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03/04/1964, p. 03.

Golpe fornecida pelos Estados Unidos e representada, dentre outros gestos, pela *Operação Brother Sam*).

O caso específico dos paramilitares, por exemplo, é rico ao demonstrar o quão limitadas (para não dizer oblíquas) são as análises revisionistas sobre o golpe de 1964 no que tange à ratificação dos chamados “marcos históricos” do período (‘Revolta dos Sargentos’; ‘Comício das Reformas’; ‘Revolta da Marinha’ etc.). A exemplo de Toledo – mas no sentido inverso de sua observação –, nos perguntamos: por que a farta repercussão alcançada por um Inquérito Policial Militar que incriminara militares ligados ao governador Carlos Lacerda e concluíra com a hipótese de que “houve uma maquinação contra a vida, a incolumidade ou a segurança do presidente da República”⁴⁵⁴ nunca foi considerada pelos principais expoentes do revisionismo historiográfico como um importante dado do cenário pré-Golpe? Ou, ainda no âmbito militar, por que as quebras de hierarquia por parte de alguns membros da oficialidade nunca foram sequer mencionadas pelas análises revisionistas, tão ciosas em apontar nas insubordinações dos setores subalternos das Forças Armadas uma das causas do golpe de 1964?⁴⁵⁵

É razoável supor que, para responder estas e demais questões referentes ao revisionismo historiográfico sobre o golpe de 1964 e sobre os governos ditatoriais que os seguiram, necessitaríamos de uma pesquisa e de um espaço cujo âmbito ultrapassa os demarcados por uma dissertação de mestrado. Todavia, acreditamos que pudemos ter desenvolvido algumas hipóteses gerais sobre tais questões quando apontamos as principais características deste revisionismo: i) a fragmentação analítica; ii) o hiper-dimensionamento dos elementos factuais; iii) a exacerbação do “personalismo”; iv) e mesmo o anacronismo. Perpassando todas estas características e ligando tais análises sobre o golpe de 1964 a uma tendência maior da historiografia, percebemos o seu não-compromisso em ao menos tentar conceber aquele processo histórico a partir de sua totalidade e, conseqüentemente, complexidade.

⁴⁵⁴ O citado IPM foi presidido pelo Gal. Paulo Torres, tendo como indiciados: Cel. Gustavo Borges, Charles Borer, José Vasconcelos e Alberto Pereira da Silva. Já as armas (de 10 a 12 metralhadoras) e as munições pertenciam à Polícia da Guanabara. Cf.: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28/11/1963, p. 01.

⁴⁵⁵ No trabalho “*Soldados x operários...*”, por exemplo, temos a rica descrição dos atos de quebra de hierarquia por parte do então comandante do II Exército, Peri Bevilaqua – que, a exemplo da Nota de Instrução nº 7, manifestou-se publicamente sobre temas políticos quando somente poderia fazê-lo após o posicionamento do Ministério da Guerra. Cf.: DEMIER, F.A. Op.cit., p. 77.

Frente a tais análises – e constantemente atacados por elas⁴⁵⁶ – não temos como deixar de registrar a importância e a superioridade da obra “1964: A conquista do Estado...”, de René Dreifuss. Erroneamente apontado por algumas daquelas mesmas análises como uma obra que atribui super-dimensão aos fatores conspiratórios do pré-Golpe,⁴⁵⁷ “1964: A conquista do Estado...” é rico justamente em apontar não só tais fatores, como também em precisar a ocupação dos “postos estratégicos do Estado” pela elite orgânica que capitaneou a conspiração pró-Golpe. Também encontramos no capítulo IX daquela obra (intitulado *O complexo IPES/IBAD no Estado – a ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica*⁴⁵⁸) as ações que provariam o que Dreifuss denominou de “domínio político dos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados”,⁴⁵⁹ representado pela criação de ministérios, conselhos e institutos como o Ministério do Planejamento, o Instituto de Planejamento Econômico e Social Aplicado (IPEA), o Banco Central, o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) etc.; e pela elaboração de projetos, planos governamentais e estatutos, tais quais: o Plano de Ação Econômica do governo (PAEG), o Plano Nacional de Habitação; o Estatuto da Terra, e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Segundo Dreifuss:

Com um programa de governo que emergira da direita do espectro político e social, os ativistas do IPES impuseram uma modernização da estrutura-econômica e uma reformulação do aparelho do Estado que beneficiou, de maneira ampla, as classes empresariais e os setores médios da sociedade, em detrimento da massa. O golpe de abril de 1964 desdobrou-se numa transformação do Estado; o programa do IPES trazia em seu bojo uma regeneração capitalista.⁴⁶⁰

Como tivemos oportunidade de apontar ao longo deste trabalho, muitos daqueles planos, diretrizes e projetos de governo foram amplamente promovidos através dos programas radifônicos e das páginas impressas da *Rede da Democracia*, sendo tal promoção uma das tarefas assumidas por aquele arranjo midiático ao longo dos meses em que esteve no ar.

⁴⁵⁶ Presente em praticamente todas as análises revisionistas sobre o golpe de 1964 (inclusive naquelas apresentadas por esta dissertação), o ataque a obra de Dreifuss também pode ser auferida em BENEVIDES, M.V. 64, *Um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss)*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a12n58.pdf>, acessado em 15/06/2007.

⁴⁵⁷ Ao que sugere Ferreira, “1964: A conquista do Estado...” faz parte da interpretação que considera o golpe de 1964 como uma “Grande Conspiração”. Cf.: FERREIRA, J. “A estratégia do confronto...”. Op.cit., p. 183.

⁴⁵⁸ DREIFUSS, R.A. Op.cit., p. 417-479.

⁴⁵⁹ Idem, p. 419 e ss.

⁴⁶⁰ Idem, p. 455.

Todavia, se nos detivéssemos tão-somente aos pronunciamentos proferidos através da *Rede*, não teríamos como localizar a natureza estratégica inerente àquela campanha – sobretudo quanto ao ataque ao programa de reformas do bloco nacional-reformista e aos dinâmicos movimentos sociais atuantes durante o Governo Goulart.

Somente os exemplos dos projetos governamentais citados acima evidenciam o quão prementes eram as reformas sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira naquele contexto, sendo parte delas “assumidas” pelos governos ditatoriais partir do Governo Castelo Branco (embora sob o caráter modernizante-conservador). Também aqui, as diádes gramscianas de consenso-coerção, e a noção de hegemonia como um processo⁴⁶¹ se fazem presente. Trabalhos recentes, como o de Cláudio Vasconcelos – “*A preservação do legislativo pelo regime militar brasileiro. Ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)*”⁴⁶² –, têm apontado que a necessidade e a busca de legitimação dos grupos que derrubaram Goulart ultrapassaram o golpe em si e estiveram presentes nos governos militares que o seguiu.

Especificamente em relação a este trabalho, somos informados da importância representada pela “reivindicação de um perfil democrático” no que tange à busca de legitimidade por parte dos Governos Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969) – processo caracterizado principalmente pela manutenção do Poder Legislativo, por parte daqueles governos, e pela influência política da mídia na construção de sua legitimação junto a determinadas parcelas da sociedade.⁴⁶³ A exemplo do que encontramos nos pronunciamentos da *Rede da Democracia*, “*A preservação do legislativo...*” prova que a “defesa da democracia” também representou importante estratégia para a manutenção de um regime autoritário e antipopular como o iniciado em abril de 1964; tendo, mais uma vez, parte da chamada “grande imprensa” como órgão de chancela e promoção de tal estratégia.

Ainda em relação ao arranjo formado pelas empresas *Globo*, *Diários Associados* e *JB*, acreditamos que alguns desdobramentos desta primeira análise podem ser explorados em pesquisas futuras. Dentre eles, a conexão que porventura pôde ter existido entre a *Rede da Democracia* e as demais frentes oposicionistas no campo midiático daquele período; ou mesmo a existência de arranjos midiáticos como a *Rede* em outras regiões do País, como a evidenciada pela menção a uma certa “Cadeia da Liberdade” existente em Minas Gerais e

⁴⁶¹ Além de perpassar toda a obra gramsciana, também encontramos tal noção em WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979, p. 111-117.

⁴⁶² VASCONCELOS, C.B. *A preservação do legislativo pelo regime militar brasileiro. Ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/IFCS/ UFRJ. Tese de Doutorado, 2004.

⁴⁶³ Idem, p. 10.

que, segundo o número de abril de 1964 do semanário *O Cruzeiro*, irradiou pelo menos um pronunciamento do governador Magalhães Pinto, após o Golpe.⁴⁶⁴ E antes dele? Teria a “Cadeia da Liberdade” exercido o mesmo papel que a *Rede da Democracia* desempenhou no processo de formação de consenso e promoção do bloco multinacional e associado?

Também o aprofundamento analítico acerca dos variados papéis exercidos pela “grande imprensa” no período pós-Golpe foi algo pouco explorado pela historiografia sobre o tema – que, assim como a própria memória construída pela imprensa,⁴⁶⁵ está demasiado concentrada nas análises dos chamados “anos de chumbo” do regime ditatorial e, conseqüentemente, no processo de censura pelo qual passara parte daquelas empresas jornalísticas. Poucos trabalhos como o de Cláudio Vasconcelos se debruçaram sobre o posicionamento das principais empresas jornalísticas do País durante os primeiros anos do regime ditatorial; e, graças a ele, temos algumas nuances da postura de tais empresas em relação àquele regime: *O Jornal do Brasil*, por exemplo, é apontado por Vasconcelos como um “aliado crítico”; *O Estado de São Paulo* como um “aliado decepcionado” e *O Globo* é apontado como um “aliado incondicional”.⁴⁶⁶

Tais nuances também refletem na postura que estas mesmas empresas jornalísticas adotaram no momento anterior ao Golpe; período em que a unicidade golpista no âmbito da “grande imprensa” só não fora questionada pela presença e incisiva atuação do jornal *Última Hora*.

Denotando, mais uma vez, o “ecumênico” da *Rede da Democracia*, é notório que as motivações que levariam as principais empresas jornalísticas do País clamar pela intervenção militar e pela deposição do Governo Goulart não eram as mesmas. Talvez o exemplo mais nítido desta distinção, o matutino *Correio da Manhã* mereceria uma análise acurada de sua história e, principalmente, de seus posicionamentos no período imediatamente posterior ao golpe de 1964. Reconhecidamente identificado com a classe média brasileira e com o pensamento liberal,⁴⁶⁷ o *Correio da Manhã* fora responsável pela publicação de dois históricos editoriais de repúdio ao Governo Goulart (intitulados: “Basta!” e “Fora!” e datados em 31 de março e 1º de abril de 1964, respectivamente) e, a despeito de uma quase inexistente

⁴⁶⁴ Ver nota de rodapé nº 135 da presente dissertação.

⁴⁶⁵ Durante o processo de escrita desta dissertação foi lançado o sítio eletrônico *Memória Globo*, importante exemplo da construção da memória histórica da e pela imprensa. No caso específico, das *Organizações Globo*. Ver: <http://memoriaglobo.globo.com/>, acessado em 25/06/2008.

⁴⁶⁶ VASCONCELOS, C.B. Op.cit., p. 36.

⁴⁶⁷ O historiador Renato Lattanzi elaborou uma importante descrição deste periódico. Cf.: LATTANZI, J.R. “*Imprensa, partidos e democracia...*”. Op.cit.

apelação para a retórica anticomunista, sua posição em relação àquele Governo e às ações dos movimentos sociais não diferenciava muito dos demais diários oposicionistas daquele período.

Todavia, o *Correio da Manhã*, de uma forma geral; e os seus jornalistas, de uma forma específica,⁴⁶⁸ seriam responsáveis por um movimento de desafinação quanto à “euforia” com a qual estava sendo alardeada a “Revolução Redentora de 31 de Março”. Logo nos primeiros dias de abril de 1964 (e dentre diversos artigos), tal periódico não se esquivara em questionar o “teor revolucionário” daquele “movimento” – “[...] teremos de admitir aquilo que a imprensa francesa e, nos últimos dias, a própria imprensa norte-americana diagnosticaram no País: um simples golpe de direita para a manutenção de privilégios” –;⁴⁶⁹ em apontar a impopularidade daquela que se pretendia legitimar com uma “revolução popular” – “[...] nunca se viu uma revolução precisar de popularidade. Se qualquer movimento armado ou desarmado precisar popularizar-se é óbvio que o movimento em causa não é popular, ou seja, não tem o apoio do povo” –;⁴⁷⁰ ou mesmo denunciar a tal “operação limpeza” que atingira parlamentares, sindicalistas, graduados militares, jornalistas, estudantes e toda sorte de indivíduos que apoiavam o Governo Goulart e/ou resistiram ao golpe de 1964:

Pois no Brasil de 1964 não se respeita nada. Cassam mandatos sem que os réus tenham a oportunidade de abrir a boca. Suspendem direitos políticos e nem os punidos sabem por que crime, por que omissão ou ação perderam seus direitos. Quem está por trás de toda esta aberração jurídica, deste estupro moral em que se violenta toda Nação? [...] Respeitem ao menos a dignidade dos acusados. As prisões estão lotadas, suja de vômitos e de sangue.⁴⁷¹

As citações acima – todas retiradas de artigos assinados e publicados no *Correio da Manhã* pelo jornalista Carlos Heitor Cony, em abril de 1964 –⁴⁷² denotam que não seria preciso a decretação do Ato Institucional nº 5 (quatro anos e oito meses após a publicação de tais artigos)⁴⁷³ para que a “grande imprensa” reconhecesse o caráter autoritário e antipopular do último regime ditatorial brasileiro.

⁴⁶⁸ Tais como: Carlos Heitor Cony, Otto Maria Carpeaux, Márcio Moreira Alves, Edmundo Moniz, dentre outros.

⁴⁶⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09/04/1964. In: CONY, C.H. Op.cit., p. 13.

⁴⁷⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21/04/1964. In: Idem, p. 33.

⁴⁷¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28/04/1964. In: Idem, p. 41-2.

⁴⁷² Artigos reunidos na obra supracitada.

⁴⁷³ O AI-5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes-base

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro – outubro de 1963 a abril de 1964.

O Globo, Rio de Janeiro – outubro de 1963 a abril de 1964.

O Jornal, Rio de Janeiro – outubro de 1963 a abril de 1964.

Fontes secundárias

Anuário de imprensa, rádio e televisão. Rio de Janeiro: PN, 1957-1960 (04 números).

Anuário estatístico do Brasil, 1965. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 1965.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro – 09/04/1964; 21/04/1964 e 28/04/1964.

Diário Mercantil, Juiz de Fora, 26/10/1963.

Folha de S.Paulo, São Paulo, 13/03/2004.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11/04/2004.

O Globo, Rio de Janeiro, 29/03/2004.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 31/03/2004.

Revista Carta Capital, 31/03/2004.

Fontes eletrônicas

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946) – http://www.dji.com.br/diversos/indexp_2-legis.htm

Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (DHBB) – Pós-1930. Versão eletrônica (Cd-Rom).

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Versão eletrônica (Cd-Rom).

Encíclicas papais – <http://www.vatican.va>

Inter American Press Association (IAPI) – <http://www.sipiapa.org/portugues/general.cfm>

Jornal Folha de S.Paulo – <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/arquivo.htm>

Memória Globo – <http://memoriaglobo.globo.com/>

Revista O Cruzeiro – <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>

Bibliografia

ANDRADE, F.W.B. *Igreja Católica e Comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964)*. Niterói: PPGH/UFF. Dissertação de Mestrado, 2006.

AQUINO, M.A. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de S. Paulo e Movimento*. 1ª ed. Bauru: EDUSC, 1999.

ABREU, A. A (org.) *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. A participação da imprensa na queda o Governo Goulart. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15-25.

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BANDEIRA, M. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 6ª ed., 1983.

BARBOSA, M. e MENDONÇA, S. R. *Estado e comunicação no Brasil: em torno do pensamento de Antonio Gramsci*. CD-Rom do IV Congresso Nacional de História da Mídia. São Luís: AMI, 2006.

BENJAMIM, W. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas*. V. 1: *Mágia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BIROLI, F. Liberdades de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol. 24, nº47, jan-jun, 2004, p. 213-240.

BRANDI, P. Aliomar Baleeiro. In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

BRITTOS, V.C. e BOLAÑO, C.R.S. *Rede Globo, 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

CALABRE, L. O poder nas ondas do rádio: a construção do Sistema Globo de Rádio. IN: BRITTOS, V.C. e BOLAÑO, C.R.S. *Rede Globo, 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 287-305.

CALMON, J. *Duas invasões – Invasão vermelha*. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1966.

CAPELATO, M.H. e PRADO, M.L. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S.Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARVALHO, A.H.C. *A opinião pública e a CPI da Última Hora – o Governo Vargas (1951-54)*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2000.

_____. A imprensa golpista – o papel dos jornais cariocas da Rede da Democracia na queda de Jango. In: *Carta Capital*, 31/03/2004, p. 72-75.

CODATO, A.N., OLIVEIRA, M.R. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol. 24, nº47, jan-jun, 2004, p. 271-302.

COMBLIN, P^o. J. *A ideologia da segurança nacional. O poder militar na América Latina*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONY, C.H. *O ato e o fato – Crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964.

CUNHA, L.A. Método Paulo Freire. In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

DEMIER, F.A. *Soldados x operários: O general Peri Constant Bevilaqua no Comando do II Exército em São Paulo (1962-1963)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. Monografia de Bacharelado em História, 2004.

DEUSDARÁ, P.P. *Vozes a favor do Golpe! O discurso anticomunista do IPES como materialidade de um projeto de classe*. Rio de Janeiro: PPGH/UERJ. Dissertação de Mestrado, 2008.

DIAS, L.A. *A Folha de S.Paulo e o golpe de 1964*. São Paulo: UNESP/Assis. Dissertação de Mestrado, 1993.

DREIFUSS, R.A. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 4^a ed. Trad.: Laboratório de Tradução da UFGM. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

DUARTE, E. 32 + 32 = 64. In: DINES, A. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro, J. Álvaro, 1964, p. 137-152.

ELLIOT, D (org.) *Jornalismo versus privacidade*. Trad.: Celso Vargas. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

FELIZARDO, J. *A Legalidade. Último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 1988.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, J. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol. 24, nº47, jan-jun, 2004a, p. 181-212.

_____. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004b, p. 41-51.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004, p. 29-60.

FIGUEIREDO, A.M.C. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. Democracia & reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, C.N. (org) 1964: *Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 47-53.

_____. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 26-35.

FONSECA, F. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na “Nova República”. In: *Estudos Históricos*, Mídia, nº 31. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2003/1.

FRANCO, G.C. *O papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares – Estudo comparativo entre Brasil, 1964 e a Argentina, 1976*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado, 1997.

GOLDESTEIN, G.T. *Folhas ao vento: Contribuição ao estudo da indústria cultural*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 1986.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 3: *Maquiavel – notas sobre o Estado e a política*. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere*. V. 2: *Os intelectuais – o princípio educativo. Jornalismo*. Edição de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 20-21.

GUIDO, M.C. Armando Falcão. In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.

KORNIS, M. Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

KUSHNIR, B. *Cães de guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

LAMARÃO, S. Encampação. In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

_____. Frente de Mobilização Popular (FMP). In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

LATTANZI, J.R. *Imprensa, partidos e democracia: A experiência brasileira (1945-46)*. Niterói: PPGH/UFF. Dissertação de Mestrado, 2005.

LATTMAN-WELTMAN, F. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados.” In: ABREU, A.A. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 157-175.

LEAL, C.L. O Jornal. In: *DHBB/FGV*, Cd-Rom.

MATTOS, M.B. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol. 24, nº47, jan-jun, 2004, p. 241-270.

_____. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. In: *Revista História & Luta de Classes*. Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: ADIA, 2005, p. 07-18.

MATTOS, S. As organizações Globo na mídia impressa. In: BRITTOS, V.C. e BOLAÑO, C.R.S. *Rede Globo, 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 267-286.

MELO, D.B. *A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. Monografia de Bacharelado em História, 2005.

MORAIS, F. *Chatô – O rei do Brasil. A vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MOREIRA, M.E.L., Rádio Jornal do Brasil. In: *DHBB-FGV*. Cd-Rom.

MORETZSOHN, S. *Jornalismo em 'tempo real'. O feitiço da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOTTA, R.P.S. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. O anticomunismo militar. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 290-305.

PEIXOTO, A.C. O Clube Militar e o confronto no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, A (coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

_____. Exército e Política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, A (coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

RAMOS, M.C. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BRITTOS, V.C. e BOLAÑO, C.R.S. *Rede Globo, 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 199-242.

REIS Fº., D.A. *Ditadura militar – esquerdas e sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2002.

RIBEIRO, A.P.G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: Comunicação/UFRJ. Tese de Doutorado, 2000.

ROUQUIÉ, A (coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

_____. Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: Estratégias de pesquisa e dinâmica institucional. In: _____(coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

SAMPAIO, M.F. *História do rádio e da televisão do Brasil e no mundo. Memórias de um pioneiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SANTOS, W.G. *Sessenta e quatro: Anatomia da crise*. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.

SILVA, C.E.L. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, C.L. Imprensa e ditadura militar: padrões de qualidade e construção de memória. In: *Revista História & Luta de Classes*. Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: ADIA, 2005, p. 43-54.

SILVA, H. *Golpe ou contra-golpe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, H.R. *A democracia impressa. Transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa – 1945-1948*. Assis: FCL/UNESP. Dissertação de Mestrado, 2008.

SMITH, A.M. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Trad.: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SODRÉ, N.W. *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

STARLING, H.M.M. *Os senhores das gerais – os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STEPAN, A. *Os militares na política – As mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1975.

TOLEDO, C.N. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. (org.) *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In: *Crítica marxista*, nº 19. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 27-48.

VASCONCELOS, C.B. *A preservação do legislativo pelo regime militar brasileiro. Ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/IFCS/UFRJ. Tese de Doutorado, 2004.

VILLA, M.A. *Jango, um perfil (1945-1960)*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

WAINER, S. *Minha razão de viver. Memórias de um repórter*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.

WEFFORT, F.C. Os sindicatos na política (Brasil: 1954-1964). In: *Ensaio de Opinião*, 1978, p. 18-27.

WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

Textos consultados na Internet

BENEVIDES, M.V. *64, Um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss)*. In: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a12n58.pdf>

MARTINS Fº, J.R. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e o golpe de 64*. In: www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/jmartinsport.pdf

SILVA, C.L. *Imprensa como partido: uma leitura marxista de Gramsci a partir de VEJA*. In: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/CARLA%20LUCIANA%20SILVA.pdf>

TOLEDO, C.N. *1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*. In: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica19ok.pdf>

Esta dissertação foi impressa na fonte
Times New Roman, corpo 12,
notas de rodapé 10, Word.
O papel utilizado no miolo é Report, 75g/m²
Niterói – Rio de Janeiro
Agosto de 2008